



**UFSM**

**Dissertação de Mestrado**

**POLÍTICAS PÚBLICAS NA EDUCAÇÃO DE  
JOVENS E ADULTOS:  
PROGRAMA ALFABETIZAÇÃO SOLIDÁRIA**

---

**Isabel Cristina de Aguiar Orquiz**

**PPGE**

**Santa Maria, RS, Brasil**

**2004**

**POLÍTICAS PÚBLICAS NA EDUCAÇÃO DE  
JOVENS E ADULTOS:  
PROGRAMA ALFABETIZAÇÃO SOLIDÁRIA**

---

por

**Isabel Cristina de Aguiar Orquiz**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação  
em Educação da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS),  
como requisito parcial para obtenção do grau de  
**Mestre em Educação**

**PPGE**

**Santa Maria, RS, Brasil**

**2004**

---

© 2004

Todos os direitos autorais reservados a Isabel Cristina de Aguiar Orquiz. A reprodução de partes ou do todo deste trabalho não é permitida para uso didático sem autorização por escrito do autor.

Endereço. Rua Reverendo Adolfo Ungareti, 197, Bairro Chácara das Flores, Santa Maria, RS, CEP: 97043-580

Fone (0xx) 55 222-9699

End. Eletrônica: [angbril@yahoo.com.br](mailto:angbril@yahoo.com.br) ou [isamatecadi@bol.com.br](mailto:isamatecadi@bol.com.br)

---

**Universidade Federal de Santa Maria  
Centro de Educação  
Programa de Pós-Graduação em Educação**

A Comissão Examinadora, abaixo assinada,  
Aprova a Dissertação de Mestrado

**POLÍTICAS PÚBLICAS NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS:  
PROGRAMA ALFABETIZAÇÃO SOLIDÁRIA**

Elaborada por

**Isabel Cristina de Aguiar Orquiz**

Como requisito parcial para obtenção do grau de  
**Mestre em Educação**

**COMISSÃO EXAMINADORA:**

---

**Profº. Dr. Fabrício Ricardo de Limas Tomio**  
(Presidente/Orientador)

---

**Profª. Drª. Marisa Oliveira Natividade**

---

**Profª. Drª. Regina Maria Melo**

Santa Maria, 17 de dezembro de 2004.

Dedico este trabalho a meus pais  
João e Vera Orquiz, meus irmãos  
Leandro, Simone, Ricardo, Rossana,  
João Paulo e Eveline.

## **AGRADECIMENTOS**

Ao Prof. Dr. Fabrício Ricardo de Limas Tomio que no decorrer desta caminhada foi muito importante com suas orientações, pois acreditou, questionou e sugeriu os caminhos a ser percorrido para que essa Dissertação pudesse chegar a sua produção final.

Às professoras Marisa Oliveira Natividade e Regina Maria Melo pela amizade, companheirismo, conselhos, compreensão, atenção e dedicação em alguns momentos de insegurança, medo, angústia, desesperança.

Aos amigos da Pró-Reitoria de Extensão: Prof. Ailo Saccol, Prof. Bira, Liliane, Sueli, Eldon, Helga, Laci e Tia Almerinda.

Aos professores e funcionários do PPGE-CE.

À equipe do Programa Alfabetização Solidária-CE/UFSM.

**Em especial:**

Aos Coordenadores Municipais do PAS/PI:

Aldete Alda de Castro Pereira – Caldeirão Grande do Piauí

Auriluce Cândido Costa – Fronteiras

Francisca das Chagas Figueiredo – Pio IX

Antenor Valentim de Brito – São Julião

Aos Monitores Pedagógicos:

Lídia Maria da Silva – Caldeirão Grande do Piauí

Erivânia Araújo da Costa – Fronteiras

Emanuel – Pio IX

Cosma Candida de Jesus – São Julião

Aos Alfabetizadores:

Gildete Maria de Andrade – Caldeirão Grande do Piauí

Noeme Marlene de Sousa – Caldeirão Grande do Piauí

Reneuda Maria da Silva – Caldeirão Grande do Piauí

Antonia Aldete de Sousa - Fronteiras

Antonia Maria de Sousa – Fronteiras

Antonio Joel da Silva – Pio IX

Francisco Gracisio de Sá – Pio IX

Maria das Graças da Silva – Pio IX

Idalece José de Brito – São Julião

Francimaura da Silva – São Julião

Marçonilda de Lima Rodrigues – São Julião

Aos alfabetizando de Pio IX:

Antônia Generosa de Araújo

Zilton Valentim de Alencar

É preciso ousar para dizer cientificamente que  
estudamos,  
aprendemos,  
ensinamos,  
conhecemos nosso corpo inteiro.

Com sentimentos,  
com as emoções,  
com os medos,  
com a paixão e também com a razão  
crítica.

Jamais com estas apenas.

É preciso ousar para jamais dicotomizar o  
cognitivo do emocional.

Paulo Freire



## RESUMO

Dissertação de Mestrado  
Programa de Pós-Graduação em Educação  
Universidade Federal de Santa Maria, RS, Brasil

### **POLÍTICAS PÚBLICAS NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: PROGRAMA ALFABETIZAÇÃO SOLIDÁRIA**

Autora: Isabel Cristina de Aguiar Orquiz  
Orientador: Fabrício Ricardo de Limas Tomio  
Data e Local da Defesa: Santa Maria, dezembro de 2004.

O presente trabalho integra-se à Linha de Pesquisa "Formação de Professores" do Programa de Pós-Graduação em Educação – CE/UFSM. A Educação de Jovens e Adultos é um tema relevante no atual contexto educacional. Através da análise da legislação pertinente – LDB 9394/96, Parecer do CNE/CEB 11/2000, Plano Nacional de Educação e Constituição Federal de 1988, procurou-se analisar os resultados alcançados pelo Programa Alfabetização Solidária (PAS) em conjunto com a Universidade Federal de Santa Maria – UFSM, no processo de formação de alfabetizadores populares. Os municípios participantes da pesquisa são parceiros desta Universidade e do PAS. As atividades pedagógicas foram realizadas no Piauí, Região do Semi-Árido (Municípios de Caldeirão Grande do Piauí, Fronteiras, Pio IX e São Julião). No decorrer da pesquisa foi constatado um grande envolvimento e conscientização dos coordenadores(as) municipais, monitores(as) pedagógicos(as), alfabetizadores(as) na busca da aquisição de novos saberes relacionados à leitura, escrita, bem como de conhecimentos específicos, como matemática e biologia. Verificou-se, através da aplicação de questionário e da observação participante, que alfabetizados e alfabetizadores consideram que é por meio da educação que se efetivará uma participação mais significativa em suas comunidades e a articulação de ações que visem mudanças em seu contexto político e sócio-cultural. Portanto, o Programa Alfabetização Solidária tem se apresentado como uma maneira de atenuar os índices de analfabetismo no Brasil, país com graves desigualdades regionais. A sistematização e análise desta experiência (que une organizações governamentais e não-governamentais) têm importância fundamental para a compreensão do processo de fortalecimento da cidadania de todos os sujeitos envolvidos.

**Palavras-chave:** Programa Alfabetização Solidária, Educação de Jovens e Adultos, Políticas Públicas

**ABSTRAC**

Master's Degree Dissertation  
Post Graduation Program in Education  
Federal University of Santa Maria, RS, Brazil

**PUBLIC POLICIES IN THE EDUCATION OF YOUNGSTERS  
AND ADULTS:  
LITERACY SOLIDARITY PROGRAM**

Author: Isabel Cristina de Aguiar Orquiz  
Adviser: Fabrício Ricardo de Limas Tomio  
Local and Date of Defense: Santa Maria, December 2004

The present paper integrates into the Research Line "Formation of Teachers" of the Post Graduation Program in Education – CE/UFSM. The education of youngsters and adults is a relevant issue in the present educational context. According to the analysis of the pertaining legislation – LDB 9394/96, Report of the CNE/CEB 11/2000, Education National Plan and the Federal Constitution of 1988, in which it was tried to analyze the results achieved by the Literacy Solidarity Program (PAS) together with the Federal University of Santa Maria – UFSM, in the process of Formation of Popular Teachers. The cities that made part of this research/project are partners of the Federal University and of the PAS. The pedagogical activities were performed in Piauí, in the Semi-dry region (in the towns of Caldeirão Grande do Piauí, Fronteiras, Pio IX, and São João). As long as the research was carried out a great involvement and consciousness of the city coordinators, of the pedagogical monitors and of the teachers eager for the acquisition of the new knowledge related to reading, to writing, and to specific areas of knowledge such as mathematics and biology was observed. It was testified, through the use of a questionnaire and through the participating observation, that not only the teachers but also the learners consider that it is through education that they are going to have a more significant participation in order to achieve a better effectiveness in their communities and the articulation of actions which seek changes in the political and socio-cultural context. Therefore, the Literacy Solidarity Program has demonstrated to be as one of the ways to decrease the illiteracy rates in Brazil, which is a country with serious regional differences. The systematization and analysis of this experience (which joins governmental and non-governmental institutions) have a fundamental importance to the comprehension of the process and the reinforcement of the citizenship of all the subjects involved as well.

Key-words: Literacy Solidarity Program, Youngsters and Adults Education, Public Policies

## SUMÁRIO

<b>LISTA DE ANEXOS.....</b>	<b>xi</b>
<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>01</b>
<b>CAPÍTULO 1 – A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO BRASIL: PERSPECTIVAS TEÓRICAS E BREVE HISTÓRICO.....</b>	<b>05</b>
1.1 Educação de Jovens e Adultos: questões conceituais e sua articulação com as Políticas de Educação.....	05
1.2 Histórico de Programas de Alfabetização no Brasil a partir da década de 1930.....	10
1.3 Delineamento Metodológico da Pesquisa.....	14
<b>CAPÍTULO 2 – O PROGRAMA ALFABETIZAÇÃO SOLIDÁRIA – PAS.....</b>	<b>18</b>
2.1 Histórico do Programa de Alfabetização Solidária na UFSM.....	26
<b>CAPÍTULO 3 – O PROGRAMA ALFABETIZAÇÃO SOLIDÁRIA E AS POLÍTICAS PÚBLICAS.....</b>	<b>32</b>
3.1 O PAS e a Atual Legislação.....	32
3.2 Plano Nacional de Educação – PNE.....	33
3.3 Lei de Diretrizes e Bases n. 9394/96.....	34
3.4 Parecer CNE/CEB 11/2000.....	35
3.5 Política Pública de Educação de Jovens e Adultos no RS: Cadernos Pedagógicos EJA – 1.....	35
3.6 Por que as Escolas de Ensino Fundamental estão Oferecendo a EJA e não o Ensino Fundamental Regular?.....	37
<b>CAPÍTULO 4 – PROGRAMA ALFABETIZAÇÃO SOLIDÁRIA E AS QUESTÕES PEDAGÓGICAS.....</b>	<b>39</b>
4.1 Considerações sobre o Material Didático Oferecido pelo Programa Alfabetização Solidária.....	42
<b>CAPÍTULO 5– CONTRIBUIÇÕES DO PROGRAMA ALFABETIZAÇÃO SOLIDÁRIA.....</b>	<b>44</b>

<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>51</b>
<b>BIBLIOGRAFIA.....</b>	<b>53</b>
<b>ANEXOS.....</b>	<b>56</b>

## LISTA DE ANEXOS

- Anexo A – Entrevista Coordenadores Municipais
- Anexo B – Entrevista Monitores Pedagógicos
- Anexo C – Entrevista Alfabetizadores
- Anexo D – Entrevista Alfabetizandos
- Anexo E – Kit Capacitação
- Anexo F – Princípios Orientadores do Programa Alfabetização Solidária
- Anexo G – Termo de Adesão
- Anexo H – Resolução MEC/FNDE, n.06 de 02 de abril de 2003

## INTRODUÇÃO

Neste início de milênio, a realidade do avanço científico/tecnológico impulsiona transformações sociais, econômicas, políticas e culturais. Isso exige análises contínuas sobre programas de naturezas diversas, principalmente em se tratando de educação e, especificamente, de jovens e adultos. Em razão de existir um consenso de que a educação é uma das bases da sociedade, são necessárias análises sobre os mais variados e diferentes aspectos e contextos em que se inserem as escolas ou as comunidades.

Esses espaços de avanços tecnológicos exigem pessoas competentes com conhecimento e compreensão crítica da realidade. Exigem disponibilidade pessoal e iniciativa própria, percepção e visão para atuar em programas que tenham resultados significativos nos seus objetivos para a comunidade local e para a sociedade de um modo geral. Nesse contexto, a educação de jovens e adultos destina-se a pessoas que apresentam defasagem de conhecimentos escolarizados ou que são completamente analfabetas. Devido a essa situação, muitos não têm condições de atender às exigências sociais. Exigências essas que estão relacionadas com o domínio da escrita, leitura e novas tecnologias para que possam ter uma boa atuação profissional e social, logo, isso resultará em realização pessoal.

Tendo em vista tal condição, este trabalho tem a perspectiva de investigar o significado do Programa Alfabetização Solidária/PAS<sup>1</sup>, nos municípios parceiros em que profissionais e acadêmicos da Universidade Federal de Santa Maria atuam.

---

<sup>1</sup> A sigla PAS será utilizada no corpo deste trabalho referindo-se ao Programa Alfabetização Solidária.

A idéia de realizar a pesquisa decorreu do fato de minha participação na equipe do referido Programa, o que me suscitou, enquanto pesquisadora, a necessidade e a importância de avaliá-lo. Assim, também como profissional do meio educacional, minha participação na equipe do PAS/UFSM fez com que surgissem as seguintes indagações: *Quais as implicações e contribuições que a implementação do Programa Alfabetização Solidária – PAS tem trazido para as comunidades envolvidas?*

O Brasil, apesar de estar engajado em campanhas nacionais e internacionais contra o analfabetismo, ainda possui um contingente de cerca de 17.552.762 pessoas analfabetas, conforme o último Censo IBGE 2000. Em razão disso, essas pessoas têm tido dificuldade em participar do processo social<sup>2</sup> e ter acesso às tomadas de decisões, pois, são integradas aos processos sociais de um modo excludente, subalterno e seletivo, já que a sociedade se organiza tendo por parâmetro os códigos letrados. Decorrente disso, muitas vezes são alijadas dos serviços oferecidos pelo Estado, dentre outras coisas, pelas dificuldades de ter acesso a informações, face ao não domínio dos referidos códigos de escrita, leitura e novas tecnologias, como por exemplo, o acesso ao computador.

Este estudo se integra à linha de pesquisa “Formação de Professores” do Programa de Pós Graduação em Educação – CE/UFSM. Ao abordar a temática alfabetização de jovens e adultos, pretende-se somar esta pesquisa com outros estudos já realizados. É por meio de fatores sociopolíticos e pedagógicos que se dará a análise sobre os resultados do PAS para as pessoas diretamente envolvidas. Para tanto, segundo Nóvoa (2000, p.15), “dar vez à voz de professores” e às pessoas que foram entrevistadas, são elementos importantes neste momento histórico, para a formação de professores. Isso inspira trabalhos sobre a práxis educacional, tratando de dar maior valor ao alfabetizador do PAS.

Esse fato é evidenciado com maior significado em razão de minha participação no Programa desde agosto de 2001. Primeiramente, como monitora do Curso de Capacitação de Alfabetizadores e, a partir de janeiro de 2002, como

---

<sup>2</sup> Os analfabetos participam e integram processos sociais pois trabalham, desenvolvem mecanismos próprios para se integrar ao mundo letrado, são vinculados a instituições, têm famílias, etc.

docente na formação dos alfabetizadores, coordenadora setorial e, por intermédio do qual realizo visitas de acompanhamento aos municípios parceiros. Isso me motivou a realizar um estudo sobre educação de jovens e adultos, em monografia, junto ao curso de Especialização em Gestão Educacional do Programa de Pós-Graduação da UFSM, concluído em outubro de 2002. Assim, a temática Política Pública na Educação de Jovens e Adultos possibilitou dar continuidade a essa pesquisa, agora no Mestrado em Educação, PPGE – CE/UFSM. Portanto, é uma temática de interesse pessoal em que possuo conhecimento da literatura.

O PAS é um Programa que se destina a jovens e adultos que não possuem uma educação escolarizada. Possibilita, também, o desenvolvimento de estudos que visam contribuir para a construção de novos conhecimentos sobre educação e outras áreas das Ciências Humanas. Além disso, envolve instituições reconhecidas no cenário da educação nacional e integra um número significativo de agentes estudantes e professores da UFSM e outras instituições. Para este estudo, nos interessa avaliarmos os municípios em que atuam profissionais e acadêmicos da UFSM.

A presente pesquisa analisa as contribuições e mudanças que o Programa causou nas pessoas envolvidas (coordenador, monitor, alfabetizadores e alfabetizandos). Procura perceber as alterações ocorridas no cotidiano desses indivíduos e o que puderam organizar em termos sociais e comunitários locais.

O primeiro capítulo apresenta a “Educação de Jovens e Adultos no Brasil: perspectivas teóricas e breve histórico”. No capítulo seguinte, é contemplado o histórico do “Programa Alfabetização Solidária/PAS”, bem como a parceria da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). O terceiro capítulo proporciona uma reflexão sobre a relação entre o PAS e as Políticas Públicas em Educação. No quarto capítulo, o estudo oferece uma análise entre o PAS e questões pedagógicas. Finalmente, no quinto e último capítulo, descreve-se a análise e interpretação do significado atribuído ao PAS pelos entrevistados.

Nas Considerações Finais são apresentados alguns resultados obtidos para as comunidades em que foi implantado, realizando-se um cotejo entre os objetivos



expressos pelo PAS, mediado pela participação da UFSM, com as percepções manifestas pelos entrevistados.

## CAPÍTULO 1

### A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO BRASIL: PERSPECTIVAS TEÓRICAS E BREVE HISTÓRICO

#### 1.1 Educação de Jovens e Adultos: questões conceituais e sua articulação com as Políticas de Educação

Na atual Lei de Diretrizes e Bases 9394/96, a Educação se subdivide em Educação Básica que compreende: Educação Infantil e Ensino Fundamental; Ensino Médio; Ensino Superior e Modalidades de Ensino. Neste estudo nos ateremos à Educação Básica, em especial à Modalidade “Educação de Jovens e Adultos” que foi agregada a esta.

De acordo com Evangelista e Machado, “o termo educação etimologicamente (do latim *educatio, educare*), significa nutrir e alimentar algo; também, fazer esse algo sair (para fora de si)”. Logo, essa palavra

refere-se ao conjunto das influências do meio sócio-histórico sobre os indivíduos, que levam-nos a adquirir ou fazer sair de si as características próprias do ser humano (atividade, sociabilidade, consciência, liberdade e universalidade). Em sentido mais restrito, designa a prática social, voluntária, intelectual e metódica exercida por agentes diversos (família, escola, igreja, partidos, associações, etc.) através de procedimentos que têm como objeto o homem (crianças, jovens e adultos) (2000, p. 118).

Com esse intuito, a Educação Básica, de acordo com a LDB 9394/96, procura “desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores”. Esses objetivos, segundo Parenti, (2000, p.122): são estendidos à modalidade Educação de Jovens e Adultos, a qual prevê práticas educativas formais e não formais, o desenvolvimento comunitário, a conscientização política, a formação profissional, a educação popular, a educação permanente.

Portanto, a educação num contexto mais amplo, visa despertar as potencialidades do ser humano para que esse corresponda às expectativas da sociedade.

Na atual conjuntura, a educação é elemento fundamental para o desenvolvimento. Por isso, não se concebe uma população com alto índice de analfabetismo, como é o caso da brasileira.

O não possuir habilidades de leitura ou escrita designa o analfabetismo. Esse fator caracteriza aqueles “que não conseguem ler e nem escrever uma declaração curta e simples no seu dia-a-dia não entendendo claramente aquilo que eventualmente leu ou escreveu” (UNESCO, 1978). Em virtude disso, podemos comentar a respeito do analfabetismo funcional, que segundo Duarte (1986), refere-se à “situação da pessoa que, por sua precária alfabetização ou por falta de prática e continuação dos estudos, volta à condição de analfabeto que conserva”. A condição de não poder exercer em toda a sua plenitude os direitos de cidadão, acaba por legitimar a dominação existente sobre essas pessoas, colocando-as à margem da sociedade. Pois, a não aquisição dos conhecimentos exigidos por nossa sociedade contemporânea tem sido um dos principais motivos de exclusão da maior parte desses sujeitos.

Com isso, a alfabetização, como instrução primeira, torna-se um fator imprescindível como forma de amenizar a condição de excluídos que muitos têm carregado consigo no decorrer da vida. Conforme Freire (1970), a alfabetização é uma estratégia de liberação para que as pessoas compreendam não só a palavra,

mas também o mundo. Essa questão nos lembra a necessidade da “leitura da palavra”.

Segundo Freire e Macedo (1987), o termo “leitura da palavra” refere-se à “compreensão influenciada pelo conhecimento das situações políticas e econômicas, que circundam o texto; compreensão esta que, por sua vez, influencia como o indivíduo vê as condições políticas e econômicas”. Ou seja, num primeiro momento, é indispensável nos conscientizarmos da dimensão dos acontecimentos sociais, políticos e econômicos, para que num próximo passo seja possível uma reflexão crítica seguida de ações relevantes. Logo, a clareza do mundo, reflete a clareza e compreensão da palavra.

A alfabetização para Torres (1992, apud FERNANDES, 2002), pode assumir quatro perspectivas teóricas. Na perspectiva da “modernização – capital humano”, a alfabetização de adultos contribui para o desenvolvimento econômico [...] e permite o desenvolvimento da heterogeneidade social com a adoção de inovações. Já, na perspectiva da “pedagogia do oprimido e educação popular”, a alfabetização é uma prática educativa definida como “ação cultural” para o desenvolvimento da consciência crítica dos setores populares subalternos e “apresenta-se como parte das condições subjetivas do processo de transformação social”. Para o “idealismo pragmático” [...] “educação permanente”, propõe-se a explorar o potencial humano em benefício do indivíduo e da sociedade. No campo da “engenharia social” (corporativismo), a alfabetização é vista como um instrumento de “qualificações médias aos que irão constituir a base de mão-de-obra [...] como um modo de compensar a população que permaneceu marginalizada dos sistemas formais” (p.32-35).

Uma outra perspectiva teórica é o conceito de letramento, por esse ir além do processo de alfabetização conforme o entendimento de Soares (1998, p.39),

um indivíduo alfabetizado não é necessariamente um indivíduo letrado, alfabetizado é aquele que sabe ler e escrever; já o indivíduo letrado, o indivíduo que vive em estado de letramento, é não só aquele que sabe ler e escrever, mas aquele que usa socialmente a leitura e a escrita, responde adequadamente às demandas sociais de leitura e de escrita.

Como procuramos demonstrar acima, podemos perceber a existência de justaposição e de contrastes entre os conceitos de alfabetização. Esses conceitos se aproximam ou se distanciam de acordo com a concepção de sociedade subjacente e, portanto, das orientações teóricas - políticas o que vai influenciar na concepção de programas de educação de jovens e adultos e nos fins e objetivos a que estes se propõem.

Diante das perspectivas conceituais mencionadas, a nossa posição é a de que não se pode conceber a alfabetização como um processo que se esgota em si mesmo. De fato, as exigências sociais contemporâneas colocam a necessidade de os sujeitos irem, além disso: hoje, em busca do letramento, amanhã, a sua superação.

De fato, a possibilidade de pensar a EJA como processo pedagógico dentro das políticas públicas atuais nos possibilita rever o processo de alfabetização, não apenas como um processo que leve ao aprendizado da leitura, escrita e aritmética, mas sim como uma contribuição para que o homem possa chegar ao seu pleno desenvolvimento. Em virtude disso, essa visão aproxima-se da idéia de leitura de mundo e da palavra com criticidade, como um instrumento de conscientização política do povo para a transformação social (FERNANDES, 2002, p. 38).

Em relação às Políticas Públicas, Duarte (2000, p.253) comenta que

estas são medidas voltadas para a reprodução econômica e social dos indivíduos ou da coletividade. Elas concernem às agências do governo e aos governados. As políticas públicas resultam de determinações estruturais que regulam o processo social e se expressam em medidas de educação, saúde, previdência, assistência, emprego, habitação, renda, etc. Elas podem também ser implementadas para dar cobertura a situações conjunturais, assumindo um caráter provisório e emergencial. As políticas públicas podem ser universais, ou seja, voltadas para todos os cidadãos, ou seletivas (segmentadas/pontuais), voltadas para determinados grupos sociais. O Estado é a instância fundamental de implementação e regulação das políticas públicas, ao assumir o papel de mediador entre os diversos atores presentes no processo histórico-social.

Azevedo, afirma que, “o conceito de políticas públicas implica considerar os recursos de poder que operam na sua definição e que têm nas instituições do Estado, sobretudo na máquina governamental, o seu principal referente” (1997, p.5).

Acrescenta, ainda, que existe uma relação estreita entre a definição das políticas públicas, a memória da sociedade, a sua história e as representações sociais que cada sociedade tem sobre si própria. As sociedades (re) criam, conceituam e (re) conceituam seus símbolos, valores, normas e regras, que compõem o conjunto das representações sociais e que, num momento posterior, são ressignificados e (re) compõem o universo da culturalidade, dentro de um determinado espaço e tempo social. Dessa maneira, as políticas públicas sofrem modificações correspondentes aos diferentes e diversos tempos e espaços históricos, sociais e conjunturais.

Nesse sentido, a situação econômica, social e cultural atual exige uma compreensão maior do mundo e das relações de trabalho. Compreensões essas que implicam o domínio de novos conhecimentos, novas terminologias, de novas formas de sociabilidade que vêm pautando as relações sociais. Trata-se de uma conjuntura em que as políticas públicas educacionais também estão sendo afetadas, já que essas integram o todo social.

Assim, segundo Azevedo (1997, p.6), está se

configurando uma outra geopolítica em articulação aos requerimentos do modo de acumulação flexível que vai se impondo com a absorção das chamadas novas tecnologias [o que] tem trazido profundas repercussões para o mundo do trabalho e, portanto, vem repercutindo na definição de políticas públicas.

Isso exige compreensões amplas sobre as implicações da educação para o mundo do trabalho. Em razão disso, alfabetizar e letrar o indivíduo é capacitar os sujeitos para que tenham condições de produzir, bem como procurar que seja atenuada a sua exclusão social. Desse modo, novamente, estamos vendo a implantação de programas de educação como é o caso do PAS. Entretanto, não podemos esquecer que, ao longo da história brasileira, foram muitos os programas

implantados visando à alfabetização de jovens e adultos, cujas orientações refletiam as especificidades de cada conjuntura.

## **1.2 Histórico de Programas de Alfabetização no Brasil a partir da década de 1930**

A Educação de Jovens e Adultos no Brasil era tida como parte da educação popular<sup>3</sup>, sendo entendida como educação oferecida a toda a população e aberta a todas as camadas sociais.

Conforme Paiva (1973, p.73), “ela é parte da educação popular, pois a educação elementar inclui as escolas noturnas para adultos que durante muito tempo, foram a única forma de educação de adultos praticada no país”.

No entanto, para os propósitos da nossa pesquisa, estamos considerando as iniciativas que partiram de Estado brasileiro e foram regulamentadas nas Constituições, o que vai ocorrer a partir da década de 1930. Sendo assim, as primeiras iniciativas de caráter estatal voltada para a educação de jovens e adultos no Brasil, foram registradas no 1º Plano Nacional de Educação criado no ano de 1934, referendadas na Constituição Federal promulgada no mesmo ano.

A Constituição de 1934, no seu artigo 150, delegou o ensino primário integral, gratuito e de frequência obrigatória, extensiva aos adultos como dever do Estado e direito de todos os cidadãos. Essa distinção foi reforçada pelo movimento da Escola Nova, postulando a obrigatoriedade, gratuidade e descentralização do ensino básico.

---

<sup>3</sup> A educação popular seria oferecida a camada pobre da sociedade, nesta eram incluídos homens, mulheres e crianças. Enquanto que, a EJA seria destinada aqueles que não freqüentaram não escolarizados na idade própria.

Mais tarde, com a implantação do Estado Novo, surge nova Constituição a de 1937, na qual foi inserido o ensino pré-vocacional e profissional, trabalho manual com acesso à leitura e à escrita, sob responsabilidade do Estado.

A partir da década de 40, cresce a consciência sobre a importância de atender pessoas excluídas do contexto escolar, de modo que isso culminou na Reforma Capanema em 42, tendo vigorado até 1961 com a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

Com os Decretos n. 4058/42 e a Lei 5293/43 que criou o fundo Nacional de Ensino Primário em convênio com os Estados e a Lei 8529/46 que instituiu o Ensino Supletivo para adolescentes e adultos, seguiu os mesmos princípios do ensino primário.

A Constituição Federal de 1946 não contemplava a Educação de Jovens e Adultos, mas no ano de 1947, o Ministério de Educação e Saúde cria o serviço de Educação de Adultos que se manteve através da infra-estrutura dos Estados e Municípios até fins da década de 50. Com a ocorrência da primeira Campanha Nacional de Alfabetização de Adultos, no ano de 52, aconteceu a Campanha de Educação Rural.

Em razão de não ter atingido, na prática, seus objetivos, foram instituídos órgãos e serviços nacionais para atuarem na complementação da educação de adultos já com o fim de profissionalização.

Nesse sentido, foram criados o Instituto Nacional do Cinema Educativo (1937); Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (1937); Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (INEP, 1938); o Serviço Nacional de Radiodifusão Educativa (1939); Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI, 1942); Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC, 1946); Conselho Nacional de Pessoal de Nível Superior (CNPq, 1951); Campanha Nacional de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES, 1951); Campanha de Aperfeiçoamento e Difusão do Ensino Secundário (CADES, 1954); Centro de



Pesquisas Educacionais e Centros Regionais de Pesquisas Educacionais (1955); entre outros de caráter suplementar e provisório (RIBEIRO, 1998).

Além disso, a 2ª Campanha Nacional de Erradicação do Analfabetismo, em 1958, não obteve sucesso, seguiu-se, então, a realização do 2º Congresso Nacional de Educação de Adultos.

Contudo, isso não foi suficiente para atingir a alfabetização de adultos, razão pela qual surgiram iniciativas como o Movimento de Educação de Base, Movimento de Cultura Popular do Recife (1961), dos Centros Populares de Cultural da União Nacional dos Estudantes, e a Campanha de Pé no Chão Também se Aprende a Ler, da Secretaria de Educação de Natal (Cadernos Pedagógicos EJA –1/2000, p. 11).

Em 1961, foi instituída a Lei de Diretrizes e Bases (Lei n. 4024), que em seu Artigo 99 determina

aos maiores de 16 anos será permitida a obtenção de certificados de conclusão do Curso Ginasial, mediante a prestação de exames de madureza, após estudos realizados sem a observância de regime. No parágrafo único, cita as mesmas condições para os que desejarem obter o certificado de conclusão de Curso Colegial aos maiores de 19 anos.

Em 1967 foi criado o MOBRAL (Movimento Brasileiro de Alfabetização), através da Lei n. 5379/67, com vistas a oferecer alfabetização aos adultos, agregando desta forma educação/trabalho. Também foram criados os Decretos n. 61.311/67 a propósito de levantamento de recursos e o Decreto n. 61.314/67 para a organização de campanhas cívicas a favor da alfabetização. Ou seja, por meio da educação se viabilizaria o desenvolvimento do novo modelo econômico e político do País.

Em 1971, o Ensino Supletivo (1967), ressurgiu objetivando a Educação Básica, tendo como base a escola regular – Ensino Fundamental e Médio, cuja organização foi definida na Lei 5692/71, visando completar a escolarização regular para aqueles que não haviam seguido ou concluído seus estudos na idade própria.

Caracterizou-se pela flexibilidade no currículo e incorporação das práticas do ensino regular transmitindo a idéia da aceleração escolar.

No ano de 1985, o MOBRAL (Movimento Brasileiro de Alfabetização/1967) foi extinto e substituído pela Fundação Educar, com o objetivo de fomentar programas de ensino que atendessem as necessidades daquelas pessoas que não tiveram acesso à escola ou que foram excluídas dela.

O Programa Nacional de Alfabetização e Cidadania – PNAC foi criado em 1987. Não chegou a ser executado, em razão de que a EJA não estava dentro das propostas de Políticas Públicas Educacionais, priorizadas pelo governo do presidente Fernando Collor de Melo.

Em 1988, a EJA ganhou espaço na Constituição Federal. E, no ano de 1995, instituiu-se o Conselho da Comunidade Solidária para fortalecer a sociedade civil e criar programas inovadores, no enfrentamento da pobreza e exclusão social.

Em 1996, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN 9394/96, contempla a educação de jovens e adultos no contexto do Ensino Fundamental. No ano seguinte foi criado o Programa Alfabetização Solidária/PAS, com o objetivo de alfabetizar jovens e adultos que não tiveram acesso à escolarização no seu tempo hábil.

A UFSM iniciou sua parceria com o PAS em julho de 1998, tendo ocorrido o primeiro “Curso de Capacitação de Alfabetizadores de Jovens e Adultos”<sup>4</sup> em agosto.

Em 2000, o Conselho Nacional de Educação emitiu o Parecer para a Educação de Jovens e Adultos n. 11/2000 em 10 de maio, sendo seu relator o Prof. Carlos Roberto Jamil Cury. Neste, a EJA é compreendida como uma modalidade de ensino que faz parte da Educação Básica, nas etapas fundamental e média,

---

<sup>4</sup> Título do Projeto que consta no registro do Programa Alfabetização Solidária – Gabinete de Projetos do CE/UFSM.

apresentando algumas características próprias como a Função Reparadora, Equalizadora, Permanente e Qualificadora.

### **1.3 Delineamento Metodológico da Pesquisa**

#### **Caracterização da pesquisa**

Na abordagem sobre Educação de Jovens e Adultos, procurei definir um recorte temporal, sistematizar um determinado campo de conhecimento, reconhecer os principais resultados da investigação, identificar temas e abordagens dominantes e emergentes, bem como lacunas e campos inexplorados abertos à pesquisa.

A presente pesquisa investigou as implicações e contribuições que o PAS tem propiciado às comunidades envolvidas (coordenador(a) municipal, monitor(a) pedagógico(a), alfabetizador(a) e alfabetizandos).

Tendo como base os objetivos a que o estudo propõe-se a atingir, qualifiquei-o como sendo de cunho qualitativo (sem desmerecer os atributos quantitativos), em virtude de este ser o mais adequado à investigação da temática abordada.

Segundo Minayo (1994, p.22):

A pesquisa qualitativa responde questões muito particulares. Ela se preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis.

No estudo, utilizei entrevista semi-estruturada para o registro dos depoimentos dos colaboradores.

As entrevistas semi-estruturadas tiveram como eixos temáticos: a contribuição do programa para os coordenadores, monitores, alfabetizadores e alfabetizandos; análise do material didático/pedagógico; contribuição do PAS à elaboração de políticas públicas na EJA e apreciação das práticas de políticas públicas na educação de jovens e adultos no Programa Alfabetização Solidária.

Os dados coletados foram analisados obedecendo a um minucioso referencial teórico previamente delimitado pela pesquisadora. Foram colocados em voga temas como: políticas públicas, alfabetização de jovens e adultos, organização do Programa, representação social, análise do discurso, significado do PAS para os entrevistados (coordenadores, monitores, alfabetizadores e alfabetizandos), entre outros assuntos que poderão ser trazidos à tona no desenrolar da pesquisa.

Para análise dos dados obtidos, utilizei a metodologia da Análise de Discurso que é uma forma de analisar como os sujeitos representantes de uma conjuntura social atribuem significado ao PAS. Orlandi (2000, p.15)

concebe a linguagem como mediação necessária entre o homem e a realidade natural e social. Essa mediação que é o discurso torna possível tanto à permanência e a continuidade quanto o deslocamento e a transformação do homem e da realidade em que ele vive. O trabalho simbólico do discurso está em base da produção de existência humana.

O presente estudo está integrado à linha de pesquisa Formação de Professores do Programa de Pós Graduação – CE /UFSM e procura investigar a formação dos alfabetizadores com base nos seus depoimentos, no exame do material didático do PAS e capacitações realizadas no decorrer dos módulos.

As contribuições e implicações do Programa Alfabetização Solidária foram efetuadas mediante análise dos questionários aplicados nos municípios de Caldeirão Grande do Piauí, Fronteiras, Pio IX e São Julião, localizados no estado do Piauí. Em cada município responderam o questionário o coordenador municipal (4), o monitor pedagógico (4), alfabetizadores (3 de cada município) e alfabetizandos (apenas 2 alfabetizandos do município de Pio IX participaram da pesquisa). Totalizando 22 participantes na pesquisa.

No questionário aplicado, procurou-se obter informações sobre o que essas pessoas conhecem do PAS como: 1) proposta de educação; 2) já participou do Programa em módulos anteriores; 3) o material didático organizado pelo PAS. Essas questões são comuns as quatro categorias.

Aos coordenadores municipais, perguntou-se sobre: 1) o tempo e sua atuação como tal; 2) quais as atribuições do coordenador; 3) como ele procura orientar os alfabetizadores para atuarem em sala de aula e 4) qual a contribuição do Programa para o desenvolvimento do município (ANEXO A).

Para os monitores pedagógicos, questionou-se de que maneira eles orientam e acompanham os alfabetizadores na organização e desenvolvimento de suas atividades em sala de aula (ANEXO B).

Em relação aos alfabetizadores, indagou-se sobre: 1) o papel do alfabetizador frente às exigências sociais; 2) de que forma ele poderá contribuir para que ocorram transformações no contexto educacional, socioeconômico e político de sua comunidade/município; 3) a Capacitação de alfabetizadores tem oferecido orientações adequadas para as pessoas que irão desempenhar esse papel (ANEXO C).

A questão que diz respeito ao conhecimento do Projeto Político Pedagógico – UFSM/RS, para os municípios parceiros, foi item comum aos coordenadores, monitores e alfabetizadores.

Para os alfabetizandos, questionou-se: 1) o porquê destes se matricularem numa turma de alfabetização e do PAS; 2) como eles gostariam que fossem as aulas e 3) em que a participação no Programa Alfabetização Solidária tem contribuído para transformar sua vida (ANEXO D).

Através das respostas adquiridas, verificou-se a relevância do PAS e a percepção desse como agente de transformação por meio da Educação de Jovens e Adultos.

Para melhor esclarecimento de alguns pontos, a autora utilizou sua experiência como Coordenadora Setorial, já que desde agosto de 2001 tem atuado nesse Programa, participando em capacitações para alfabetizadores, bem como acompanhando o trabalho realizado que tem sido desenvolvido pelos coordenadores, monitores, alfabetizadores (atuação em sala de aula) e parcerias municipais (Prefeituras, Secretarias de Educação e Secretarias Assistência Social).

O estudo da EJA através do Programa Alfabetização Solidária foi realizado mediante análise dos dados obtidos nas entrevistas e, também, por meio de um levantamento e exame da atual legislação brasileira para a educação, o material construído pelo PAS no decorrer de sua efetivação (livros didáticos, cartilhas, revistas e outros).

Assim sendo, o estudo envolvendo a Educação de Jovens e Adultos retrata que a educação é um objeto complexo, permitindo fazer recortes, onde a premissa respalda-se na problematização de como camadas populacionais tidas como *iletradas* (Constituição da República Federativa do Brasil, 1988) estão sendo contempladas com o “direito à educação”, rompendo com as dificuldades decorrentes da não alfabetização.

Ao concluir a explanação sobre a metodologia aplicada na pesquisa, passamos a considerar o Programa Alfabetização Solidária desde sua criação em 1997 aos dias atuais; bem como o histórico deste na Universidade Federal de Santa Maria, RS/BR de 1998 a 2003.

## **CAPÍTULO 2**

### **O PROGRAMA ALFABETIZAÇÃO SOLIDÁRIA – PAS**

O Conselho da Comunidade Solidária (1995) criou o Programa Alfabetização Solidária/PAS (1997), em razão de que o Brasil fazia parte de um grupo de países com alto índice de analfabetismo, atestado pelo Censo do IBGE (1991) e pela Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO).

O Programa Alfabetização Solidária foi um dos cinco programas criados pelo Conselho do Programa da Comunidade Solidária para articular ações de enfrentamento da pobreza e exclusão social (Revista Escrevendo as Páginas do Futuro/PAS, JAN/97-DEZ/2000, p.6).

O lançamento oficial do Programa Alfabetização Solidária ocorreu no dia 08 de Setembro de 1996, na cidade de Natal/RN. As atividades do Programa iniciaram-se em 1997, seu projeto-piloto atendia 38 municípios, totalizando 360 salas.

No ano de 2000, o Programa alcançou o número de 177 universidades parceiras, mais de 1,3 mil professores universitários envolveram-se com a organização e efetivação da capacitação dos alfabetizadores e a avaliação dos municípios participantes. Com a parceira do MEC, a partir deste ano, foi possível a distribuição de material didático a mais de 600 mil alunos e mais de 35 mil alfabetizadores. A implantação do Programa em 1.016 municípios permitiu a abertura de 27,6 mil salas da aula, totalizando 90.260 salas desde o lançamento do projeto. Nesse mesmo ano, alcançou-se parceria com 93 empresas e instituições

solidárias que aderiram ao PAS, dispendo de recursos para o atendimento e desenvolvimento da EJA (Revista Escrevendo as Páginas do Futuro/PAS. Jan/97 a Dez/2000, p.4).

Como forma de assegurar a realização dos trabalhos que têm sido desenvolvidos, o Programa conta com o apoio de organizações governamentais (nos três níveis da federação), e não governamentais (Igrejas, Sindicatos, Associações Comunitárias), Instituições de Ensino Superior e pessoas físicas, especialmente, o Conselho da Comunidade Solidária.

Esse Programa atua na Educação de Jovens e Adultos, cujo contexto busca atender a população com pouca ou nenhuma escolarização, desenvolvendo a leitura, escrita, raciocínio lógico-matemático e conhecimento de novas tecnologias como o uso do computador no contexto social. Assim sendo, por meio de ações educativas visa o desenvolvimento pleno de seus participantes e comunidades envolvidas.

Como contribuição à cidadania procura criar um projeto educacional de qualidade que respeite o saber dos alunos e possibilite o acesso às informações em diferentes áreas do conhecimento e suas articulações com a prática social.

Através da reflexão das concepções de ensino-aprendizagem, pretende organizar o trabalho pedagógico (objetivos, conteúdos, recursos e procedimentos, avaliação), para jovens e adultos de acordo com as suas necessidades, aprofundando, também, a reflexão sobre a formação de educadores que atuam na EJA e as parcerias no financiamento dessa modalidade de ensino desenvolvida no Programa Alfabetização Solidária (Revista Científica, 1999, p.12).

As práticas pedagógicas devem contemplar os interesses e conhecimentos já construídos pelo grupo envolvido, pois essas se encontram inseridas num contexto sociocultural, logo, devem estar associadas à realidade do jovem e do adulto. Esse fator de interligação entre os conhecimentos e a realidade é que permitirá aos educandos o sucesso de sua aprendizagem. Portanto, “não pode existir uma prática educativa neutra, descomprometida, apolítica” (FREIRE, 2001, p.37). Dessa



maneira, faz-se necessário uma constante avaliação do processo ensino-aprendizagem, na qual alfabetizadores e alfabetizandos constroem sua caminhada.

A avaliação é outro elemento no contexto do ensino que, juntamente com o processo de elaboração do conhecimento, tem papel essencial na aprendizagem dos alunos. A avaliação segue princípios que devem ser examinados pelo educador ao realizá-la. Para isso, precisamos saber o que é avaliação e como avaliar?

Avaliar requer que se reveja a questão da heterogeneidade dos alfabetizandos (faixa etária, situação socioeconômica, experiências de vida, etc.), a questão da auto-estima e valorização enquanto pessoa. A avaliação deve ter como finalidade oportunizar o desenvolvimento do letramento, como continuidade dos estudos adquiridos no decorrer da alfabetização.

Segundo Soares (1998, p.37), o letramento é entendido como o resultado da ação de ensinar e aprender as práticas sociais de leitura e escrita; o estado ou condição que adquire um grupo social ou indivíduo como consequência de ter-se apropriado da escrita e de suas práticas sociais.

Como forma de contribuir na aquisição e domínio da leitura e escrita, o processo de avaliação deve ser reflexivo, uma constante busca de novos conhecimentos somados à realidade dos educandos. Aos envolvidos nesse procedimento (coordenador, monitor e alfabetizador), cabe a tarefa do permanente exercício de interpretação do processo de apropriação de conhecimento dos alfabetizandos e a reorientação da prática pedagógica através dos resultados obtidos no decorrer da avaliação.

Para desenvolver um trabalho consistente, o PAS segue a LDB n. 9394/96, na Seção V, Artigos 37 e 38, do Capítulo II, que trata da Educação Básica e suas características para a Educação de Jovens e Adultos.

Embasando-se no proposto na LDB para a EJA, o Programa organizou "Princípios Orientadores". Este documento orienta as IES para ações que visem o desenvolvimento da cidadania por meio do conhecimento contextualizado, crítico e

responsável. Através do diálogo intercultural busca articular práticas pedagógicas que possibilitem tanto ao alfabetizando quanto ao alfabetizador a construção e apropriação de conhecimentos, tornando viável a esses sujeitos atuarem diante das exigências sociais.

Para as Universidades, o PAS apresenta-se como uma forma dessas promoverem reflexões sobre as diversas concepções teórico-metodológicas a cerca da EJA. Pois, as mesmas se deparam com diversas realidades em virtude das várias regiões a que se estendem. O Programa conta com o apoio de 209 Instituições de Ensino Superior<sup>5</sup> em todo o território nacional. As IES têm a responsabilidade de organizar e realizar os Módulos que ocorrem semestralmente, sendo que, cada um compreende o Curso de Capacitação para Alfabetizadores Populares. Também, orientam os coordenadores municipais e monitores pedagógicos sobre o trabalho a ser desenvolvido com o grupo de alfabetizadores em relação ao seu trabalho com os alfabetizandos e sobre as visitas de acompanhamento que se efetuarão no decorrer do módulo.

As IES possuem autonomia para organizar seu Projeto Político Pedagógico, este deve estar em consonância com o Kit Capacitação (ANEXO E) e os Princípios Orientadores do Programa Alfabetização Solidária (1999) (ANEXO F). Os documentos abordam os conteúdos, metodologia, estrutura básica, material didático, seleção dos alfabetizadores, capacitação para alfabetizadores, avaliação da capacitação e cadastro dos alfabetizadores e alfabetizandos.

A participação das Universidades no Programa Alfabetização Solidária é efetuada mediante um Termo de Adesão (ANEXO G), no qual a IES se dispõe a atender municípios que apresentam um número elevado de pessoas com pouco ou nenhum conhecimento de escrita, leitura, baixo desenvolvimento sociocultural, econômico e político. A parceria entre as universidades, PAS e municípios é voluntária, como forma dessas contribuírem no combate ao analfabetismo e estimularem o desenvolvimento individual e social dos sujeitos envolvidos. Ou seja, não é prevista na Constituição Federal, LDB, Parecer, Plano Nacional de Educação,

---

<sup>5</sup> Dados retirados do Site do PAS: <http://www.alfabetizacao.org.br>. Acesso em 18 fev. 2005.

Decretos ou Resoluções a obrigatoriedade da participação das IES em programas de educação oferecidos por órgãos governamentais ou demais instituições.

Devido a alterações advindas da Resolução do MEC/FNDE, n. 06 de 02 de abril de 2003 (ANEXO H), que estabelece novas “orientações e diretrizes para assistência financeira suplementar a projetos educacionais no âmbito do Programa Brasil Alfabetizado, para o ano de 2003”, a Coordenação Nacional do Programa Alfabetização Solidária, altera a sistemática de realização da Capacitação Inicial dos Alfabetizadores que, a partir do Módulo XIV, deverá ser desenvolvida no próprio município. Com isso, fica sob inteira responsabilidade dos municípios providenciarem local para a realização do Curso de Capacitação de Alfabetizadores, bem como hospedagem, transporte e alimentação dos professores capacitadores (ANEXO E).

Em relação aos módulos anteriores, a capacitação era realizada na IES a que o município pertence. O curso ocorria em torno de 12 a 20 dias. As despesas com transporte aéreo, terrestre, hospedagem, alimentação e a bolsa lanche (para coordenador, monitor e alfabetizadores) eram pagas pelo Programa. À universidade cabia (como ainda acontece) a organização da capacitação, reserva de hotéis e locação de veículo para transporte dos alfabetizadores quando necessário. O material didático utilizado na capacitação e no decorrer do módulo era e tem sido oferecido pelo PAS/MEC.

As empresas parceiras têm contribuído na tentativa de superação de deficiência de recursos disponíveis para a educação, em especial a de jovens e adultos, na perspectiva de avanço no processo de transformação social, econômica e política do País. Participam do PAS 144 empresas<sup>6</sup>, Instituições de Ensino Superior e organizações. Também, 7 estados que dispõem de ajuda financeira ao Programa – Acre, Ceará, Espírito Santo, Goiás, Maranhão, Roraima e Rondônia (Revista Trajetória 6 anos – PAS, 2002).

---

<sup>6</sup> Dados retirados do Site do PAS: <http://www.alfabetizacao.org.br>. Acesso em 18 fev. 2005.

O Programa Alfabetização Solidária está presente em 2.050<sup>7</sup> municípios das regiões Norte, Nordeste, Centro Oeste e Sudeste e orienta as ações desenvolvidas por seus participantes nos municípios parceiros, através dos Princípios Orientadores, Kit de Capacitação, Consultores, Gerência de Monitoramento e Avaliação, Departamento de Finanças.

Nos municípios, o Programa é de responsabilidade da Prefeitura, Secretaria de Educação ou Secretaria de Apoio a Projetos Sociais. É desenvolvido com o apoio de um coordenador(a) municipal, monitor(a) pedagógico(a) e alfabetizadores.

Às Prefeituras cabe o papel de cooperar para a institucionalização da educação de jovens e adultos nas instâncias municipais, ampliar o atendimento nas escolas para os alfabetizandos e alfabetizadores, propiciar condições para o desenvolvimento da alfabetização e letramento da comunidade, promover iniciativas comunitárias de projetos voltados para a valorização do indivíduo e do grupo, estimular parcerias e trabalhos coletivos no enfrentamento dos problemas da escolarização de jovens e adultos.

Os coordenadores, monitores e alfabetizadores, em suas atividades, devem colaborar para a formação pessoal, incentivar a permanente escolarização e a formação continuada da comunidade<sup>8</sup>. Devem, ainda, subsidiar ações pedagógicas que tornem possível a avaliação contínua de suas práticas, promover ações de compromisso político-pedagógico em sala de aula e com a comunidade.

A equipe municipal (alfabetizadores, coordenadores e monitores) é formada por pessoas que possuem Ensino Fundamental completo, Ensino Médio completo e (in)completo, Curso Magistério, outros cursando o Ensino Superior (Normal Superior, Pedagogia e Biologia) e poucos já graduados (Letras e Normal Superior). Esses encontram no PAS uma oportunidade de emprego e futuramente uma profissão como professores da rede municipal e estadual de ensino em seus municípios.

---

<sup>7</sup> Dados retirados do Site do Programa Alfabetização Solidária: <http://www.alfabetizacao.org.br>. Acesso em 18 fev. 2005.

<sup>8</sup> Preocupar-se com a formação daqueles que já participam do Programa e de outras pessoas que poderão vir a participar do mesmo.

Através do Programa, foram capacitadas 210 mil pessoas para atuarem como alfabetizadores<sup>9</sup>.

Os alfabetizandos são pessoas pertencentes à classe popular, de baixa renda, vivem de subempregos, em sua maioria são trabalhadores rurais e empregadas domésticas. Procuram no PAS um espaço para adquirirem conhecimentos escolarizados, valorização do ser humano, reflexões e, incentivo à continuidade de seus estudos, como maneira de obterem reconhecimento na comunidade da qual fazem parte, assim como de conquistarem uma vida mais digna através da educação.

Com a parceria de vários municípios, já foram alfabetizadas através do PAS 4,9 milhões de pessoas em nosso País até o final de 2004<sup>10</sup>. Em âmbito internacional o Programa Alfabetização Solidária está sendo desenvolvido em Timor Leste com 3.250 alunos, Moçambique 1.000 alunos, São Tomé e Príncipe 250, Cabo Verde e Guatemala (Revista Escrevendo Juntos – PAS, 2002/2003).

A repercussão que tem alcançado o Programa Alfabetização Solidária demonstra o quanto a sociedade civil e política estão conscientes do seu papel na luta contra a exclusão social e no desenvolvimento da cidadania por meio da educação.

Isso enfatiza a responsabilidade e o cuidado que os alfabetizadores devem ter ao organizarem seus planos de aula e ações pedagógicas, para que não infantilizem os conteúdos e a metodologia a serem aplicados com os alunos da EJA. Além disso, devem considerar as experiências familiares, sociais, conhecimentos, aptidões, procurando organizar um currículo flexível, até mesmo dentro de um horário que não se torne cansativo, que esteja dentro do universo de jovens e adultos trabalhadores.

Como educadores que objetivam em sua prática docente a emancipação do sujeito por meio da educação (em especial neste momento a “Educação de Jovens e Adultos”), é mister reavaliarmos nossa atuação pedagógica e nossa formação.

---

<sup>9</sup> Dados retirados do Site do PAS: <http://www.alfabetizacao.org.br>. Acesso em 18 fev. 2005.

<sup>10</sup> Dados retirados do Site do PAS: <http://www.alfabetizacao.org.br>. Acesso em 18 fev. 2005.

Conforme nos salienta Gandin (1998, p.145), “a maioria dos professores não se dá conta do resultado social de seu trabalho e do trabalho da escola como um todo”. Na maioria das vezes “Lutam... bravamente, para que os alunos memorizem uma série de ‘conhecimentos’ e pensam que seu trabalho nada tem a ver com a construção da realidade social”.

O autor complementa afirmando que o docente: “Não se dá conta de uma série de outros fatores que, no conjunto, dentro das escolas, emperram a sensibilidade, embotam o espírito crítico e a criatividade, fazem crescer o individualismo, burocratizam a vida” (1998, p.145).

Comentando a respeito da ação pedagógica dos educadores, Menezes (2000, p.13) diz que esta:

refere-se à seqüência de atos e medidas coordenadas, ... efeito do conjunto de forças exercidas ou da maneira como um dado contexto, sistema, instituição ou sujeito age sobre os indivíduos ou grupos sociais levando-os à transformação de si próprios.

Através da alfabetização cria-se condições para o exercício da cidadania, mas isso não é suficiente para que o indivíduo seja aceito socialmente e reconhecido profissionalmente. É necessário que ele continue se aperfeiçoando. Dessa forma, pretende-se que ocorra uma complementação dos estudos como maneira de cada um poder exercer a cidadania plenamente, adquirindo uma profissão que tenha remuneração digna e por conseqüência melhoria de qualidade de vida. Para tanto, as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação de Jovens e Adultos com o intuito de considerar as diversidades culturais preocupam-se em embasar a EJA em conhecimentos Antropológicos, Psicológicos e Sociológicos (Parecer 11/2000).

Assim, a educação de jovens e adultos não pode assumir caráter compensatório conforme tem se apresentado. Pois, as políticas compensatórias são emergenciais e seletivas, ou seja, ao serem elaboradas já se define quem serão os beneficiados. Ela é um processo complexo e contínuo que se dá em todas as classes sociais. O que a torna significativa ou não para os indivíduos é a maneira

como esta é abordada nas diversas realidades que se apresentam em nosso contexto social.

A Universidade Federal de Santa Maria/RS, iniciou sua parceria com o Programa Alfabetização Solidária em julho de 1998, quando da ocorrência da primeira capacitação. O Programa já estava realizando o seu quarto módulo de execução no Brasil.

Sendo assim, segue o histórico do PAS na UFSM e, no terceiro capítulo, será abordada a relação entre o PAS e as Políticas Públicas em Educação.

## **2.1 Histórico do Programa Alfabetização Solidária na UFSM**

A educação de jovens e adultos visa atender a população que apresenta déficit em conhecimentos escolares, causando nesses indivíduos uma desvantagem em relação aos demais devido ao não desenvolvimento intelectual, profissional e social. As iniciativas para solucionar essa problemática têm se manifestado através da adesão voluntária, como parceria das IES em programas de educação.

A Universidade Federal de Santa Maria, enquanto parceira do Programa Alfabetização Solidária, deu início às suas atividades em julho de 1998. O Programa foi vinculado a UFSM por meio do Projeto de Extensão “Curso de Capacitação de Alfabetizadores de Jovens e Adultos”, registrado no Gabinete de Projetos do Centro de Educação/UFSM, coordenado pelo professor Getulio Silva Lemos.

Esse projeto capacitou pessoas interessadas nas atividades docentes de alfabetização de jovens e adultos, oferecendo qualificação pedagógica através de fundamentos pedagógicos, materiais didáticos e professores qualificados para desempenharem a função de capacitadores.

A primeira Capacitação aconteceu de 10 a 29 de agosto de 1998 e teve duração de 123 h/a. Foi realizada nos Auditório do Centro de Ciências Sociais e Humanas e do curso de História, com horário de funcionamento: manhã, tarde e noite (de acordo com a disponibilidade dos locais).

O curso ofereceu formação para 70 alfabetizadores titulares, 8 suplentes e 4 coordenadoras municipais que foram selecionadas através da UFSM/PAS, oriundas dos Municípios de Fronteiras (10)<sup>11</sup>, Flores do Piauí (20), Pio IX (20) e São Julião (20), estado do Piauí, somando um total de 82 pessoas capacitadas. Foi aberta, também, para a participação voluntária de alfabetizadores do Projeto LER e do Projeto Piá 2000.

Nessa capacitação, foram abordados assuntos referentes a Fundamentos da Docência em EJA; Tendências Pedagógicas; Educação Popular; Construção do Conhecimento; Tópicos Especiais: Doenças Sexualmente Transmissíveis; Relações Humanas; Jogos Pedagógicos; Métodos e Processos de Alfabetização; Fundamentos Teóricos de Alfabetização; Alfabetização: prática pedagógica em EJA; Tópicos Especiais: Alcoolismo; Prática de Ensino; Repensando a Alfabetização a Partir dos Estudos Culturais.

Para a realização do evento, as despesas de transporte dos alfabetizadores ficaram sob a responsabilidade da VARIG. Os gastos com hospedagem e alimentação foram assumidos pelo Conselho de Reitores das Universidades do Brasil (CRUB). O material didático foi distribuído pelo MEC e as despesas com os professores capacitadores pagas através de doações de empresas locais.

Após ter sucedido a capacitação dos alfabetizadores e ter-se dado por encerrada as atividades da UFSM no primeiro momento do Módulo, elaborou-se relatórios do curso que foram enviados à Coordenação Nacional do PAS, em Brasília e, posteriormente, emissão de certificados para os participantes docentes e discentes.

---

<sup>11</sup> Dados referentes ao número de salas de aula implantadas em cada município.



No decorrer do Módulo, deslocaram-se professores e acadêmicos do Curso de Pedagogia - Santa Maria/RS para os municípios parceiros com o propósito de acompanhar os trabalhos desenvolvidos pelos alfabetizadores e para dar continuidade às orientações e às práticas pedagógicas desses.

Em 1999, foram incluídos mais 3 municípios, também do estado do Piauí, Alegrete do Piauí (13), Caldeirão Grande (18) e Pavussú (18)<sup>12</sup>. Esses são municípios de pequeno porte com cerca de 5 a 18 mil habitantes e população com baixa renda apresentando, assim, uma larga faixa de pobreza.

No transcorrer do trabalho desenvolvido pelo professor Getulio Lemos, foram acrescentados outros municípios do estado de Pernambuco (fevereiro de 2000): Sanharó (13) e Cabo de Santo Agostinho (13); estado do Maranhão: Junco do Maranhão (13) e Governador Nunes Freire (13); em Goiás, em agosto de 2000: Goiás (23), Davinópolis (04), Palmeiras de Goiás (18), Itaberaí (13), Palminópolis (05), Itapirapuã (18), São João da Parauna (04). Com isso, eram atendidos pela UFSM 18 municípios pertencentes a 4 estados da região Nordeste, Norte e Centro Oeste do Brasil. Também houve convite para atender municípios do Acre, Bahia e Espírito Santo.

Paralelamente ao curso de capacitação, foram desenvolvidos subprojetos, um de formação inicial para Auxiliar de Biblioteca com 12 h/a, Digitação para coordenadores e monitores, com 20 h/a e o Projeto Visão, que foi viabilizado em apenas uma edição. Este último Projeto compreendia a realização de exames de visão e, quando necessário, a distribuição de óculos para os alunos.

Durante a coordenação do professor Getulio, foi constatada modificação na vida dos envolvidos no PAS, tanto na UFSM como nos municípios.

As mudanças foram observadas no meio cultural, onde as diferenças apresentadas pelas várias regiões do País contribuíram para a formação de uma unidade de trabalho a partir da diversidade que se estabeleceu.

---

<sup>12</sup> Os números que constam entre parênteses se referem à quantidade de pessoas capacitadas nestes municípios.

Através da capacitação, alfabetizadores que receberam treinamento pela IES, conseguiram uma oportunidade de trabalho na rede municipal ou estadual, em seus municípios no ensino fundamental. Isso demonstra que nossa Universidade tem dado sua contribuição na formação e qualificação de profissionais. Dessa maneira, tanto o PAS como a UFSM tem dado sua contrapartida para a sociedade.

Para os acadêmicos da UFSM, desde a coordenação do professor Getulio, o Programa tem proporcionado a elaboração de projetos de pesquisa que têm se desenvolvido em Cursos de Especialização e Mestrado. A participação no PAS veio a somar experiências enriquecedoras que contribuem na formação profissional e pessoal dos alunos envolvidos.

O professor Getulio Silva Lemos atuou como Coordenador Geral do PAS até 20 de abril de 2002. Após essa data, a Coordenação Geral passou ao Pró-Reitor de Extensão professor Ailo Valmir Saccol, o professor Atilio Aléssio assumiu a Coordenação Pedagógica. Este exerceu suas funções na coordenação pedagógica do PAS/UFSM de abril a dezembro de 2002, devido a problemas de saúde afastou-se da Coordenação Pedagógica.

O professor Atilio Aléssio, em sua gestão, demonstrou a preocupação em qualificar os alfabetizadores oportunizando-lhes a aquisição de novos conhecimentos. Também no caso dos alfabetizandos – ávidos de um saber formal – buscou-se a preparação de cidadãos críticos, reflexivos, com posicionamentos condizentes com a problemática social. Nesse período, não foi possível a realização do curso de capacitação, mas as visitas de acompanhamento aos municípios foram realizadas conforme as orientações do Programa Alfabetização Solidária.

Atualmente, o Programa Alfabetização Solidária conta com a Coordenação Pedagógica da Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Regina Maria Melo, atendendo os municípios de Caldeirão Grande, Fronteiras, Pio IX e São Julião, estado do Piauí, região Nordeste do Brasil. Os demais municípios, anteriormente assistidos pela UFSM, foram redistribuídos para outras IES pela Coordenação Nacional do PAS.

A Coordenadora organizou uma equipe pedagógica com alunos da graduação do curso de Pedagogia, acadêmicas da pós-graduação – Especialização e Mestrado em Educação e uma servidora técnica administrativa. Com o auxílio desse grupo, tem sido possível nortear as ações pedagógicas a serem desenvolvidas nos municípios parceiros.

Para orientar as atividades internas e a relação com os parceiros, foi estruturado o Projeto Político Pedagógico/PPP<sup>13</sup> do PAS/UFSM, documento que está em consonância com os Princípios Orientadores do PAS e com o Kit de Capacitação/IES – Módulo XIV. O PPP/PAS/UFSM expressa a preocupação e desejo de contribuir na capacitação e formação de alfabetizadores, dando-lhes condições de desempenharem suas funções didático-pedagógicas e sócio-educativas, de acordo com a realidade apresentada.

Os conteúdos trabalhados na Capacitação Continuada procuram acatar os pressupostos teórico-metodológicos enfatizados nos Princípios Orientadores do PAS que destacam a necessidade da alfabetização e do letramento serem articulados como maneira de propiciar tanto aos alfabetizandos como alfabetizadores, coordenadores e monitores momentos de construção e aquisição de novos conhecimentos.

Em consideração às necessidades e com a intenção de saná-las, no Módulo XIV serão abordados com a equipe municipal conteúdos relacionados com:

- concepções de alfabetização e letramento: pressupostos teórico-práticos;
- fundamentação teórico-prática do ensino da matemática;
- o contexto histórico-cultural e a educação de jovens e adultos;
- fundamentos teóricos sobre a apropriação de conhecimentos;

---

<sup>13</sup> A sigla PPP refere-se ao Projeto Político Pedagógico e será utilizada no corpo do trabalho.

- caracterização da demanda em educação de jovens e adultos; organização do trabalho pedagógico (planejamento, procedimentos e recursos didáticos, avaliação);
- leitura, produção de textos e análise lingüística; avaliação dos alfabetizandos das práticas pedagógicas e de seu envolvimento na comunidade (Princípios Orientadores para Elaboração de Proposta Político Pedagógica, 1999, p. 24).

Para se dar maior significado às temáticas, procura-se trabalhar com uma metodologia na qual todos estejam envolvidos no processo de elaboração e apropriação dos fundamentos teóricos que embasam a aquisição da leitura e escrita. Esses procedimentos são oferecidos através da análise de textos de autoria de especialistas em EJA; debate e construção de textos com alfabetizadores, coordenadores e monitores e oficinas de construção de materiais didático-pedagógicos. Para um melhor acompanhamento das atividades e verificação do conhecimento adquirido no decorrer da capacitação, há visitas às salas de aula, onde os coordenadores setoriais mantêm contato direto com os alunos e podem constatar se os temas trabalhos com os educadores estão sendo postos em prática de acordo com as orientações.

O envolvimento de toda a equipe é feito através da afetividade, diálogo crítico e reflexivo como maneira de conscientização dos sujeitos da importância da ação educativa como prática libertadora. Na medida em que as atividades são desenvolvidas, o processo de alfabetização e letramento acontece de acordo com as condições de cada participante, considerando-se a capacidade e os limites de cada sujeito envolvido na mesma.

## **CAPÍTULO 3**

### **O PROGRAMA ALFABETIZAÇÃO SOLIDÁRIA E AS POLÍTICAS PÚBLICAS**

#### **3.1 O PAS e a Atual Legislação**

A educação de jovens e adultos está contemplada na legislação brasileira com fundamentos Constitucionais, na Lei de Diretrizes e Bases de Educação, no Plano Nacional de Educação, no Parecer do Conselho Nacional de Educação e Câmara da Educação Básica e Cadernos Pedagógicos – EJA-1/RS.

Na Constituição da República Federativa do Brasil/1988, Capítulo III, Da Educação, Da Cultura e Do Desporto, Seção I, Art. 205, a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

E segue o Art. 208, afirmando que o dever do Estado com a Educação será efetivado mediante a garantia de:

I – ensino fundamental, obrigatório e gratuito, inclusive para os que a ele não tiveram acesso na idade própria;

§ 1 O acesso ao ensino obrigatório e gratuito é direito subjetivo.

No Art. 214, a lei estabelecerá o Plano Nacional de Educação, de duração plurianual, visando à articulação e ao desenvolvimento do ensino em seus diversos níveis e à integração das ações do Poder Público que conduzam à erradicação do analfabetismo.

### **3.2 Plano Nacional de Educação – PNE**

O Plano Nacional de Educação no item III, Modalidade de Ensino, trata da Educação de Jovens e Adultos em três categorias: diagnósticos, diretrizes, objetivos e metas.

O PNE diagnostica a incidência de analfabetos além daqueles que existem, ocorrendo a reposição de números de analfabetos em razão da dinâmica demográfica. Em 1991, a taxa era de 20,1% da população, já em 95 passou para 15,6%, mas em 1997 foi de 21,4% na idade de 15 a 30 anos (PNE, 2000, p.79).

Diante disso, dispõe de Diretrizes como as transformações que ocorrem em escala mundial, o acelerado avanço científico e tecnológico, o fenômeno da globalização que incidem em valores culturais na organização de rotinas individuais, nas relações sociais, políticas e no trabalho. Em virtude disso, é imprescindível enfrentar o problema do analfabetismo porque a conjuntura mundial exige dos indivíduos competências para que, além do exercício da cidadania possam melhorar sua qualidade de vida, ampliar suas oportunidades no mercado de trabalho e usufruir lazer, para tanto, apenas saber ler e escrever é in-suficiente (PNE, 2000, p.81).

Os objetivos e metas estão dispostos em 26 itens inter-relacionados às categorias de oferta de formação continuada, integrada com programas sociais visando erradicar o analfabetismo, articulando políticas de educação de jovens e adultos, proteção contra o desemprego e geração de emprego. Isso de forma a congrega instituições como: União, Estados, Municípios, Organizações não

governamentais, IES, igrejas, sindicatos, empresas, meios de comunicação de massa entidades estudantis e organizações da sociedade civil em geral.

### **3.3 Lei de Diretrizes e Bases n. 9394/96**

Na LDB, Título III, Do Direito à Educação e do Dever de Educar em seu Art. 4, inciso VII, fica claro que o dever do Estado com a educação escolar pública será efetivado mediante a garantia de oferta de educação escolar regular para jovens e adultos, com características e modalidades adequadas às suas necessidades e disponibilidades garantindo-se aos que forem trabalhadores as condições de acesso e permanência na escola.

No Título V, dos Níveis e das Modalidades de Educação e Ensino, Capítulo II, Da Educação Básica, Seção V, Da Educação de Jovens e Adultos, Art. 37, a educação de jovens e adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio. Assegura gratuitamente aos jovens e adultos que não puderam efetuar os estudos na idade regular, oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características do aluno, seus interesses, condições de vida e trabalho, mediante cursos e exames. O Poder Público viabilizará e estimulará o acesso e a permanência do trabalhador na escola, mediante ações integradas e complementares entre si.

No Art. 38, os sistemas de ensino manterão cursos e exames supletivos que compreenderão a base nacional comum do currículo, habilitando ao prosseguimento de estudos em caráter regular.

### **3.4 Parecer CNE/CEB 11/2000**

Assim, no dia 10 de maio de 2000, o Conselho Nacional de Educação emitiu o Parecer 11/2000, sobre a Educação de Jovens e Adultos, sendo seu relator o Prof. Carlos Roberto Jamil Cury. Nesse, a EJA é compreendida como uma Modalidade de ensino que faz parte da Educação Básica, apresentando algumas características próprias como a função Reparadora, Equalizadora, Permanente e Qualificadora.

### **3.5 Política Pública de Educação de Jovens e Adultos no RS: Cadernos Pedagógicos EJA – 1**

A Educação de Jovens e Adultos acompanha os princípios da Constituição Federal/1988, a LDB n. 9394/96, a Constituição Estadual, no Art. 199, inciso I, e Art. 208, inciso I, Resolução n. 205/99, Parecer CEE n. 774/99, o Plano Nacional de Educação e o Parecer 11/2000.

Embora a visão da EJA contemple na sua totalidade os princípios universais da legislação brasileira, no Rio Grande do Sul, a Constituição Escolar foi além. Essa modalidade de ensino possui especificidades quanto à correspondência a séries iniciais e outro período denominado de pós-alfabetização, enfatizando a importância de uma visão humanística, crítica e libertadora desse processo educacional.

Por outro lado, a EJA corresponde à solução do problema no que diz respeito ao entendimento da relação escrita e signo. Entretanto, a nosso ver, sua fundamentação didático-pedagógica não evita que seja mantida a limitação social do indivíduo que dela participe.

Existe uma relação bastante forte entre a teoria e a prática de modo que elas se imbricam no social e se dicotomizam na efetividade do processo educacional. Enquanto a Constituição Federal assegura a gratuidade da formação, a mesma não



assegura acesso às condições mínimas de sobrevivência e paradoxalmente retém para si o direito de ofertar segundo suas condições financeiras.

Diante disso e de outros problemas, o PNE e a LDB tentam delimitar as funções e dar clareza para cada instituição pública. Na prática educacional elas não são exeqüíveis. Por diversas e diferentes razões, contextualizadas nos diversos tempos e espaços sócio-educacionais, a educação de jovens e adultos não encontra condições de ser executada em razão da necessidade de formação adequada aos recursos humanos.

Assim se coloca a contradição de programas de políticas públicas de educação. Em razão da discursividade dinâmica e empolgante, muitos colaboradores e voluntários assumem a tarefa de contribuir com a erradicação do analfabetismo. Entretanto, os mesmos carecem de conhecimentos que lhes permitam aplicar na prática o que exige a Legislação. “Esse atraso se explica no fato de que a maioria dos educadores foi preparada pela consciência precedente para servir a seus objetivos, dentro da realidade então existente” (Pinto, 1997, p.110).

O atraso a que muitos educadores estão presos inviabiliza a realização de um trabalho voltado para uma aprendizagem que atenda as necessidades de seus alunos e acompanhe as transformações ocorridas na sociedade contemporânea.

Contudo, o Programa Alfabetização Solidária preocupado em formar alfabetizadores que em suas práticas pedagógicas tenham condições de integrar os conteúdos à realidade dos alfabetizandos e que, na medida do possível, atenda às demandas sociais, oferece formação inicial e continuada para alfabetizadores. Conforme previsto na Resolução do MEC/FNDE, n.6 de 02 de abril de 2003, a capacitação, com algumas alterações, deve ser oferecida nos municípios a partir do Módulo XIV (Capacitação *in loco*).

Com a formação que recebem podem traduzir o serviço prestado a comunidade em ganho social para o grupo.

Para que um maior número de indivíduos encontre oportunidade de se educar é preciso que o contexto social se desenvolva, pois o atual estado só oferece, obviamente, o conjunto de oportunidades presentes (Pinto, 1997, p. 112).

Dessa maneira, resolve-se a questão de formação, financeira e social dos alfabetizadores. Isso é claro, enquanto esses não conquistam uma estabilidade socioeconômica que lhes permita optar por outra atividade mais segura<sup>14</sup> a não ser de alfabetizador do PAS, onde prestam serviços educativos como voluntários. No entanto, o mesmo não consegue atingir a totalidade da população a que pertence o grupo de não alfabetizados.

Conforme ainda salienta Pinto (1997, p.112), “A oportunidade que cada indivíduo, jovem e adulto tem de figurar numa das faixas de distribuição educacional lhe está designada por sua posição na sociedade, ou seja, objetivamente falando, por seus determinantes materiais e culturais”.

Em razão disso, pesquisar o Programa Alfabetização Solidária é uma forma de adentrar nestas e em outras questões que devem aparecer durante o processo investigativo.

### **3.6 Por que as Escolas de Ensino Fundamental estão Oferecendo a EJA e não o Ensino Fundamental Regular?**

Essa mudança da oferta do ensino Fundamental Regular para oferta do ensino através da Modalidade EJA demonstra uma transformação na práxis conceitual de educação, pois a própria LDB n. 9394/96 prevê a oferta de educação escolar regular para jovens e adultos, com características e modalidades adequadas às suas necessidades.

---

<sup>14</sup> Atividade mais segura no sentido de possuírem reconhecimento e direitos trabalhistas como as demais classes trabalhadoras.

Com base na constatação de que a escola que temos não desenvolve habilidades e competências para uma atuação na sociedade contemporânea (reprodução da divisão do trabalho intelectual e manual), torna-se necessário a invenção e realização de cursos rápidos com formação profissionalizante. Isso ocorre porque o ensino regular não atende a demanda pessoal dos educandos que necessitam de uma formação que contemple o ensino escolarizado e profissional.

O fato de a escola não contemplar as necessidades dos indivíduos através de currículo adequado, de acordo com Pinto (1997,p.38), justifica

a importância dos movimentos de educação conjunta de grandes grupos sociais (campanhas de alfabetização) pois determinam o fenômeno histórico da passagem da quantidade à qualidade. De fato, a exigência de *muitos* (educandos) se converte em exigência de *mais* e de melhor educação.

Isso significa que a educação deve ser mais rápida, ágil, eficiente ao resolver os problemas dos sujeitos e da sociedade.

Por fim, devido à demanda de jovens e adultos sem - ou com baixa - escolarização, justifica-se a existência e a efetividade de programas, movimentos e ciclos de alfabetização, projetos localizados em menores proporções, nos quais deve ser respeitada e admitida uma larga autonomia de ação e inovação àqueles que tomarem a iniciativa. Isso pressupõe conhecimento, saber e liberdade.

## **CAPÍTULO 4**

### **PROGRAMA ALFABETIZAÇÃO SOLIDÁRIA E AS QUESTÕES PEDAGÓGICAS**

O Ministério da Educação e do Desporto, como contribuição à educação de jovens e adultos através da parceria com o Programa Alfabetização Solidária, disponibiliza material didático para a realização do Curso de Capacitação para Alfabetizadores e, também, para a efetivação das aulas em todos os municípios, no decorrer dos módulos.

Entre o material oferecido encontra-se a coleção de livros “Viver, Aprender: Educação de Jovens e Adultos” (Livro 1), que consta de um Guia do Educador, compêndios que estão divididos em Módulos 1 e 2, 3 e 4, 5 e 6; Cartilhas cujo título é “Vamos Promover Nossa Saúde?” e o Programa Educação para a Qualidade do Trabalho “Alfabetização de Jovens e Adultos Diagnosticando Necessidades de Aprendizagem”. Esse material foi produzido com o apoio e financiamento do MEC dentro do Programa de Educação de Jovens e Adultos e produzido pela Ação Educativa – Assessoria, Pesquisa e Informação, baseado na *Proposta curricular para o 1º segmento do ensino fundamental*.

A Coleção Viver, Aprender 1, destina-se aos jovens e adultos que estão iniciando o processo de alfabetização. A aprendizagem inicial da leitura e escrita, incluindo a leitura e escrita dos números, é o objetivo principal das atividades que se propõe (Viver, Aprender 1 – Guia Educador, 1998, p.3).

Porém, os educadores não devem prender-se apenas a esses recursos para organizarem seus planos de aula, ao invés disso, devem preocupar-se em utilizar o material disponível na própria localidade, criatividade e, também, a imaginação e o potencial dos alunos.

O Guia do Educador contém dicas de como utilizar os livros da coleção. Algumas idéias sobre o processo de alfabetização, onde se contempla o trabalho com eixos temáticos, a dimensão regional ou local dos temas propostos, como se dá o processo de aprendizagem dos jovens e adultos, que tipo de textos os alfabetizados devem interagir, a construção de textos desde o início da alfabetização, como compreender o desenvolvimento da escrita, o que fazer quando os alunos erram e o que é estar alfabetizando.

Em relação à alfabetização matemática, ressalta-se a importância da matemática na alfabetização; o que jovens e adultos sabem sobre a matemática; como diagnosticar os conhecimentos dos alunos e como o educador pode atuar na sua ampliação; por que pode ser difícil para o aluno fazer contas no papel; a relevância do cálculo mental (Viver, Aprender 1 – Guia Educador, 1998, p.17).

Para que os educadores tenham êxito em seu trabalho, o Guia dá orientações de como o professor de jovens e adultos poderá conhecer melhor seu aluno; organizar um bom planejamento de suas atividades, bem como algumas sugestões de temas para serem abordados em sala de aula (Viver, Aprender 1 – Guia Educador, 1998, p.28).

O Livro 1 – Módulos 1 e 2, primeira parte (Módulo 1), refere-se ao eixo temático “Quem somos”, considerando os assuntos: Nomes; Os Números na nossa vida; Marcas que nos identificam; Como eu me vejo, como eu vejo os outros; Um pouco mais de Língua Portuguesa (siglas, letras, sílabas e palavras e ordem alfabética) e Um pouco mais de Matemática (algarismos e números). Já, o Módulo 2 trata do tema: “Contando o tempo”: Idades; Histórias de vida; Um pouco mais de Matemática (problemas matemáticos) e, Um pouco mais de Língua Portuguesa (quadras, versos e rimas).

O Módulo 3 e 4, primeira parte, trata da temática “Nosso lugar”: Migração; Onde eu vivo; Um pouco mais de Língua Portuguesa (Formação e ordenação de palavras) e Um pouco mais de Matemática (Cálculo com dinheiro). Na Segunda parte, o tema principal é o “Nosso Corpo”: Verificando as semelhanças, mas diferenças; Medidas do corpo; Forma e movimento; Os sentidos; Um pouco mais de Matemática (Cálculo mental; Facilitando o troco) e Um pouco mais de Língua Portuguesa (Cartaz; Ortografia: “R ou RR”, “S ou SS” e “S ou Z”).

Nos Módulos 5 e 6, o assunto tratado é “Nosso Trabalho”: Trabalho, profissão e emprego; Direitos do trabalhador; Um pouco mais de Língua Portuguesa: Os jornais escritos; Jornal mural; Ortografia: “C ou QU”, “C ou Ç”, “CE e CI” e “G e GU”; Um pouco mais de Matemática (Escrita de números e cálculo; Sequências numéricas; Decomposição de números; Composição de números; Uso da calculadora; Cálculo mental; Operações). O Módulo 6 aborda o tema “Nosso estudo”: O direito à educação; Jovens e adultos que estudam; Um pouco de Matemática (Leitura e interpretação de informações numéricas; Cálculos e Problemas), Um pouco mais de Língua Portuguesa (Cartas; Ortografia: vogais nasais; Ortografia “~” (til); Ortografia: encontros consonantais).

A cartilha “Vamos Promover Nossa Saúde?” visa a promoção da saúde através da reeducação de hábitos de vida. Contempla assuntos como “Saúde e doença: dois fenômenos da vida”, “Promover a saúde: ações que estão ao nosso alcance”, “Participação social como base da promoção da saúde” e algumas “Estratégias”.

O Programa Educação para a Qualidade do Trabalho/MEC/PAS, com sua cartilha “Alfabetização de jovens e Adultos – Diagnosticando necessidades de aprendizagem”, procura conscientizar a sociedade civil sobre o analfabetismo, mostrando a relevância do “por que aprender, o que aprender e como conhecer os educandos”, isso como um passo inicial para a organização e realização dos futuros trabalhos. Logo, entra em questão a leitura e escrita, o diagnóstico de leitura e escrita, matemática, o diagnóstico de matemática, formação das turmas e continuidade dos estudos.

#### **4.1 Considerações sobre o Material Didático Oferecido pelo Programa Alfabetização Solidária**

O PAS tem se preocupado em dar suporte para seus alfabetizadores por meio dos materiais didáticos, mas observa-se que esses não contemplam as diversidades apresentadas. Existe um consenso entre os coordenadores, monitores, alfabetizadores e alfabetizandos de que os mesmos livros já circulam há muito tempo, assim não mais têm gerado interesse aos que se utilizam destes no seu processo de ensino-aprendizagem. Também, algumas reclamações quanto aos textos, tamanho das letras e conteúdos não adequados às realidades.

Sabe-se que através do proposto pelo Programa, o material organizado tem seu valor teórico apesar de apresentar algumas falhas em relação à clientela a que se destina. Ou seja, não podemos admitir que os mesmos livros sejam utilizados para atender as várias diversidades culturais, sociais e econômicas contempladas pelo PAS. Como coordenadora setorial que há algum tempo tem acompanhado a trajetória do PAS na UFSM, vejo a necessidade de reformulação dos materiais oferecidos e, também, de explorarmos mais nas capacitações e nas visitas de acompanhamento aos municípios o material disponibilizado pelo PAS/MEC. Ao mesmo tempo, sinto que ainda há uma certa acomodação e resistência por parte de nossos parceiros municipais de buscarem e construir conhecimento para além do que é oferecido nos livros didáticos e pela coordenação pedagógica.

Para isso, estamos trabalhando com o intuito de ajudar os coordenadores, monitores e alfabetizadores a despertarem para sua capacidade criadora e inovadora. Em nossas reuniões pedagógicas (realizadas no Laboratório de Alfabetização – CE/UFSM), preocupamo-nos em reorganizar os conteúdos sugeridos nos Princípios Orientadores/PAS, Kit de Capacitação e Projeto Político Pedagógico/UFSM em questões comuns a todos, para que dessa maneira o saber teorizado na academia se torne manifesto e adquirido pelas comunidades envolvidas.

Portanto, observa-se a necessidade da construção de materiais didáticos que atendam à realidade de cada região, ou seja, é preciso diminuir a distância entre os pressupostos políticos pedagógicos do Programa Alfabetização Solidária em relação ao que se tem sistematizado como material didático de suporte ao desenvolvimento das ações pedagógicas.



## **CAPÍTULO 5**

### **CONTRIBUIÇÕES DO PROGRAMA ALFABETIZAÇÃO SOLIDÁRIA**

Este capítulo refere-se aos resultados iniciais atingidos pelos integrantes do Programa Alfabetização Solidária, de acordo com entrevistas e observações participantes, realizadas pela autora entre os anos de 2002 e 2004, nos municípios de Caldeirão Grande do Piauí, Fronteiras, Pio IX e São Julião (todos pertencentes ao estado do Piauí).

A seguir, passaremos a comentar as respostas fornecidas pelos Monitores Pedagógicos, Coordenadores Municipais e Alfabetizadores do Programa de Alfabetização Solidária, bem como de seu principal público alvo – os Alfabetizandos.

Os Monitores Pedagógicos – que estão participando do Programa no período de um a três anos – afirmam que a proposta pedagógica do Programa Alfabetização Solidária ressalta a necessidade de promover a participação nas atividades sociais, econômicas, políticas e culturais, assim como diminuir o analfabetismo e formar sujeitos dignos de exercer sua cidadania. De acordo com os mesmos, o PAS tem contribuído para o desenvolvimento socioeconômico e político dos alfabetizadores e alfabetizandos, inclusive na sua atuação em sala aula, pois esse Programa tem dado muitas oportunidades, despertando para uma nova visão de mundo e aumentando sua auto-estima.

Quanto aos aspectos pedagógicos propriamente ditos, os Monitores acompanham e orientam os alfabetizadores através de incentivo, diálogo, visitas às

salas e reuniões semanais. O material didático oferecido é avaliado como um recurso muito bom, mas, de acordo com suas opiniões, precisa adequar-se mais a realidade da região. Ainda assim, ressaltam que o Projeto Político-Pedagógico tem sido aplicado nos municípios de acordo com a realidade local. Observa-se, portanto, que a preocupação com a capacitação, motivação, riqueza de materiais pedagógicos e a adequação à realidade local tem sido uma constante entre os Monitores Pedagógicos entrevistados.

Diferentemente dos primeiros, os Coordenadores Municipais possuem um tempo maior de atuação no PAS (dois a seis anos), embora o Projeto Político-Pedagógico da UFSM seja de conhecimento recente entre os mesmos. Suas atribuições, conforme os resultados obtidos nas entrevistas, são coordenar de maneira responsável e organizada, visando um bom planejamento das atividades que resulte num aprendizado significativo para os alfabetizandos e alfabetizadores. Além disso, procuraram ajudar os alfabetizandos, mostrando os critérios do Programa e o contexto no qual estão inseridos. Portanto, também entre os Coordenadores Municipais foi possível detectar o engajamento dos mesmos nos princípios do Programa de Alfabetização Solidária, reconhecendo sua importância tanto nos aspectos sociais, políticos e econômicos, quanto nos aspectos pedagógicos.

Quanto à questão social, política e econômica, os Coordenadores observam que o Programa tem contribuído com o desenvolvimento dos municípios na medida em que os alunos começaram a entender seus direitos e deveres, valores sociais e econômicos, situação exemplificada por muitos jovens que iniciaram sua carreira profissional ou deram continuidade aos estudos chegando ao Ensino Superior. Em relação aos aspectos pedagógicos, em sentido mais estrito, os coordenadores afirmaram que a proposta do PAS é adequada à realidade das pessoas que não possuem conhecimento satisfatório, portanto, atende suas necessidades, embora alguns tenham afirmado que os livros didáticos disponibilizados apresentam atividades muito complexas para esta clientela específica, enquanto outros consideram o material didático de boa qualidade.

O terceiro grupo – dos Alfabetizadores – é composto, em sua maioria, por pessoas que possuem baixa renda, sendo que uma parcela significativa é oriunda do meio rural, com variável grau de escolarização (Ensino Fundamental e Médio e alguns alfabetizadores estão cursando Ensino Superior).

Nas entrevistas, esses afirmam ter um bom conhecimento da proposta do PAS (bem como do Projeto Político-Pedagógico da UFSM), e que este objetiva incentivar o aluno a tirar suas dúvidas, reduzir o número de analfabetos no País e mudar a visão de mundo das pessoas, capacitando-as para transmitir conhecimentos aos menos favorecidos. Os integrantes deste grupo fazem parte do Programa há um tempo mínimo de dois anos e máximo de cinco anos.

Para esse grupo de entrevistados, alfabetizar é trocar conhecimento, conscientizar, ensinar a ler e escrever, preparar pessoas para enfrentar a vida exercendo seus direitos e deveres. Seu papel é mostrar os caminhos que podem ser seguidos, transmitir e ensinar pessoas a viver em sociedade, ter uma formação continuada, realizar seu trabalho com amor, trabalhar a realidade do educando, incentivando-o a estudar para mudar sua vida, para tanto, as características desejáveis em um alfabetizador são: responsabilidade, criatividade, força de vontade, organização, compreensão, esperança, amor e vontade de transformar.

Dentre os objetivos elencados pelos Alfabetizadores para participarem do Programa constam: gostar de trabalhar com Educação de Jovens e Adultos, aprofundar seus conhecimentos em relação ao processo de alfabetização, ajudar a diminuir o analfabetismo no município, repassar aos alunos conhecimentos novos e, finalmente, transformar a sociedade. Em relação à contribuição que seu trabalho tem oferecido para o crescimento do município afirmaram que estão cumprindo com seu papel quando fazem um bom trabalho, ou seja, alfabetizam os que participam de suas turmas e conscientizam os mesmos de suas responsabilidades e deveres.

Os Alfabetizadores consideram as atividades de capacitação muito boas, com atividades práticas, úteis para a sala de aula, entretanto, ao analisar o material didático, afirmam que é um recurso de ótima qualidade, mas que precisa ser mais bem adaptado à realidade dos alunos, por exemplo, aumentando o tamanho das

letras, pois muitos dos alfabetizandos são idosos e/ou apresentam problemas de visão.

Finalmente, os Alfabetizandos responderam que obtiveram conhecimento do Programa através do seu professor alfabetizador e que o objetivo que os levou a se matricularem foi a vontade de aprender coisas novas, melhorar a leitura e a escrita – no caso dos que já tinham um conhecimento inicial – ou adquiri-las, quando ainda não possuíam o domínio das mesmas. Alguns já haviam participado do Programa em anos anteriores, obtendo resultados considerados satisfatórios, outros estavam participando pela primeira vez.

Para os Alfabetizandos, as aulas são boas quando o professor tem vontade de ensinar, entretanto, afirmam que deveria haver mais explicações sobre a escrita antes de começarem escrever, quanto ao material didático, é considerado bom.

É importante ressaltar que, para os Alfabetizandos, a motivação para participar do Programa não está relacionada apenas à aquisição de uma maior capacidade de leitura e escrita, mas à esperança manifestada pelos mesmos de alcançar melhorias em vários aspectos de suas vidas, pois, conforme se verificou pelas falas dos mesmos, há a certeza de que suas vidas irão mudar depois de aprenderem a ler e escrever.

Em suma, a partir das entrevistas realizadas com integrantes do Programa de Alfabetização Solidária nos municípios onde a Universidade Federal de Santa Maria atua, ficou patente que, entre os participantes dos quatro grupos (Monitores Pedagógicos, Coordenadores Municipais, Alfabetizadores e Alfabetizandos) há duas ordens de preocupações: a primeira, quanto aos aspectos didáticos e pedagógicos propriamente ditos e, a segunda, quanto aos aspectos políticos, econômicos e sociais.

No primeiro caso, de uma maneira geral, há uma satisfação manifesta a respeito dos resultados positivos obtidos, indicando que o Programa está cumprindo com seus objetivos iniciais. Essa satisfação é reforçada, inclusive, pelo retorno dos alfabetizandos para participarem dos módulos avançados do Programa. Entretanto,

há algumas questões pontuais que poderiam ser melhoradas, especialmente em relação ao material didático oferecido, conforme explanado pelos alfabetizadores.

No segundo caso – englobando as questões políticas, sociais e econômicas – observou-se que este é um ponto relevante para todos os entrevistados, visto que os quatro grupos referem-se à capacidade transformadora do Programa. Enquanto os integrantes dos três primeiros grupos mencionam a relevância de estarem participando de um Programa que auxilia no processo de transformação social, os integrantes do quarto grupo (os alfabetizandos) estão conscientes de que os conhecimentos e experiências adquiridas terão influência em suas vidas, no seu sentido mais amplo. A esperança manifesta pelos entrevistados do último grupo tem motivado sua permanência no Programa, ao mesmo tempo em que é um grande incentivo para que iniciativas desta natureza tenham continuidade, pois se tem a convicção de que o mesmo está contribuindo não apenas para a diminuição do analfabetismo nos locais onde é implantado mas, principalmente, para incentivar transformações importantes, contribuindo para a melhoria da sociedade.

De acordo com o proposto no Parecer 11/2000, o Programa Alfabetização Solidária/PAS enquadra-se como uma modalidade de ensino da Educação Básica. Isso corresponde também a LDB 9394/96, não sendo limitada a participação de pessoas jovens ou adultas em ensino próprio e adequado às suas necessidades e realidades. O PAS realiza na sua efetivação o atendimento a pessoas que têm pouca ou nenhuma escolarização. Desenvolve a leitura, escrita e o raciocínio lógico-matemático como forma de contribuir para o desenvolvimento das capacidades de seus participantes.

Em relação à contribuição à cidadania – um dos objetivos do Programa – há ainda a necessidade de maior conhecimento sobre sua efetivação, cuja análise necessita de outros estudos para perceber até que ponto esse processo de educação modificou a conjuntura social, a condição econômica, como também a participação e consciência política da sociedade local. Entretanto, pode-se inferir que o PAS desperta a consciência cidadã através do *feedback*. Os dois alfabetizandos entrevistados para este estudo, ofereceram informações importantes

de como isso atingiu sua vida social e política, corroborando com a percepção de que houve melhorias em seu cotidiano.

O exercício da cidadania proposto pelo PAS difunde a concepção do pleno desenvolvimento da pessoa posto em forma de lei na Constituição da República Federativa do Brasil/1988.

O Programa, através de suas compreensões de ensino-aprendizagem, dispõe de recursos próprios (material didático), que visam contribuir para o desenvolvimento de um projeto educacional de qualidade, que respeite o saber dos alunos e possibilite o acesso às informações em diferentes áreas do conhecimento e suas articulações com a prática social. Por outro lado, a comprovação do nível dessa efetivação ou o grau de interferência na vida do coordenador, monitor, alfabetizador e alfabetizados são fatores a serem estudados com maior profundidade. Isso exige presença no campo de ação desses indivíduos para comprovar a existência da qualidade e do respeito, assim como a existência de informações que possam ser acessadas no local onde vivem e utilizadas para sua atividade social e política.

Entretanto, o fato de que 10 alfabetizadores, após terem participado dos cursos de capacitação – realizados na UFSM e nos seus municípios de origem – e, em razão dessas qualificações, ao retornarem a sua cidade, conseguiram trabalho na rede municipal e estadual, ilustra a correspondência entre os objetivos do Programa e o resultado concernente aos alfabetizadores, coordenadores e monitores. Mas, permanece ainda a necessidade de uma análise sobre os alfabetizados.

O processo de capacitação dos alfabetizadores é contemplado nas prerrogativas das teorias educacionais, razão pela qual não está diretamente especificado em legislação a sua realização. Com isso, as pessoas que pensaram e colocaram em prática o Programa Alfabetização Solidária elaboraram um curso de capacitação para alfabetizadores deixando a critério das IES a maneira como serão trabalhados os conteúdos e competências básicas na EJA.

De um modo geral, os cursos de capacitação estão legalmente contemplados na legislação vigente através da correspondência da formação de jovens e adultos na CF/1988, Cap. 3, Seção I, Art. 205. E, também, na Resolução n. 06 de 02 de abril de 2003 que propõe novas orientações para a realização de projetos educacionais.

Apesar de os cursos de capacitação estarem organizados de modo a atender o que está previsto nos moldes da Lei para a EJA, a atual legislação brasileira não deixa explícito a obrigatoriedade e responsabilidade das Instituições de Ensino Superior ofertarem as capacitações para alfabetizadores. As Universidades participam na elaboração e execução como colaboradoras e parceiras nos programas educacionais.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Programa Alfabetização Solidária nesses oito anos em que tem sido desenvolvido no estado do Piauí, nos municípios de Caldeirão Grande, Fronteiras, Pio IX e São Julião, parceiros da Universidade Federal de Santa Maria/RS, tem contribuído para que se possa minimizar o analfabetismo na região.

No decorrer das visitas de acompanhamento aos trabalhos, foi constatado maior envolvimento e conscientização dos coordenadores(as) municipais, monitores(as) pedagógicos(as), alfabetizadores(as) e alfabetizados(as) em relação à necessidade de adquirirem conhecimento de leitura e escrita, bem como de conteúdos específicos, tais como matemática e biologia, pois é por meio da educação que será possível uma participação mais significativa em suas comunidades e a articulação de ações que visem mudanças em seu contexto.

A atuação desses sujeitos significa poder contribuir para o desenvolvimento da sociedade local no âmbito social, econômico, político e educacional. Isso tem sido evidenciado através dos alfabetizadores e monitoras que conseguiram empregar-se na rede municipal e estadual, no Ensino Fundamental, pela organização de Associações Comunitárias nas localidades de Pereiros e Sabonete, em Caldeirão Grande do Piauí e a inserção de 25 (vinte cinco) alfabetizadores<sup>15</sup> em Cursos Superiores (Normal Superior, Pedagogia, Letras, Biologia, Educação Física). Dessa maneira, poderão articular ações que aos poucos mudarão o contexto de pobreza e analfabetismo em seus municípios.

---

<sup>15</sup> Sendo 16 (dezesesseis) alfabetizadores de Caldeirão Grande do Piauí, 8 (oito) de São Julião e 1 (uma) de Fronteiras/PI.



Para a UFSM, a participação no PAS proporcionou aos professores uma experiência significativa em poder contribuir na articulação e orientação de um programa nacional de educação.

Aos acadêmicos, a ação no Programa apresentou-se como uma inovação na participação de alunos em projetos, principalmente por ser um projeto de reconhecimento nacional e internacional. A atuação lhes possibilitou o desenvolvimento de projetos de pesquisa em Cursos de Especialização em Gestão Educacional: Ênfase em Administração e Supervisão Escolar e Orientação Educacional e no Mestrado em Educação, bem como a formação de um grupo de estudo em educação de jovens e adultos.

Em relação ao material didático oferecido pelo PAS, tem sido muito importante para milhões de pessoas que nunca puderam freqüentar uma escola no período regular e idade própria. Porém, há que se ressaltar a necessidade de se criar materiais que atendam algumas especificidades de cada região que este atende.

Portanto, o Programa Alfabetização Solidária tem se apresentado como uma nova maneira de amenizarmos o analfabetismo no Brasil, através de parcerias com as Instituições de Ensino Superior, Empresas, ONGs, Estados e Municípios, sendo importante, também, por oportunizar novas pesquisas na Educação de Jovens e Adultos.

## BIBLIOGRAFIA

AZEVEDO, J. M. L. de. **A educação como políticas públicas**. Campinas: Autores Associados, 1997.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília. Senado Federal, 1994.

\_\_\_\_\_. **Lei n. 9394/96** – 20 de dez. 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Diário Oficial da União, 1996.

\_\_\_\_\_. Ministério de Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara da Educação Básica. **Parecer 11/2000**. Relator Carlos Roberto Jamil Cury. Aprova as Diretrizes Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação e do Desporto. Programa Educação para a Qualidade do Trabalho. **Alfabetização de Jovens e Adultos: Diagnosticando necessidades de aprendizagem**. Brasília, 2000.

\_\_\_\_\_. Ministério da Saúde. Secretaria de Políticas de Saúde. Projeto de Promoção da Saúde. **Vamos promover nossa saúde?**. Brasília, 2002.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Plano Nacional de Educação**. Nelson Marchezan. Relator do PNE. Deputado Federal. Centro de Documentação e Informação. Coordenação de Publicações. Brasília, 2000.

CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO (Rio Grande do Sul). **Parecer n. 774/99**. Dispõe da Educação de Jovens e Adultos no sistema Estadual de Ensino. Porto Alegre, 10 de novembro de 1999.

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. Câmara de Educação Básica. **Parecer CEB n. 11/2000**. Aprova as Diretrizes Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos.

FERNANDES, D. G. **Alfabetização de jovens e adultos, pontos críticos e desafios**. Porto Alegre: Mediação, 2000.

FREIRE, P. **Política e educação**: ensaios. 6. ed. São Paulo: Cortes. Coleção Questões da Nossa Época, v. 23, 2001.

<http://www.alfabetizacao.org.br>

<http://www.ibge.gov.br>

MINAYO, M. C. de S. (org.). **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

NÓVOA, A. **Vidas de professores**. Lisboa: Editora Porto, 2000.

NÓBREGA, S. M. **O que é representação social**. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 1996.

ORLANDI, E. P. **Análise de Discurso**: princípios e procedimentos. 2. ed. Campinas, SP: Pontes, 2000.

PAIVA, V. P. **Educação Popular e educação de adultos. Contribuição à história da educação brasileira**. São Paulo: Edições Loyola, 1973.

PINTO, A. V. **Sete Lições Sobre Educação de Adultos**. 11. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO. Governo do Estado do Rio Grande do Sul. **Política Pública de Educação de Jovens e Adultos do RS**. Caderno Pedagógico EJA – 1. Porto Alegre, 2000.

SOARES, M. **Letramento**: um tema em três gêneros. Belo Horizonte: Autentica, 2002. (Coleção Linguagem e Educação)

TORRES, C. A. **A política da educação não formal na América Latina**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

VÓVIO, C. L. (coord.). **Viver, aprender**: educação de jovens e adultos. Guia do Educador. (Livro 1), São Paulo: Ação Educativa; Brasília: MEC, 1998.

\_\_\_\_\_. **Viver, aprender:** educação de jovens e adultos. Módulos 1 e 2. (Livro 1), São Paulo: Ação Educativa; Brasília: MEC, 2000.

\_\_\_\_\_. **Viver, aprender:** educação de jovens e adultos. Módulos 3 e 4. (Livro 1), São Paulo: Ação Educativa; Brasília: MEC, 1998.

\_\_\_\_\_. **Viver, aprender:** educação de jovens e adultos. Módulos 5 e 6. (Livro 1), São Paulo: Ação Educativa; Brasília: MEC, 2000.

## **ANEXOS**

**ANEXO A**

**ENTREVISTA COORDENADORES MUNICIPAIS**

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA  
CENTRO DE EDUCAÇÃO  
MESTRADO EM EDUCAÇÃO

Entrevista para o(a) Coordenador(a) Municipal

Nome completo:.....  
Estado civil:.....  
Data de nascimento:...../...../..... Sexo ( )F ( )M  
Endereço..... N.....  
Localidade:.....  
Município:..... UF.....  
Profissão:.....  
Horas de serviço:.....

1. Você conhece à proposta pedagógica do Programa Alfabetização Solidária?  
Comente-a.
2. A quanto tempo você atua no PAS como coordenador municipal?
3. Ao seu ver quais são as atribuições do coordenador?
4. Como coordenador(a), como você procura orientar os alfabetizadores para atuarem em sala de aula?
5. Você tem conhecimento do Projeto Político Pedagógico da Universidade Federal de Santa Maria/RS, para seu município?
6. Você considera os livros disponibilizado pelo PAS como adequados para atender a realidade e necessidades do seu município? (alfabetizadores, alfabetizandos)
7. O Programa tem contribuído para o desenvolvimento de seu município? (Ressalte os aspectos relacionados com a construção da cidadania, socioeconômico e político).

**ANEXO B**

**ENTREVISTA MONITORES PEDAGÓGICOS**



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA  
CENTRO DE EDUCAÇÃO  
MESTRADO EM EDUCAÇÃO

Entrevista para o(a) Monitora Pedagógico

Nome completo:.....  
Estado civil:.....  
Data de nascimento:...../...../..... Sexo ( )F ( )M  
Endereço..... N.....  
Localidade:.....  
Município:..... UF.....  
Profissão:.....  
Horas de serviço:.....

1. Você conhece a proposta pedagógica do Programa Alfabetização Solidária?
2. A quanto tempo você atua como monitora pedagógica?
3. Como monitora, de que maneira você procura acompanhar e orientar os alfabetizadores para atuarem em sala de aula?
4. O Programa Alfabetização Solidária, através da proposta educacional, tem contribuído para o desenvolvimento socioeconômico e político dos alfabetizadores e alfabetizandos?
5. Comente sobre o material didático-pedagógico oferecido pelo PAS para desenvolver as aulas no decorrer do módulo?
6. Como você gostaria que fossem as orientações (capacitação continuada) oferecidas pela UFSM?
7. Você tem conhecimento do Projeto Político Pedagógico da UFSM, para seu município?

**ANEXO C**

**ENTREVISTA ALFABETIZADORES**

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA

CENTRO DE EDUCAÇÃO  
MESTRADO EM EDUCAÇÃO

Entrevista para os Alfabetizadores

Nome completo:.....  
Estado civil:.....  
Data de nascimento:...../...../..... Idade:.....  
Sexo( ) F ( ) M  
Endereço:.....N:.....  
Escolaridade:.....  
Município:.....UF:.....  
Localidade:.....  
Profissão:.....  
Horas de serviço:.....

1. Você conhece a proposta do Programa Alfabetização Solidária? Caso afirmativo, comente-a.
2. Já atuou no Programa em módulos anteriores? Quais módulos?
3. Por que está trabalhando neste Programa como alfabetizador? Quais seus objetivos em relação ao PAS?
4. Você tem conhecimento do Projeto Político Pedagógico da Universidade Federal de Santa Maria/RS, para seu município?
5. No seu entender o que é alfabetizar?
6. Para você qual o papel do alfabetizador frente as exigências sociais?
7. De que forma você como alfabetizador poderá contribuir para que ocorra trans formações no contexto educacional, socioeconômico e político de sua comunidade/município?
8. Comente sobre o material didático-pedagógico oferecido pelo PAS para os alfabetizadores utilizarem em sala de aula.
9. Sobre a Capacitação organizada pela UFSM, ao seu ver esta atende as necessidade dos alfabetizadores para sua atuação em sala de aula?

Numere de acordo com a ordem de importância.

a) Por que você decidiu participar do Programa/Curso de Capacitação Continuada para Alfabetizadores?

- Gosta de trabalhar com educação de Jovens e Adultos.
- Pela bolsa que receberá nos meses que assumir a turma.
- Porque acha importante tentar diminuir o número de analfabetos em seu município.
- Para aprender mais e conhecer como se desenvolve o processo de alfabetização de jovens e adultos.
- Porque gosta de ensinar (alfabetizar).

b) Numa turma de alfabetização de jovens e adultos, geralmente há muitas diferenças no nível de aprendizagem e de conhecimentos adquiridos. Como você trabalharia com essa situação?

- Faria planejamentos direcionados para cada necessidade.
- Organizaria plano único de aula para a turma.
- Separaria os jovens dos adultos.

c) Com relação ao Curso de capacitação Continuada para Alfabetizadores, você considera que:

- Após seu término você já saberá tudo sobre Educação de Jovens e Adultos.
- Mesmo aprendendo várias coisas é importante que ao iniciar as aulas continue pesquisando e estudando para planejar suas aulas.

d) Você considera importante o alfabetizador ter conhecimento do contexto social (realidade) dos seus futuros alfabetizandos?

- Sim
- Não

e) Um bom alfabetizador deve ter:

- Responsabilidade
- Criatividade
- Força de vontade
- Organização
- Compreensão
- Inveja
- Esperança
- Egoísmo
- Amor
- Vontade de transformar

**ANEXO D**

**ENTREVISTA ALFABETIZANDOS**

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA

CENTRO DE EDUCAÇÃO  
MESTRADO EM EDUCAÇÃO

Entrevista para os Alfabetizados

Nome completo:.....  
Estado civil:.....  
Data de nascimento:...../...../..... Sexo( ) F ( ) M  
Endereço:.....N:.....  
Município:.....UF:.....  
Localidade:.....  
Profissão:.....  
Horas de serviço:.....

1. Como você teve conhecimento do Programa Alfabetização Solidária?
2. O que o levou a matricular-se numa turma de alfabetização do Programa Alfabetização Solidária?
3. Você já participou do Programa em módulos anteriores? Você conseguiu aprender a ler e escrever?
4. Como você gostaria que fossem as aulas?
5. Comente sobre o material didático-pedagógico (livros, cadernos, etc.), oferecidos pelo Programa Alfabetização Solidária aos alfabetizados.
6. Sua vida teve alguma mudança após ter participado do Programa e aprender a ler e escrever? Relate quais as mudanças ocorridas.

**ANEXO E**

**KIT CAPACITAÇÃO**

## KIT CAPACITAÇÃO/IES – MÓDULO XIV – 2º semestre de 2003

### I - OBJETIVOS

- 1) Instruir as Instituições de Ensino Superior e municípios parceiros da Alfabetização Solidária sobre os procedimentos a serem adotados no Curso de Capacitação de Alfabetizadores dos municípios a serem atendidos no Módulo XIV;
- 2) padronizar os procedimentos adotados para a realização do Curso de Capacitação;
- 3) propiciar transparência na gestão dos recursos financeiros destinados à execução das atividades da Alfabetização Solidária.

### II – INOVAÇÕES

A Alfabetização Solidária, em consonância com a sua proposta de constante aperfeiçoamento, concluiu um processo de revisão de procedimentos qualitativos e operacionais no campo das avaliações. O resultado desse processo será convertido na implementação, a partir do Módulo XIV, de novos procedimentos de execução. Destacam-se atividades como o cadastro de todos os alfabetizadores e alfabetizandos, condição para que o Curso de Capacitação seja autorizado, a necessidade de comprovação da frequência e do acompanhamento do processo de aprendizagem dos alfabetizandos, bem como a apresentação de uma redação na conclusão do Módulo.

No módulo XIV, 300.000 alfabetizandos serão atendidos pela Alfabetização Solidária, sendo parte financiada pelo novo convênio celebrado com o Brasil Alfabetizado e os demais com recursos já mobilizados com parceiros privados ou provenientes de outros convênios.

Para os que forem financiados pelo *Brasil Alfabetizado*, cada alfabetizador receberá, mensalmente, uma bolsa no valor de R\$ 15,00 por alfabetizando atendido, podendo chegar até R\$ 375,00. Esse pagamento será feito, mensalmente, de acordo com o número de alfabetizandos efetivamente em sala de aula (máximo de 25), onde será descontado o número de evadidos no mês anterior, se houver evasão superior a 10%.

Para selecionar os beneficiários que receberão na modalidade do *Brasil Alfabetizado*, a Alfabetização Solidária considerará os primeiros municípios que apresentarem os cadastros completos dos alfabetizadores e dos alfabetizandos. A operacionalização desses cadastros será informada, neste documento, como **Regra 2**. Os demais municípios funcionarão no formato antigo (**Regra 1**). É importante que cada IES incentive seus municípios a se cadastrarem, com a máxima urgência, no site [www.alfabetizacao.org.br](http://www.alfabetizacao.org.br), link IES-MUNICÍPIO/CAPACITAÇÃO. Os campos devem ser preenchidos, para todos os municípios (300.000 alfabetizandos), com os seguintes dados:

- 1) **Alfabetizadores, suplentes e monitores pedagógicos:** dados pessoais (nome; data de nascimento; RG; CPF; sexo; nome do pai; nome da mãe; endereço completo; escolaridade; profissão; município de atuação e local de atuação - zona rural ou urbana).
- 2) **Alfabetizandos:** dados pessoais: nome, documento de identificação (RG, certidão de nascimento, título de eleitor, certificado de reservista ou outro documento de identificação), sexo, nome da mãe, nome do pai, naturalidade, profissão, endereço completo, local (zona rural ou urbana), tempo que frequentou a escola e a indicação do foco a que pertence, considerando o item III,C,5 deste documento.

### III – INSTRUÇÕES GERAIS PARA O CURSO DE CAPACITAÇÃO

#### A) Estrutura da Alfabetização Solidária no município

A estrutura da Alfabetização Solidária no município continuará a ser composta pelo coordenador municipal, monitor pedagógico e alfabetizadores, variando, no entanto, a forma de



pagamento da bolsa de acordo com a regra à qual o município estiver submetido (Regra 1 ou 2). Para qualquer caso, nenhuma dessas pessoas poderá ter vínculo com a Administração Pública em quaisquer esferas (Municipal, Estadual ou Federal).

- 1) **Coordenador Municipal:** a sua seleção é prerrogativa da Coordenação Nacional da Alfabetização Solidária. Em caso de sua substituição no decorrer da execução do Módulo, a mudança poderá ser proposta por meio de indicação acertada entre a IES e o Executivo Municipal (Prefeitura ou Secretaria de Educação), mas será submetida à aprovação da Coordenação Nacional. O Coordenador Municipal é o responsável pela execução das ações administrativas no município, auxiliando o gestor da IES em todas as suas ações. O valor da sua bolsa, além de variar com a regra à qual estiver submetido, estará vinculado à formação do total de salas projetadas para o município. Portanto, o valor máximo a ser pago, conforme abaixo, será menor se o número total de salas para o município não for alcançado:
  - ✓ **Regra 1:** R\$200,00.
  - ✓ **Regra 2 - Formato Brasil Alfabetizado:** R\$300,00
  
- 2) **Alfabetizadores:** são selecionados pelos professores das IES quando de sua visita ao município. Preferencialmente deverão ser professores, estudantes de ensino médio ou magistério que residam no município. O valor da bolsa recebida pelo alfabetizador sofrerá variação de acordo com a regra à qual estiver submetido sendo:
  - ✓ **Regra 1:** obedecerá os mesmos padrões adotados pela Alfabetização Solidária até o módulo XIII, ou seja, cada alfabetizador receberá uma bolsa mensal no valor de R\$ 120,00. No entanto, deverão ser cadastrados todos os dados especificados no item II.1 deste documento.
  - ✓ **Regra 2 - Formato Brasil Alfabetizado:** deverão receber, mensalmente, bolsa no valor de R\$ 15,00 por alfabetizando atendido, podendo chegar até R\$ 375,00. Esse pagamento será feito, mensalmente, de acordo com o número de alfabetizandos efetivamente em sala de aula, onde será descontado o número de evadidos no mês anterior, se houver evasão superior a 10%.
  
- 3) **Suplentes:** São selecionados pela IES, em visita aos municípios, adotando-se os mesmos critérios dos alfabetizadores e podem assumir a vaga de um Alfabetizador, caso haja alguma desistência. Portanto, só recebem bolsas se vierem a assumir salas de aula.
  - ✓ No 1º semestre de funcionamento da Alfabetização Solidária no município com até 15 salas de aula, será selecionado 01 (um) suplente, que deverá participar do Curso de Capacitação.
  - ✓ No 1º semestre de funcionamento da Alfabetização Solidária no município com mais de 15 salas, serão selecionados 02 (dois) suplentes, que deverão participar do Curso de Capacitação.
  - ✓ A partir do 2º semestre, o(s) suplente(s) será(ão) selecionado(s) entre os ex-alfabetizadores, e a sua participação no Curso de Capacitação não será necessária.
  
- 4) **Monitor Pedagógico:** é selecionado pela IES entre os melhores alfabetizadores do módulo anterior para atuar a partir do 2º módulo de funcionamento. É capacitado pela IES ao longo do módulo, para atuar no acompanhamento pedagógico e capacitação continuada do grupo de alfabetizadores, auxiliando os coordenadores pedagógico e setorial da IES. O valor da bolsa recebida pelo monitor pedagógico variará de acordo com a Regra à qual estiver submetido, sendo R\$ 120,00 para a **Regra 1** e R\$ 300,00 para a **Regra 2**.

## B) Processo de seleção dos alfabetizadores

- 1) A seleção dos alfabetizadores será feita da seguinte maneira:
  - ✓ municípios que estejam no 1º semestre de funcionamento da Alfabetização Solidária: **durante a visita precursora da IES;**
  - ✓ nos municípios que estão há mais de um módulo na Alfabetização Solidária: **durante a 4ª visita, de acordo com o cronograma da IES;**

- ✓ nos municípios compatibilizados para outra IES, mas que estão há mais de um módulo na Alfabetização Solidária: **durante a visita especial da nova IES;**
  - ✓ Não será permitida a repetição de alfabetizadores que atuaram em módulos anteriores, exceto nos casos excepcionais autorizados pela Coordenação Nacional da Alfabetização Solidária.
- 2) A IES priorizará os candidatos que residam na mesma localidade das salas de aula, observando que esses não poderão ter vínculo e/ou estar exercendo atividade de âmbito público. Uma declaração comprobatória específica dessa condição deverá ser assinada para a admissão.
  - 3) O suplente não receberá bolsa mensal, a menos que venha a substituir, em caráter definitivo, algum alfabetizador durante o módulo, recebendo, nesse caso, a partir da data de sua admissão.
  - 4) Todos os alfabetizadores selecionados, independente de o município ser atendido pela **Regra 1 ou 2**, deverão apresentar à IES seus dados pessoais, conforme Item II.1. A IES, por sua vez, providenciará o cadastro antes do Curso de Capacitação.
  - 5) O cadastro do alfabetizador é indispensável para autorização do Curso de Capacitação pela Coordenação Nacional.

### C) Processo de seleção dos Alfabetizandos

O processo de seleção dos alfabetizandos obedecerá às orientações abaixo, independente da Regra à qual o município estiver submetido.

- 1) Cada alfabetizador selecionado para participar do Curso de Capacitação deverá ser orientado sobre a formação de suas salas de aula de alfabetização, com 25 alfabetizandos.
- 2) Os alfabetizandos selecionados deverão apresentar ao coordenador municipal, que encaminhará à IES, para providências de cadastro, seus dados pessoais, conforme item II.1 deste documento.
- 3) O cadastro do alfabetizando é indispensável para autorização do Curso de Capacitação pela Coordenação Nacional.
- 4) Para o início do Curso de Capacitação, a Coordenação Nacional aceitará qualquer identificação, mas o alfabetizador e a IES deverão incentivar e orientar, no decorrer do módulo, os alfabetizandos a obterem uma documentação oficial mínima, como RG e CPF.
- 5) Os alfabetizandos deverão ser selecionados priorizando aqueles pertencentes a um dos focos abaixo e, entre esses, os beneficiários do Cartão Alimentação do Programa Fome Zero. A observância desses focos é imprescindível, uma vez que a Alfabetização Solidária deverá, ao final do módulo, apresentar relatório a esse respeito aos órgãos apoiadores. Essa informação também será exigida no cadastro do alfabetizando.

- ✓ Beneficiários do cartão alimentação do Programa Fome Zero, bem como seus familiares (segue, no anexo 6, a relação dos municípios beneficiados pelo Programa, bem como dos interlocutores do comitê gestor municipal do Fome Zero);
- ✓ familiares dos beneficiários do Programa Bolsa Escola federal;
- ✓ familiares dos beneficiários do Programa federal de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI;
- ✓ trabalhadores de limpeza urbana e seus familiares;
- ✓ pescadores e seus familiares das colônias de pesca no litoral do nordeste;
- ✓ maiores de 15 anos atendidos em instituições de jovens infratores;
- ✓ famílias de áreas remanescentes de quilombos;
- ✓ famílias de áreas de assentamentos rurais;
- ✓ população carcerária.

### D) Formação e funcionamento das salas de aula

- 1) O alfabetizador deverá efetivar e controlar o registro mensal da frequência de seus alfabetizandos e, posteriormente, encaminhar à IES relação com o nome dos evadidos no período para o cadastro no Relatório Mensal de Execução, conforme item V.
- 2) O alfabetizador deverá arquivar, mensalmente, uma produção escrita de cada um dos seus alfabetizandos.

3) Ao término do Módulo, a IES deverá enviar à Alfabetização Solidária o instrumento de coleta de dados por município, com a análise da média de frequência e processo de aprendizagem, bem como produção de um texto elaborado pelos alfabetizandos (redação de uma carta). Na hipótese de não se efetivar a alfabetização, a IES deverá apresentar relatório com as justificativas.

#### **E) Cadastramento da Lista de Alfabetizadoras e Opções de Datas para o Curso de Capacitação**

- 1) Os participantes serão cadastrados no site [www.alfabetizacao.org.br](http://www.alfabetizacao.org.br), link IES-MUNICÍPIO/CAPACITAÇÃO, conforme informado no item II.1. Não será permitida a formação de salas de aula com número diferente do projetado para o município. Os casos excepcionais deverão ser encaminhados oficialmente pela IES e serão tratados individualmente pela Coordenação Nacional.
- 2) Cadastrar as opções de datas para a realização do curso de capacitação no site do Programa [www.alfabetizacao.org.br](http://www.alfabetizacao.org.br), link IES-MUNICÍPIO/CAPACITAÇÃO.

#### **F) Redução e recomposição do número de salas**

- 1) A redução de salas somente poderá ocorrer quando autorizada pela Coordenação Nacional e se proposta no início do Módulo.
- 2) Dependendo do município, a IES deverá recompor o número de salas projetadas no módulo seguinte, conforme orientação prévia da Alfabetização Solidária.

#### **G) Regras de Funcionamento (observar também o conteúdo do item E)**

- 1) **Municípios com até 06 salas:** nº de alfabetizadores efetivos e um monitor pedagógico. Não tem coordenador municipal;
- 2) **Municípios com 07 a 09 salas:** nº de alfabetizadores efetivos e um coordenador municipal. Não tem monitor pedagógico;
- 3) **Municípios com 10 a 24 salas:** nº de alfabetizadores efetivos, um coordenador municipal e um monitor pedagógico;
- 4) **Municípios com 25 ou mais salas:** nº de alfabetizadores efetivos, um coordenador municipal e dois monitores pedagógicos;
- 5) considerar o conteúdo do item III A-3.

#### **H) Autorização prévia para a realização do Curso de Capacitação**

- 1) Os Cursos de Capacitação do módulo XIV só poderão ser iniciados após o cadastro completo dos alfabetizadores e alfabetizandos, conforme informado no item II.1 e II.2 e comunicação formal da Coordenação Nacional, via e-mail ou fax. A Alfabetização Solidária não se responsabiliza e não arcará com o ônus de despesas efetuadas em desacordo com a presente orientação. Para esses casos, não será admitida solicitação de pagamento após a realização do curso; nesse caso, a IES arcará com a responsabilidade.
- 2) São condicionantes para autorização do Curso de Capacitação:

- ✓ o envio do Projeto Político-pedagógico da IES para seu(s) município(s), que deverá ser elaborado de acordo com as orientações disponíveis no site da Alfabetização Solidária;
- ✓ cadastro completo de todos os dados dos alfabetizadores e dos alfabetizandos;
- ✓ ausência, por parte das IES, de pendências de prestações de contas de capacitação de módulos anteriores.

#### **I) Critérios para a participação do Secretário Municipal de Educação**

O Secretário de Educação poderá participar do Curso de Capacitação se, em conjunto com a IES, desenvolver um projeto específico voltado para a institucionalização/consolidação da Educação de Jovens e Adultos no município.

#### **J) Período do Curso de Capacitação e aulas no município:**

Independente da regra à qual o município estiver submetido, a carga horária mínima para o Módulo XIV deverá ser de 240 horas/aula. A capacitação inicial e continuada deverá ter, no mínimo, 40 horas cada.

- ✓ **Regra 1:** 05 meses de aula, sendo que no 1º mês deverá acontecer a Capacitação e o início das aulas.
- ✓ **Regra 2 – Formato Brasil Alfabetizado:** 06 meses de aula, sendo que no 1º mês deverá acontecer a Capacitação e o início das aulas.

#### IV – FORMA DE CAPACITAÇÃO

- 1) O Curso de Capacitação dos alfabetizadores deverá ser realizado *in loco* (no próprio município) e em pólo (com dois ou mais municípios). Contudo, o curso poderá ser realizado na própria IES, desde que o município atendido esteja localizado na mesma UF e seu custo seja equivalente à capacitação *in loco* e em pólo. A carga horária mínima será de 40 horas, distribuídas em, pelo menos, 05 dias. É importante frisar, entretanto, que haverá capacitação continuada, com mais 40 horas, no mínimo, conforme Recomendações básicas para a elaboração do Projeto Político-Pedagógico, disponível no site da Alfabetização.
- 2) A Alfabetização Solidária custeará, por município, um professor capacitador para ministrar o Curso de Capacitação *in loco* e em pólo.
- 3) Para as IES que não conseguirem realizar o Curso de Capacitação em agosto, será autorizada, excepcionalmente, uma visita extra de implantação e seleção dos melhores ex-alfabetizadores (a seleção de ex-alfabetizadores do módulo imediatamente anterior poderá ser parcial, ou seja, ainda que todos sejam julgados competentes para o exercício da função no Módulo XIV, a IES deverá optar apenas por alguns, podendo optar por ex-alfabetizadores de outros módulos). Nesta hipótese não haverá a primeira etapa do Curso de Capacitação, apenas a continuada no decorrer do módulo.
- 4) O Projeto Político-pedagógico da IES para seu(s) município(s) deverá ser encaminhado à Alfabetização em até dez dias após o recebimento desse kit.
- 5) Os custos e a forma de pagamento das capacitações será de acordo com a regra a qual o município atendido pela IES esteja submetido e obedecerá às situações abaixo:
  - 1) **Regra 1:** a) Caso o município não tenha condições de arcar com as despesas decorrentes da realização do Curso de Capacitação (alimentação, hospedagem e transporte), a IES deverá apresentar 3 orçamentos originais detalhando cada modalidade de serviço a ser contratado, seguindo as instruções para o processo licitatório, item VII. Para as IES regionais que necessitam de transporte até o município, os professores poderão encaminhar solicitação de ressarcimento que será paga, por sua vez, de acordo com a kilometragem percorrida (R\$0,30 por km rodado).  
b) para o caso de solicitação de realização do Curso de Capacitação na própria IES, informamos que os valores orçados não deverão ultrapassar o valor que seria pago se fosse *in loco* e em pólo;  
c) as despesas dos capacitadores (alimentação e hospedagem) deverão ser cobertas com a ajuda de custo repassada pela Alfabetização Solidária que será de acordo com os tipos de bolsa já informados anteriormente. Esta bolsa será paga antes do início da capacitação.
  - 2) **Regra 2 – Formato Brasil Alfabetizado:** a) As despesas dos capacitadores deverão ser cobertas com a ajuda de custo repassada pela Alfabetização Solidária que será de acordo com os tipos de bolsa. Esta bolsa será paga antes do início do Curso de Capacitação. Para as IES regionais que necessitam de transporte até o município, os professores poderão encaminhar solicitação

de ressarcimento que será paga, por sua vez, de acordo com a kilometragem percorrida (R\$0,30 por km rodado).

b) as despesas dos alfabetizadores (alimentação e hospedagem) deverão ser deduzidas da uma nova bolsa, no valor de R\$375,00, que será paga antes do início do Curso de Capacitação. Caso haja necessidade de transporte, a Prefeitura deverá custeá-lo ou o alfabetizador arcar com essa despesa com recursos da bolsa inicial.

## V - RELATÓRIOS EXIGIDOS PARA O MÓDULO XIV

Considerando que, a partir do módulo XIV, serão exigidas mais informações que terão impacto na liberação dos recursos pelos parceiros apoiadores da Alfabetização Solidária, a Coordenação Nacional trabalhará com dois modelos de relatórios para as IES. Esses dois relatórios estarão disponíveis para cadastro no site oficial da Alfabetização Solidária.

- ✓ O primeiro relatório continuará sendo chamado de Relatório Mensal Acompanhamento – RMA. Ele deverá ser preenchido pelo Coordenador Pedagógico da IES e levará em conta o monitoramento e acompanhamento da implementação do Projeto Político-pedagógico da IES, bem como o relatório da capacitação inicial e das capacitações continuadas. Para tanto, o atual RMA será reelaborado, considerando apenas os dados pedagógicos;
- ✓ O segundo e novo é o Relatório Mensal de Execução – RME que será preenchido pelo Gestor Administrativo da IES e trará dados operacionais de execução.

## VI - PASSAGEM AÉREA (para as IES que utilizam deslocamento aéreo)

- 1) O Gestor Administrativo da IES deve instruir os professores para garantir a imediata devolução à Alfabetização Solidária, após o retorno do Curso de Capacitação ou das visitas, dos bilhetes de passagens aéreas e os cupons de embarque utilizados e os não utilizados.
- 2) Esses bilhetes e cupons de passagens deverão ser encaminhados à Alfabetização Solidária juntamente com a prestação de contas dos recursos repassados (recibo de ajuda de custo) ao professor.
- 3) Caso o professor não utilize, por motivos de força maior, seu bilhete aéreo, deverá retirá-lo no balcão da companhia aérea para devolvê-lo à Alfabetização Solidária.

## VII – INSTRUÇÕES PARA O PROCESSO LICITATÓRIO

### A) Legislação e contratação

- 1) As contratações de serviços para os cursos de capacitação realizados pela IES, e aquelas conduzidas de forma centralizada pela Associação de Apoio ao Programa Alfabetização Solidária-AAPAS para o mesmo fim, se submeterão ao que preconiza a Lei nº 8666, de 21 de junho de 1993, atualizada pelas Leis nºs 8883/94 e 9648/98, disponível no site da AAPAS, [www.alfabetizacao.org.br](http://www.alfabetizacao.org.br), para leitura, impressão ou *download*. Para cada serviço a ser contratado (hospedagem e alimentação) deverá haver um edital (formulário 05), com a especificação do objeto a ser contratado, arrolando o nome dos municípios, cujos alfabetizadores utilizarão os serviços.
- 3) Preferencialmente, deverá ser utilizada a modalidade carta-convite, pela simplicidade da sua execução, e cujo limite estipulado para sua contratação (até R\$ 80.000,00) atende à maioria das IES. Tal limite é estabelecido, pela lei, para cada modalidade de serviço, ou seja: hospedagem (R\$80.000,00), alimentação (R\$80.000,00) e transporte (R\$80.000,00).
- 4) O edital da licitação, com numeração própria aposta pela IES, nos termos do Art. 40 da Lei nº 8666/93, deverá ser afixado em local próprio nas dependências da IES, ficando facultada a sua afixação em outro local externo, sendo remetido no mínimo a três fornecedores de cada modalidade.
- 5) As propostas apresentadas pelos participantes, em número mínimo de três, deverão conter em seu teor, o detalhamento do objeto, o preço unitário e global, e nos termos de como constou do edital de licitação, sob pena de impugnação.

- 6) Para formalização do contrato, aprovado oficialmente pela AAPAS, será utilizada a ordem de execução de serviço, nos termos do Art. 62 da Lei nº 8666/93.
- 7) Comporão a comissão de licitação, para a administração das contratações em nome da AAPAS, o gestor administrativo e o Pró-Reitor ou dirigente responsável pela IES, conforme o Art. 51 da Lei nº 8666/93. Excetuam-se para essa composição as IES que já têm comissão de licitação instalada e atuando, as quais terão a supervisão da direção da IES na condução dos certames relativos à Alfabetização Solidária.
- 8) Para o recebimento dos recursos da capacitação, ao início de cada módulo, a IES, por intermédio do Pró-reitor ou dirigente responsável, deverá confirmar os nomes dos gestores administrativos e coordenadores, ou fazer novas indicações, bem como informar nomes de outros professores aptos também a receber recursos da AAPAS. Para esses créditos os beneficiários deverão manter, obrigatoriamente, conta corrente no Banco do Brasil, específica para a movimentação de recursos recebidos da AAPAS. Poderá a IES, caso queira, avocar a gestão dos recursos, que deverá ser feita na forma da legislação vigente. Nesse caso, a IES deverá firmar convênio/contrato com a AAPAS, para esse fim.
- 9) O julgamento das propostas se norteará pelo *caput* do Art. 45 da Lei nº 8666/93 e o inciso I de seu parágrafo primeiro, onde se declarará vencedor o licitante que apresentar a proposta de acordo com as especificações do edital e ofertar o menor preço global.
- 10) Deverão ser encaminhados à AAPAS, até 72 horas após a realização do certame, cópia autenticada do Edital Licitatório e das propostas dos participantes, acompanhado da Ficha de Informações e Homologação de Licitação (formulário 01) em via original, preenchida e assinada pelo gestor administrativo e pelo Pró-Reitor ou dirigente responsável. Os demais originais serão arquivados em pasta própria na IES, à disposição da AAPAS e para outros fins de direito que se fizerem necessários.
- 11) A AAPAS se reserva também ao direito de acompanhar a execução dos serviços, durante o curso de capacitação, contatando a IES, alfabetizadores e fornecedores, ou mesmo até verificando *in loco* sua realização.
- 12) Não poderão participar do processo licitatório, empresas subsidiárias de um mesmo grupo e aquelas que apresentam o mesmo CNPJ básico.
- 13) Também não poderão participar do processo licitatório empresas cujos dirigentes ou proprietários estejam ligados em nível direto ou por parentesco com pessoas vinculadas à IES ou à AAPAS.
- 14) Para cada item licitado deverá haver clareza na especificação, buscando-se a participação de empresas que ofereçam serviços similares, quanto à qualidade, padrão e conforto.
- 15) O curso de capacitação poderá ser realizado nas dependências do estabelecimento que hospedará os alfabetizadores, porém o fornecimento de material de apoio ao curso (retroprojetor, datashow, televisor, copiadora etc), ou outras estruturas facilitadoras, não devem constar da especificação do edital de licitação e nem onerar o valor do serviço.
- 16) Quando a IES pretender contratar hospedagem e alimentação no mesmo estabelecimento onde também acontecerá o curso de capacitação, só poderão participar da licitação empresas que tenham condições de executar o serviço, no mesmo padrão especificado, em salutar concorrência.
- 17) Não se obtendo o número mínimo de participantes (três) que atendam às exigências do Edital, o fato deve ser comunicado à AAPAS, constando a justificativa nos autos. Não será autorizado o deslocamento do(s) município(s), nem tampouco o início do curso de capacitação, até que a Coordenação Nacional decida quanto à realização da licitação.
- 18) Na hospedagem dos alfabetizadores, deverá prevalecer o bom senso, buscando-se o bem-estar dos participantes, os quais não deverão ser acomodados em número excessivo nos quartos/apartamentos.
- 19) Na especificação dos serviços de hospedagem e de alimentação, os preços deverão ser apresentados de forma analítica, por pessoa e por tipo de serviço (almoço, lanche e jantar). Não serão aceitos termos como "pensão completa" ou "refeição diária". A AAPAS poderá suprimir o lanche, parcial ou totalmente, se seu valor vier a onerar o quesito alimentação.
- 20) O café da manhã, por convenção, é componente do item hospedagem. Sua inclusão como quesito do item alimentação será aceita só em casos excepcionais, mediante autorização da AAPAS.
- 21) As refeições oferecidas deverão ter, necessariamente, cardápio variado, constando também do edital de licitação.
- 22) Não poderão concorrer no quesito hospedagem, estabelecimentos de destinação múltipla, não específica, tais como chácaras, galpões, escolas etc, que não tenham como função principal a prestação do serviço requisitado no edital.
- 23) Na especificação dos serviços de transporte, não será aceita a apresentação de preço por quilômetro rodado, ou por pessoa. Devem ser solicitadas várias opções de veículos quanto à capacidade (50, 40 lugares, microônibus ou vans). Deve haver clareza quanto ao trajeto, capacidade de lugares e tipo do veículo. O preço deve ser apresentado individualizado, por cada

veículo. A IES providenciará o traslado para os grupos de forma que estes sejam transportados em um mesmo veículo e de uma só vez, utilizando-se o tipo de condução adequado ao número de pessoas. A AAPAS, por sua vez, fará a logística de maneira que se combine o transporte aéreo com o terrestre, de todos os grupos da IES.

24) Para o correto atendimento ao edital de licitação, as propostas deverão ser apresentadas com clareza, contendo os requisitos abaixo relacionados:

PESSOA JURÍDICA	PESSOA FÍSICA
a) nome da IES solicitante do serviço	a) nome da IES solicitante do serviço
b) em papel timbrado da empresa com o CNPJ/MF ou datilografado/digitado com dados da empresa e aposição do carimbo padronizado do CNPJ/MF	b) em papel datilografado ou digitado, com nome, CPF e RG do prestador de serviço
c) discriminação do serviço a ser prestado	c) discriminação do serviço a ser prestado
d) valor unitário e total do serviço a ser prestado	d) valor unitário e total do serviço a ser prestado
e) validade da proposta	e) validade da proposta
f) forma de pagamento	f) forma de pagamento
g) local e data	g) local e data
h) assinatura e função do responsável pelas informações	h) assinatura do prestador de serviço
i) telefone, endereço e contato da empresa	i) telefone e endereço do prestador de serviço
j) compromisso da empresa em emitir notas fiscais por tipo de despesa e por município	j) compromisso da pessoa em emitir recibos por tipo de despesa e por município

25) A IES ao elaborar o edital de licitação não deverá assumir compromisso de pagamento à vista, estabelecendo prazo para sua efetivação de no máximo 30 dias após o fornecimento ou realização do serviço.

26) A AAPAS, visando obter custos mais baixos, poderá realizar licitações, de forma centralizada para a contratação dos serviços necessários à realização do curso de capacitação, nas regiões onde houver proximidade de mais de uma IES, ou IES com vários municípios, reduzindo, assim, as despesas com a grande concentração de capacitações.

27) Após o término do curso de capacitação, o Programa se dará ao direito de averiguar junto ao município, a qualidade dos serviços prestados e se estes realmente preencheram o contido no edital e na proposta apresentada pelo fornecedor.

28) Os estabelecimentos licitantes deverão estar autorizados a emitir nota fiscal de acordo com a natureza da operação (mercadoria/serviço).

29) Os estabelecimentos contratados deverão emitir nota fiscal por município e por tipo de despesa.

### VIII - Orientações Financeiras

As orientações financeiras variam de acordo com a Regra à qual o município estiver subordinado, sendo:

#### A) Regra 1

- 1) A Coordenação Nacional da Alfabetização Solidária poderá, considerando-se o custo orçado para a realização do Curso de Capacitação, indeferi-lo;
- 2) Quando da prestação de contas, o Gestor Administrativo da IES deverá fazê-la **POR MUNICÍPIO e POR TIPO DE DESPESA** (alimentação, hospedagem e transporte).

Portanto, deverão ser emitidas, POR MUNICÍPIO: uma nota fiscal para alimentação, uma para hospedagem e outra para transporte;

- 3) As devoluções de recursos, também, deverão ser feitas POR MUNICÍPIO. Portanto, ao término do Curso de Capacitação, no caso da IES ter recebido os recursos com antecedência, deverá ser apurada a sobra de recursos de alimentação, hospedagem e transporte e ser feita uma devolução por município no valor total da sobra. Não esquecer de enviar o recibo original do depósito, anexando-o à prestação de contas, com o preenchimento do dígito identificador da IES, conforme páginas 73 e 74 do Manual de Prestação de Contas do Programa (versão agosto de 2001). Vale ressaltar a necessidade de manter na IES uma cópia autenticada da documentação original, para o caso de extravio.

**Exemplo: Município A**

TOTAL: repassado pela AAPAS: R\$ 1.000,00 (R\$ 500,00 para alimentação e R\$500,00 para hospedagem).

TOTAL: efetivamente utilizado pela IES: R\$ 800,00 (R\$ 400,00 para alimentação e R\$ 400,00 para hospedagem).

RECURSO A SER DEVOLVIDO: R\$ 200,00 (R\$ 100,00 de alimentação e R\$ 100,00 de hospedagem).

- 4) Para facilitar o trabalho de prestação de contas, o Gestor Administrativo poderá consultar no Sistema de Informações de Pagamentos/SIP, no site [www.alfabetizacao.org.br](http://www.alfabetizacao.org.br), os valores repassados pela AAPAS;
- 5) A IES não poderá utilizar recurso repassado pela AAPAS com:
- despesas não previstas nos orçamentos apresentados, o que caracteriza remanejamento de recurso para outra finalidade;
  - empresas que não sejam as vencedoras da licitação, sob pena de recusa da prestação de contas e de devolução dos recursos.
  - Inversão de recursos, ex: os recursos destinados à alimentação não poderão ser disponibilizados para pagamento de hospedagem ou vice-versa.

Caso o faça, acarretará na obrigatória devolução do recurso, para dar regularidade à Prestação de Contas.

- 6) O Gestor Administrativo é o responsável pela correta apresentação da prestação de contas à AAPAS dos recursos destinados à IES, cadastro dos alfabetizadores e alfabetizando, bem como pelo preenchimento e cadastro no site do Relatório de Mensal da Execução - RME.
- 7) A prestação de contas dos serviços descritos nos itens 09, 10 e 11 do formulário 01 (hospedagem e alimentação) deverão estar vinculados às normas do Manual de Prestação de Contas da AAPAS, não se admitindo despesas diferentes das constantes do Edital de Licitação e das propostas apresentadas, sem prévia autorização da AAPAS.
- 8) As despesas referentes aos serviços descritos nos itens 09,10 e 11 do formulário 01 deverão ser efetuadas estritamente para atender as ações voltadas para o Programa Alfabetização Solidária.
- 9) Todos os documentos de prestação de contas deverão ser encaminhados à AAPAS, POR MUNICÍPIO.
- 10) Os documentos de prestação de contas deverão ser originais, sem rasuras e emitidos em nome da AAPAS, conforme os dados cadastrais abaixo:

<b>Razão Social:</b> Associação de Apoio ao Programa Alfabetização Solidária – AAPAS
<b>CNPJ/MF:</b> 02.871.771/0001-80 <b>Inscrição Estadual:</b> 07.393.668/001-16
<b>Endereço:</b> SAUS Q. 05, Bloco K/13º andar Ed. OK Office Tower CEP. 70070-937 – Brasília -

**B) Regra 2 – Formato Brasil Alfabetizado**

Para os municípios subordinados à Regra 2 não haverá prestação de contas, tendo em vista que a Alfabetização Solidária pagará apenas as bolsas dos alfabetizadores.



**IX) Instruções para o preenchimento e remessa da Ficha de Informações e Homologação de Licitação (formulário 01)**

- 1) **INST. DE ENSINO SUPERIOR - IES:** preencher com o nome da IES, campus e a UF em que se localiza.
- 2) **MUNICÍPIO:** registrar o nome do município atendido (um para cada formulário) e a UF em que se localiza.
- 3) **MODALIDADE DA LICITAÇÃO/NUMERAÇÃO/DATA DA LICITAÇÃO:** Preencher conforme o edital.
- 4) **COORDENADOR PEDAGÓGICO:** escrever o nome do coordenador pedagógico responsável pelo campus que atende ao município.
- 5) **GESTOR ADMINISTRATIVO:** Registrar o nome do gestor administrativo responsável pelo campus que atende ao município.
- 6) **INÍCIO E TÉRMINO PREVISTO DA CAPACITAÇÃO:** preencher o período previsto para o curso de capacitação *in loco* ou em pólo.
- 7) **TOTAL PREVISTO DE DIAS:** mínimo de 05 dias/40 horas.
- 8) **NÚMERO PREVISTO DE PARTICIPANTES:** é o somatório dos alfabetizadores, suplente/s monitor pedagógico (somente a partir do 2º módulo de funcionamento), o coordenador municipal ou secretário de educação.
- 9) **SOBRE A HOSPEDAGEM:** marcar com um "X" o item em que a IES se enquadra.  
Nos casos onde a Associação de Apoio ao Programa Alfabetização Solidária - AAPAS - custeará as despesas com a hospedagem, a IES deverá informar o nome das 03 (três) empresas distintas que apresentaram o menor preço na licitação, bem como o responsável, o telefone para contato e, ainda, o custo diário e total por participante.
- 10) **SOBRE A ALIMENTAÇÃO:** marcar com um "X" o item em que a IES se enquadra.  
Nos casos onde a Associação de Apoio ao Programa Alfabetização Solidária - AAPAS - custeará as despesas com a alimentação, a IES deverá informar o nome das 03 (três) empresas distintas que apresentaram o menor preço na licitação, bem como o responsável, o telefone para contato e, ainda, o custo diário e total por participante.
- 11) **SOBRE O TRANSPORTE:** marcar com um "X" o item em que a IES se enquadra.  
Nos casos onde a Associação de Apoio ao Programa Alfabetização Solidária - AAPAS - custeará as despesas de transporte, a IES deverá informar o nome das 03 (três) empresas distintas que apresentaram o menor preço na licitação, bem como o responsável, o telefone para contato e, ainda, o custo diário (se houver serviço diário) e total por participante.

---

NOTA A Ficha de Informações e Homologação de Licitação (formulário 1) deverá ser preenchida e enviada pelos Correios, SEDEX ou Carta Registrada, para a Gerência de Capacitação e Logística, endereço SAU/Sul Q. 05, Bloco K, 3º andar, Ed. OK Office Tower - CEP. 70070-937 - Brasília/DF, anexando as 3 (três) propostas originais de menor valor, com o edital de cada modalidade licitada, ou fotocópias autenticadas em cartório ou, ainda, cópias conferidas com o original pelo/a Gestor/a Administrativo/a. **Recomendávei guardar na IES cópia de toda a documentação.**

**FICHA DE INFORMAÇÕES E HOMOLOGAÇÃO DE LICITAÇÃO**  
**Curso de Capacitação dos Alfabetizadores – IES**  
**Módulo XIV – 2º Semestre de 2003**

1) Inst. de Ensino Superior - IES:	Campus	UF:
2) Município:		UF:
3) Modalidade da Licitação/Numeração	Data da Licitação	
4) Coordenador/a Pedagógico/a:	Telefones:( )	
5) Gestor/a Administrativo/a:	Telefones:( )	
6) Início e término previsto da Capacitação: ___/___/___ a ___/___/___	7) Total de dias previstos (no mínimo 65)	8) Nº previsto de participantes do Município:

**9) Sobre a hospedagem:** (marcar a quadrícula)

- o município/local dispõe de alojamento e colocará essa estrutura à disposição para hospedagem dos alfabetizadores deste município;
- o município/local não dispõe de alojamento, mas irá custear as despesas de hospedagem;
- o município/local está viabilizando um local junto a algum órgão ou entidade, sem ônus para si próprio e para a AAPAS;
- a AAPAS terá que custear as despesas de hospedagem. Neste caso, **detalhe abaixo as despesas.**

<b>Empresa 1:</b>	Responsável:
Tel. Contato: ( )	Custo por participante - diário: R\$ - total: R\$
<b>Empresa 2:</b>	Responsável:
Tel. Contato: ( )	Custo por participante - diário: R\$ - total: R\$
<b>Empresa 3:</b>	Responsável:
Tel. Contato: ( )	Custo por participante - diário: R\$ - total: R\$

**10) Sobre a alimentação:** (marcar a quadrícula)

- o município/local dispõe de refeitório próprio para a alimentação da equipe;
- o município/local não dispõe de refeitório no campus, mas irá custear as despesas de alimentação;
- o município/local está viabilizando apoio de algum órgão ou entidade, sem ônus para si próprio e para a AAPAS;
- a AAPAS terá que custear as despesas de alimentação (almoço, lanche e jantar). Neste caso, **detalhe abaixo as despesas.**

<b>Empresa 1:</b>	Responsável:
Tel. Contato: ( )	Custo por participante - diário: R\$ - total: R\$
<b>Empresa 2:</b>	Responsável:
Tel. Contato: ( )	Custo por participante - diário: R\$ - total: R\$
<b>Empresa 3:</b>	Responsável:
Tel. Contato: ( )	Custo por participante - diário: R\$ - total: R\$

**10) Sobre o transporte:** (marcar a quadrícula)

- o município/local está viabilizando o transporte, sem ônus para si próprio e para a AAPAS;
- a AAPAS terá que custear as despesas de transporte. Neste caso, **detalhe abaixo as despesas.**

<b>Empresa 1:</b>	Responsável:
Tel. Contato: ( )	Custo por participante - diário: R\$ - total: R\$
<b>Empresa 2:</b>	Responsável:
Tel. Contato: ( )	Custo por participante - diário: R\$ - total: R\$
<b>Empresa 3:</b>	Responsável:
Tel. Contato: ( )	Custo por participante - diário: R\$ - total: R\$

Declaramos, que conduzimos o presente processo licitatório, nos termos do Kit de Capacitação – Módulo XIV e da Lei 8666/93.

Data: ___/___/___	Assinatura do/a Gestor/a Administrativo/a:
Data: ___/___/___	Assinatura do/a Pró-Reitor/a:

Campo de preenchimento exclusivo da Alfabetização Solidária

Número de Fax da IES: ( )	Consultor responsável:	ramal:
Data: ___/___/___	Aprovação do certame licitatório: <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não	Observações:

ATUALIZAÇÃO DO CADASTRO BANCÁRIO

Este Formulário deverá ser preenchido com os dados da conta corrente do Gestor/a Administrativo/a no Banco do Brasil. Essa conta é específica para o recebimento de recursos destinados à operacionalização do Programa Alfabetização Solidária.

Caso o Gestor não tenha conta corrente no Banco do Brasil, deverá providenciar e, após, preencher este Formulário

IES:				UF:	
Nome completo (sem abreviação) do/a Gestor/a Administrativo/a:					
Data de Nascimento: ____/____/____			CPF:		
Registro (Identidade) nº	Geral	Órgão Expedidor:	UF:	Data de Expedição: ____/____/____	
Nº do banco: 001	Nome do banco: Banco do Brasil	Nº da agência:	Conta corrente nº:		
Correio eletrônico:					

Informar os dados de outro/a professor/a no quadro abaixo, para ser utilizado em caso de necessidade.

Nome completo (sem abreviação):			Tipo de participação do/a professor/a no Programa:		
Data de Nascimento: ____/____/____			CPF:		
Registro (Identidade) nº	Geral	Órgão Expedidor:	UF:	Data de Expedição: ____/____/____	
Nº do banco: 001	Nome do banco: Banco do Brasil	Nº da agência:	Conta corrente nº:		
Correio eletrônico:					

Data ____/____/____	Nome por extenso do Gestor Administrativo	Assinatura
Data ____/____/____	Assinatura do Pró-Reitor ou Dirigente da IES	

**ATENÇÃO:** Favor enviar este Formulário devidamente preenchido à AAPAS, por fax (0xx61) 319.3854 / 3855 ou Sedex, para a Gerência de Acompanhamento



**PROPOSTA DE CRONOGRAMA TRABALHO**  
**2º SEMESTRE DE 2003 – MÓDULO XIV**

Este é o cronograma de trabalho proposto pelo Programa para a execução das ações no(s) município(s) atendido(s) pela IES durante o 2º semestre de 2003 – Módulo XIV. Solicitamos que, se não for possível cumpri-lo nas datas indicadas, a IES elabore um cronograma aproximado, possibilitando ao Programa o acompanhamento das ações previstas.

Nº	Ação	Período	Objetivos
01	<b>Curso de Capacitação e Início das aulas</b>  Obs: Para o caso previsto no item IV-3 deste documento, não haverá o Curso de Capacitação	Mês de Agosto	a)viabilizar o cadastro dos alfabetizadores e alfabetizandos, conforme orientado no item II; b)realizar o treinamento dos novos alfabetizadores selecionados para o 2º semestre de 2003 / módulo XIV; c)repassar os conteúdos a serem trabalhados no decorrer do módulo, dando ênfase ao 1º mês de atividade; d)definir programação do calendário do curso no módulo estabelecido pelas IES e equipe de cada município, considerando: 1º)o encerramento das atividades no mês de Dezembro/03; 2º) a carga horária mínima de 240horas/aula <b>-Regra 1: 05 meses de aula, sendo que no 1º mês deverá acontecer a Capacitação e o início das aulas.</b> <b>-Regra 2 – Formato Brasil Alfabetizado: 06 meses de aula, sendo que no 1º mês deverá acontecer a Capacitação e o início das aulas.</b> <b>Obs: o relatório do Curso de Capacitação deverá ser enviado à Alfabetização até 20 dias corridos, a partir do encerramento do curso</b>
02	<b>1ª Visita de Acompanhamento e Avaliação</b>	1ª Quinzena do mês de setembro	a) Semana da Alfabetização ou visita mensal, conforme objetivos abaixo: b)assessorar e acompanhar a realização da avaliação diagnóstica (identificação do perfil inicial do alfabetizando); c)verificar a implantação das turmas, detectando problemas e encaminhando soluções; d)repassar a programação do calendário e os conteúdos a serem trabalhados no 1º e 2º meses do curso; e)realizar capacitação continuada com os alfabetizadores; f)visitar as salas de aula; g)realizar o levantamento dos dados quantitativos: nº de turmas em funcionamento, frequência dos alfabetizadores e dos alfabetizandos; g)atualização do cadastro de alfabetizadores; h)preenchimento da planilha de comprovação de frequência dos alfabetizandos – RME disponível no site da Alfabetização. <b>OBS: os relatórios de execução e avaliação - RMA e RME deverão ser preenchidos e encaminhados, por meio eletrônico (www.alfabetização.org.br), à Alfabetização Solidária, impreterivelmente, até o 5º dia após o encerramento do período da visita.</b>
03	<b>2ª Visita de Acompanhamento e Avaliação</b>	1ª quinzena do mês de outubro	a)verificar a implantação das turmas, detectando problemas e encaminhando soluções; b)repassar a programação do calendário e os conteúdos a serem trabalhados nos 2º e 3º meses do curso; c)visitar as salas de aula; d)realizar capacitação continuada com os alfabetizadores; e)realizar o levantamento dos dados quantitativos: nº de turmas em funcionamento, frequência dos alfabetizadores e dos alfabetizandos; f)atualização do cadastro de alfabetizadores; g)preenchimento da planilha de comprovação de frequência dos alfabetizandos – RME disponível no site da Alfabetização. <b>OBS: os relatórios de execução e avaliação - RMA e RME deverão ser preenchidos e encaminhados, por meio eletrônico (www.alfabetização.org.br), à Alfabetização Solidária, impreterivelmente, até o 5º dia após o encerramento do período da visita.</b>
04	<b>3ª Visita de Acompanhamento e Avaliação</b>	1ª quinzena do mês de novembro	a)observar o cumprimento do calendário do curso; b)verificar a aplicação do conteúdo programático;

	Avaliação		<p>c) avaliar a proposta pedagógica implementada pela IES;</p> <p>d) assessorar o processo pedagógico;</p> <p>e) discutir problemas relativos ao andamento do curso e encaminhar soluções;</p> <p>f) visitar as salas de aula;</p> <p>g) realizar capacitação continuada com os alfabetizadores;</p> <p>h) aplicar instrumentos de avaliação e de tabulação dos dados coletados pelo Coordenador Municipal e alfabetizadores em cada turma;</p> <p>i) realizar o levantamento dos dados quantitativos: nº de turmas em funcionamento, frequência dos alfabetizadores e dos alfabetizandos;</p> <p>j) repassar a programação do calendário e os conteúdos a serem trabalhados no 4º mês de curso;</p> <p>l) proceder à avaliação da aprendizagem dos alfabetizandos;</p> <p>m) iniciar o processo de mobilização da comunidade para a seleção de alfabetizadores para o próximo semestre;</p> <p>n) atualização do cadastro dos alfabetizadores;</p> <p>o) preenchimento da planilha de comprovação de frequência dos alfabetizandos - RME disponível no site da Alfabetização.</p> <p><b>OBS: os relatórios de execução e avaliação - RMA e RME deverão ser preenchidos e encaminhados, por meio eletrônico (<a href="http://www.alfabetizacao.org.br">www.alfabetizacao.org.br</a>), à Alfabetização Solidária, impreterivelmente, até o 5º dia após o encerramento do período da visita.</b></p>
05	4ª Visita de Acompanhamento e Avaliação	Mês de Dezembro	<p>a) realizar as ações descritas na 1ª, 2ª, 3ª e 4ª visitas;</p> <p>b) selecionar novos alfabetizadores para o módulo seguinte;</p> <p>c) visitar as salas de aula;</p> <p>d) realizar capacitação continuada com os alfabetizadores;</p> <p>e) realizar o levantamento dos dados quantitativos: nº de turmas em funcionamento, frequência dos alfabetizadores e dos alfabetizandos;</p> <p>f) atualização do cadastro de alfabetizadores;</p> <p>g) preenchimento da planilha de comprovação de frequência dos alfabetizandos - RME disponível no site da Alfabetização;</p> <p>h) apresentação de uma redação de cada alfabetizando;</p> <p>i) apresentação dos dados finais do instrumento de coleta de dados.</p> <p><b>OBS: os relatórios de execução e avaliação - RMA e RME deverão ser preenchidos e encaminhados, por meio eletrônico (<a href="http://www.alfabetizacao.org.br">www.alfabetizacao.org.br</a>), à Alfabetização Solidária, impreterivelmente, até o 5º dia após o encerramento do período da visita.</b></p>

O presente anexo não é um modelo padrão a ser utilizado pelas IES, e sim uma sugestão de formato. O texto apresentado abaixo pode ser modificado e adaptado. Recomendamos, que o edital a ser elaborado pela IES contenha os requisitos básicos, como, por exemplo, objeto, habilitação e regras gerais. Lembramos, que deve haver um edital para cada modalidade de serviço, exceto quando os serviços de hospedagem e alimentação forem prestados por um mesmo fornecedor.

CONVITE N.º /2003

À \_\_\_\_\_

A Associação de Apoio ao Programa Alfabetização Solidária - AAPAS, por meio da (Nome da IES), comunica que no dia.....de.....de 2003, às \_\_\_:\_\_\_ horas, no (Local de abertura das Propostas), receberá e abrirá envelopes referentes ao CONVITE nº ...../2003, pelo menor preço global, que observará os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da igualdade, da proibição administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório e do julgamento objetivo, bem assim aos princípios correlatos da celeridade, finalidade, razoabilidade, proporcionalidade, competitividade, justo preço, seletividade e comparação objetiva das propostas.

#### I - DO OBJETO:

Contratação de prestação de serviços para (hospedagem - alimentação ou transporte) em (Localidade da realização do Curso), visando atender ao Curso de Capacitação do Programa Alfabetização Solidária, Módulo XIV, relativo aos Alfabetizadores dos Municípios (Nomes dos Município), com infra-estrutura mínima estabelecida no Anexo I deste Convite.

#### II - CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO:

1- O licitante deverá apresentar comprovante de situação regular perante o Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores da Administração Federal - SICAF, ou

- a) prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);
- b) prova de inscrição no Cadastro de Contribuinte Estadual e/ou Municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- c) prova de regularidade relativa à Seguridade Social (Certidão Negativa de Débito - CND/INSS).

2- O licitante deverá informar na proposta sua concordância com as normas estabelecidas na presente carta-convite.

3- Os licitantes deverão apresentar, simultaneamente, os documentos de habilitação e proposta de preços, em envelopes separados, fechados e indevassáveis, contendo, externamente, os seguintes dados de identificação:

- a) Razão Social do Licitante;
- b) Número deste Edital;
- c) Envelope nº 1 – "DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO"
- d) Envelope nº 2 – "PROPOSTA DE PREÇOS" – Conforme modelo do Anexo II

4- Será considerado vencedor o licitante que, cumpridas as exigências ora formuladas, apresentar o menor preço global.

5- Os licitantes não formalmente convidados poderão participar do convite, desde que atendam as condições ora estipuladas.

6- As propostas e a documentação pertinente, poderão ser entregues no dia/hora da reunião de abertura do Convite, no local indicado no preâmbulo, ou encaminhadas à ( Endereço da IES ), aos cuidados da Comissão Especial/Permanente de Licitação.

7- Os pedidos de esclarecimento deverão ser dirigidos à Comissão Especial/ Permanente de Licitação no endereço....., telefone:..... ou e-mail:.....

8- As propostas e a documentação pertinente, enviadas pelo portador ou postadas pelo Correios após o horário estabelecido para o início da reunião não serão recebidas.

9- O presente Convite reger-se-á pelas normas ora estabelecidas, pelos princípios enumerados no Preâmbulo, e supletivamente, pela Lei 8.666, de 21/06/93.

10- O Presidente da Comissão e/ou ..... Designado poderá relevar omissões ou equívocos meramente formais, desde que não comprometam o caráter competitivo do certame, que não desfigurem a(s) proposta(s) e que não atentem contra os princípios enumerados no preâmbulo do presente Edital.

**3) Local, ..... de 2003.**

**PRESIDENTE DA COMISSÃO**



## ANEXO I

(DO CONVITE)

O presente anexo não é um modelo padrão a ser utilizado pelas IES, e sim uma sugestão de formato. As especificações abaixo apresentadas são meramente ilustrativas, exemplificando a forma pela qual os serviços deverão ser detalhados aos fornecedores. Portanto, os itens que o compõem poderão sofrer alterações, acréscimos e/ou supressões por parte das IES, adequando-o às peculiaridades regionais e, sobretudo, ao custo/benefício, buscando-se com isso não onerar o Curso de Capacitação. Lembramos, que caso os serviços de hospedagem e alimentação sejam prestados por fornecedores distintos, deverão ser elaborados edital/anexo separados. Para a contratação do serviço de transporte a IES procederá de forma análoga às outras modalidades.

## ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS MÍNIMAS

CONVITE Nº \_\_\_\_ /2003

### I – DO OBJETO:

(Repetir do Edital)

### II – DAS ESPECIFICAÇÕES DOS SERVIÇOS:

ITEM	PERÍODO	DESCRIÇÃO
1	__/__/__ a __/__/__	__ (quantidade) diárias de hospedagem em apartamentos duplos ou triplos, com café da manhã, previstas para __ (quantidade) alfabetizadores. (apresentar preço unitário e global)
2	__/__/__ a __/__/__	Serviço de "buffet" para Almoço e Jantar previsto para __ (quantidade) pessoas (Cardápio Mínimo - item IV) - (apresentar preço unitário e global)
3	__/__/__ a __/__/__	Serviço de Lanche previsto para __ (quantidade) pessoas - manhã e tarde (Cardápio Mínimo - item IV) - (apresentar preço unitário e global)

### III) DAS CONDIÇÕES PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS:

- A CONTRATADA indicará à CONTRATANTE o nome de seu preposto ou funcionário com competência para manter entendimentos e receber comunicações ou transmiti-las.
- A CONTRATADA comunicará, por escrito e imediatamente, à CONTRATANTE, ou preposto por ela indicado, quaisquer ocorrências que venham a prejudicar o objeto do serviço, verificadas na sua

execução, acrescentando todos os dados e circunstâncias julgados necessários aos esclarecimentos dos fatos.

- c) A CONTRATANTE se reserva o direito de vistoriar os estabelecimentos antes da aprovação.
- d) A CONTRATANTE não se responsabilizará pelo consumo de bebidas alcoólicas no serviço de "buffet" para o almoço e jantar e uso de serviços de lavanderia, ligações telefônicas locais, nacionais e internacionais, frigobar, serviços extras de bar e restaurante dos alfabetizadores hospedados.
- e) A CONTRATANTE deverá apresentar no mínimo duas sugestões diárias de cardápio (item IV) para "buffet", no almoço e jantar.
- f) O Lanche será servido duas vezes ao dia, pela manhã e à tarde (Cardápio Mínimo item IV),
- g) Todo o material necessário para a realização das refeições, do "buffet" para almoço, jantar e Lanche, tais como: pratos, talheres, copos, guardanapos, toalhas e mesas de apoio, serão fornecidos pelo serviço da CONTRATADA.
- h) A CONTRATADA deverá providenciar toda a infra-estrutura de copa e cozinha necessárias, para todo o serviço solicitado pela CONTRATANTE.

#### **IV) DAS ESPECIFICAÇÕES DO CARDÁPIO: (MÍNIMO)**

##### **LANCHE**

Café, leite, chás, sucos naturais (2 tipos) e água mineral com e sem gás  
Salgadinhos, bolos/biscoitos variados e mini sanduíches

##### **BUFFET PARA ALMOÇO/JANTAR**

02 variedades de saladas  
02 pratos quentes (carne, frango ou peixe)  
04 acompanhamentos (legumes, arroz, feijão, massa etc)

##### **BUFFET DE SOBREMESAS**

02 variedades

##### **BEBIDAS**

Água mineral - com e sem gás, refrigerantes normal e light ou sucos de frutas, café ou chá

#### **V) DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS:**

O Preço será fixo e irredutível.

UF	Município	Nome Completo	Endereço Completo	CEP	Telefone
MA	Araloses	Bernardo Araújo Souza	Rua Central nº 557 - Alto São Manoel	65570-000	98 478-1509
MA	Barreirinhas	Marcelo Pereira da Conceição	Rua 13 de Maio s/nº - Bairro Murici	65590-000	98 349-1316
MA	Belágua	Ellis Regina Bogéa	Av. 1º de Janeiro s/nº - Centro	65535-000	98 452-1067
MA	Brejo	Maria do Carmo dos Santos Dutra	Rua Duque de Caxias nº 186 - Centro	65520-000	98 472-0818
MA	Magalhães de Almeida	Odival Batista Vieira	Rua Celestino Câmara nº 202 - Centro	65560-000	98 - 483-1168
MA	Morros	Melina Aparecida Silva Teles	Rua Assunção s/nº - Bairro Santa Cruz	65160-000	98 363-1361
MA	Paulino Neves	José Jeová Xavier Conceição	Rua São Francisco s/nº - Bairro São João Batista	65585-000	98 487-1065/1040/1183/1016
MA	Santa Quitéria do Maranhão	José Carlos Sousa Silva	Rua Newton Junqueira s/nº - Bairro Novo	65540-000	98 476-1716
MA	Tutóia	Ruth Mary Braga Pinto	Travessa Magalhães de Almeida s/nº - Bairro Barra	65580-000	98 479-1828
PI	Belém do Piauí	Antonio Miguel de Carvalho Macedo	Rua Cicero Alencar nº 326 - Centro	64678-000	89 441-0038
PI	Barânia do Piauí	Marcelino Galindo de Melo	Av. José Inocêncio nº 835 - Centro	64753-000	89 497-0022 / 497-0005
PI	Bocaina	Wellington Pascoal Barros	Praça Cicero Gomes s/nº - Centro	64630-000	89 448-1192 / 448-1255
PI	Conceição do Canindé	Francisco Pereira dos Santos	Praça Central nº 350 - Centro	64740-000	89 489-1200 / 489-1187
PI	Domingos Mourão	Antônio Barbosa Pereira	Praça da Matriz nº 135 - Centro	64250-000	86 278-1116
PI	Floresta do Piauí	Maria Francisca da Silva	Rua Matias Francisco de Lima nº 430	64563-000	89 463-0004/0014
PI	Francisco Macedo	Osaliton Lopes de Carvalho	Rua João Pereira Antão de Carvalho, 23 Centro	64683-000	89 435-0035
PI	Isaías Coelho	Célia Maria da Silva Sousa	Rua Francisco Tenor nº 226 - Centro	64570-000	89 485-1121
PI	Itainópolis	Maria de Fátima Oliveira	Bairro Matadouro s/nº	64565-000	89 446-1287
PI	Jacobina do Piauí	José Braz de Silva	Av. Severo Rocha nº 199 - Alto São Pedro	64755-000	89 488-1157
PI	Marcolândia	Francisco Ribamar Carvalho da Silva	Rua Francisco Vitalino Neto, 112	64685-000	89 439-1303
PI	Monseñor Hipólito	Josefa Maria Lima Bezerra	Av. Manoel Bezerra nº 400 - Centro	64650-000	89 433-1164
PI	Padre Marcos	Antônio Nascimento de Carvalho	Av. José de Moura Leal nº 20 - Centro	64680-000	89 431-1170
PI	Paulistana	Eduardo José do Nascimento	Rua Firmino Calbrano s/nº - Bairro Triângulo	64750-000	89 487-1551
PI	Queimada Nova	Jeovani Francisco Rosa	Rua Felipe Rodrigues Coelho nº 629 - Centro	64758-000	89 495-0078
PI	Ribeira do Piauí	Antônio Luiz de Araújo Costa Neto	Rua Avelino Borges s/nº	64725-000	89 534-0053/0061
PI	Santo Inácio do Piauí	Tereza Maria Barbosa de Sousa			
PI	São Francisco de Assis do Piauí	Suenil Alencar da Costa	Pça. Da Matriz, s/nº Centro	64745-000	89 496-0006
PI	Socorro do Piauí	Maria dos Anjos e Silva Amorim	Rua Odilon Moura s/nº - Prefeitura Municipal	64720-000	89 480-1222/1248
PI	Verá Mendes	Domingos José de Sousa	Av. José Mendes de Sousa nº 146	64508-000	89 458-0050
PI	Vila Nova do Piauí	Francisco de Assis Souza	Rua Luciano José Leal nº 48, Conjunto Ulisses Guimarães - Centro	64688-000	89 437-0073/0038
CE	Barro	Edney Gonçalves Alencar	RUA CRISANTINA MONTEIRO, 500. AP. 02 CENTRO	63380-000	88 554-1961 / 9666-1200
CE	Caridade	Anderson Sanches Rodrigues	COMUNIDADE DA VAZEIA REDONDA ZONA RURAL	62730-000	85 324-1100
CE	Independência	José Robervaldo Lacerda	RUA FÉRREA, 335	63540-000	88 675-1817

CE	Iraucuba	Benedito Vidal Ramos	Fazenda Lagoa das Pedras RUA PAULA CLOTTILDE, 133. CENTRO	62620-000	88 635-1133
CE	Jaguarbata	Geovane Eduardo Araújo		63490-000	(88) 568-4530
CE	Nova Olinda	Aparecida Pereira da Silva	Rua São Francisco	63165-000	(88) 546-1666 / 9959-1535
CE	Pereiro	Luciana Calvalcante pinheiro Lima	RUA CORONEL JOSÉ FREIRE, 92 CENTRO	63260-000	88 527-1262
CE	Quixelé	Alessandra Gomes da Silva	RUA PEDRO GOMES DE ARAÚJO, S/N	63515-000	88 579-1210
RN	Alonso Bezerra	Alaíde Fernandes de Amorim Lopes	Rua Tenente Serafim, 68	59510-000	84 533-2249 / 533-2511
RN	Angicos	Rosemary Tertuliano da Cunha Verde			
RN	Bodó	José Nelson Gomes da Rocha	Rua Manoel Augusto Pereira, 43	59528-000	84 439-0031
RN	Cerro Corá	Flaviano Elis de Matos	Rua Servio Pereira, 91	59395-000	84 488-2475
RN	Encanto	José Eudes da Silva	Rua das Golabelras, 52 São Luiz	59905-000	84 354-0002/0213
RN	João Câmara	José Teixeira da Silva			84 9995-7576
RN	José da Penha	João Járome de Brito Júnior	Rua FernandoFontes, s/nº Centro	59980-000	84 383-2223 / 383-2005
RN	Padra Grande	Gilvan Macedo da Silva	Rua Prefeito Artur Morais, 600 Centro	59588-000	84 555-0068
RN	Santa Cruz	Marcela Rabena de Oliveira Pereira	Rua Lourenço da Rocha na 44 - Centro	59200-000	84 291-3091/2311 / 9988-1039
RN	São Paulo do Potengi	Dário Clóvis de Andrade	Rua Manoel Henrique, 483	59460-000	84 251-2305
RN	Taipu	Andreza Karina de Araújo	Rua Jatobá, 47 Nova Paramerim	59150-000	84 264-2212
PB	Arauna	Fábia Pereira de Amorim	Loteamento Maria L. de Avelar nº 200	58233-000	83 373-1372 / 9989-4512
PB	Areal	Marcos Antônio Marques da Silva	Rua São José nº 472	58140-000	83 368-1020
PB	Aroeiras	Saulo César Gomes Germano	Av. José Pedro de Melo nº 109 - Centro	58400-000	83 396-1053
PB	Bananeiras	Paulo Rech	Rua Solon de Lucena nº 356	58220-000	83 367-1192/1129
PB	Bernardino Batista	Maria Eliete da Silva		58922-000	83 561-1005
PB	Boqueirão	Rosélia de Souza Santiago	Rua Projetada nº 126 - MaVinas	58450-000	83 391-1299
PB	Cacimba de Dentro	Adelaide Soares de Melo	Rua Pres. João Pessoa nº 206	58230-000	83 379-1044/1045/1169
PB	Esperança	Evaldo Pedro da Costa	Pça Augusto Nonato nº 355	58135-000	83 361-1463 / 9994-2582
PB	Itabalana	Fernando Rodrigues de Melo Filho	Praça da Indústria nº 65	58360-000	83 9974-4257
PB	Nova Floresta	Iranaf Milguel de Oliveira	Rua Elpidio Sabino nº 166 - Centro	58178-000	83 374-1081/1031
PB	Picuí	Sebastião Faustino Casado Júnior	Rua Samuel Antas de Farias nº 33	58187-000	83 371-2150/2328
PB	Pombal	Aristóteles Lacerda da Nóbrega	Rua Cândido de Assi Quiroga nº 813 - Jardim Santa Rosa	58940-000	83 431-3496 / 9965-2492
PB	Queimadas	Iveronele Leda da Silva Farias	Rua Vital Francisco da Silva, 109	58440-000	83 391-2174 / 392-1109/2174
PB	São José dos Ramos	Gilvânia Alves de Souza	Rua Maria das Neves s/nº - Centro (Conj. Wilisses Bernardino de Araújo)	58339-000	83 682 - 1086/1123/1087
PB	Umbuzeiro	José Hermes Fernandes de Macedo	Av. Carlos Pessoa, s/nº	58420-000	83 395-1216
PE	Atrãnio	Francisco Brito Santana	Rua Marcos Ferreira Gomes, s/nº Isabel Gomes	56360-000	

PE	Águas Belas	Francisco Carlos Vasconcelos Lyra	Rua Cel. Constantino, 04	Centro	55340-000	87 3775-1264 / 9988-3318
PE	Altinho	José Sávio Omena	Rua Dr. José Omena, 26	Centro	55490-000	81 3739-1245
PE	Belém de São Francisco	Alcides Novaes Nogueira	Rua Deyse Aguiar, 365	Centro	56440-000	87 3876-1637
PE	Buquê	Maria Silvana Gomes Correia	Av. Jonas Camelo, 40		56520-000	87 9992-4340 / 38552908
PE	Cabrobó	Ana Karina Gonsaves Carneiro Lins	Av. Cel. Higino Pires, 869	Centro	56180-000	
PE	Carnaubeira da Penha	Paula Regina Santana de Araújo	Av. Major Dário Ferraz, s/nº	Centro	56420-000	87 3877-8145
PE	Custódia	Paulo Roberto Bezerra do Nascimento	Rua José Tomás, 110		56640-000	87 3848-1837 / 3848-1422
PE	Iatel	José Luiz Almeida da Silva	Rua Manoel Florêncio de Souza, 73	Centro	55345-000	87 3786-1096
PE	Ibimirim	Edraldo Alves Ramalho	Av. José Rafael de Freitas, 90	Lajes	56580-000	
PE	Imajé	David Roberto de Jesus Passos	Rua Noé paz de Araújo, 17		56560-000	87 3840-1156
PE	Jatobá	José da Cruz dos Santos	Rua Promissão, 57	Itaparica	56470-000	87 3851-3116 / 3851-3119
PE	Orocó	Cláudio Alves Cavalcante	Trav. Bom Jesus, 121	Centro	56170-000	87 3887-1239
PE	Tacaratu	José Abnildo Lima	Rua José Manoel Sobrinho, s/nº	Centro	56480-000	87 3843-1211
AL	Água Branca	Cícero Evandro Sandes dos Santos	Rua Major Francisco Casado, 01	Centro	57490-000	82 644-1307 / 644-1122
AL	Cacimbinhas	Maria Roselma Barros Amorim	Rua Moncal Evaristo		57570-000	82 422-1269 / 9984-2029
AL	Delmirio Gouveia	Manoel Euclides dos Santos	Rua Alan Kardec, s/nº		57480-000	82 641-1678 / 9963-4516
AL	Estrela de Alagoas	Sandra Maria de Souza	Rua 27 de Junho, 08		57601-000	82 421-2630 / 9984-2455
AL	Inhapl	José Severino dos Santos	Rua Presidente Médici, s/nº		57545-000	82 545-1266 / 9907-0024
AL	Jaramataia	Josefa Amparo Barbosa	Rua do Comércio nº 238		57425-000	82 533-1130
AL	Major Isidoro	Maria Aparecida de Oliveira Silva	Sítio Campinhos		57580-000	82 424-1210
AL	Olho d'Água do Casado	Maria Cristina Lima Souza	Rua Antônio Pinto Bandeira, s/nº		57470-000	82 643-1108
AL	Oliveira	Cícero Fernandes de Brito	Rua Padre Cícero, s/nº		57550-000	82 621-1533 / 9984-1852
AL	Ouro Branco	Alberto Carvalho Amorim	Rua do Comércio nº 71		57525-000	82 629-1131/1235 - 9986-9028
AL	Palestina	Maria Helena da Silva	Rua Joaquim Felix de Carvalho, s/nº		57410-000	82 631-1141
AL	Pão de Açúcar	Maria Teresa Guimarães Couto	Av. Bráulio Cavalcante, s/nº		57400-000	82 624-1093
AL	Pariconha	Gjosué de Corrêa de Souza	Rua Francisco Souza, 85	Alto da Boa Vista	57475-000	82 647-1174
AL	Piranhas	Rebamar Amaro Paiva Júnior	Alojamento Cascavel, Bloco L-5,	Vila Sergipe Xingó	57460-000	82 686-1431 / 686-3291
AL	Pogo das Trincheiras	Luzinete Souza dos Santos	Rua 10 de Maio		57510-000	82 9985-1120 / 626-1120
AL	Santana do Ipanema	José Pinto de Assis	Rua Sebastião Pereira Bastos, 668	Monumento	57500-000	
AL	Traipu	Clévison Palmeira da Souza	Av. Marii Lima Dias, s/nº		57370-000	82 536-1325
SE	Canindé de São Francisco	José Gomes da Silva Filho	Av. Otávio Fernandes de Souza - s/nº		49820-000	79 346-1938/1236 / 82 9984-5661
SE	Gararu	Albérico César Melo dos Santos	Av. Presidente Vargas nº 145 -	Centro	49830-000	79 354-1122 (T) 354-1170 ©
SE	Monte Alegre de Sergipe	Carmilla Kelly Santos Pereira	Praça Presidente Médici, s/nº		49690-000	79 318-1407
SE	Nossa Senhora da Glória	José Tanciel Lima Santos	Av. Lorrival Batista nº 501 -	Bairro Dilméia	49680-000	79 411-1781 / 9967-0831

SE	Pogo Redondo	Oriando Lisboa de Souza	Av. Pogo Redondo, s/nº	49810-000	79 337-1415
SE	Porto da Folha	Gerardo Deonísio de Sá	Rua Silvino Omerio, 526 - Centro	49800-000	79 349-2305
SE	Propriá	Paulo Roberto Ayres de Freitas Brito	Praça Coronel João Fernandes de Brito nº 864	49900-000	79 9977-8090 / 322-1833
BA	Abaré	Manoel Messias Pereira	Av. Edásio Tolentino, n.º 167	46680-000	(75) 287-2152
BA	Anagé	Alba Celeste Soares Vieira Amorim	Rua Landulfo Alves, 39 - centro	45180-000	(77) 435-2145
BA	Andorinha	Eudécia Batista de Lima	Rua Pricesa Isabel, 58 - Centro	48990-000	(74) 529-1276/ 529-1172
BA	Antônio Cardoso	Odila Terezinha Cadore	Rua Coronel Luiz Miguel, 09	44180-000	(75) 230-2118
BA	Aracatu	Darnião Silva	Rua Coronel Salustiano R. de Sousa, s/n	46130-000	77 9966 2406 / 77 446 2180
BA	Bom Jesus da Serra	Jerre Moreira do Carmo	Trav. José Ventura Matos	45263-000	(77) 461-1061/ 461-1025
BA	Caém	Carlos Roberto dos Santos Freitas	Rua Dr. João Matos, n. 83. Ana Rosa.	44730-000	(74) 536-2312/ 363-2049
BA	Campo Alegre de Lourdes	Valcinei José Ribeiro	Rua Afrânio Peixoto	47220-000	(74) 533-2434 / 533-2104
BA	Candéal	Célia Maria de Lourdes de Freitas	Rua Joaquim Cordero de Lima	48710-000	(75) 235-2130
BA	Caturama	Luís Américo Cayes Souza	Av. José Carlos Marques da Silva, s/n - Centro	46575-000	77 650-1145 / 650-1133
BA	Chorrocho	Edimar Marçal da Carvalho	Rua Francisco Pereira, s/n	48660-000	(75) 486-2206
BA	Cordeiros	Evairilda Soares e Silva	Rua ... de Setembro, 189 - Centro	46280-000	(77) 447-2116
BA	Fladéiffa	Selange dos Santos Marinho	Av. ACM, s/n	44775-000	(74) 551-2151
BA	Guajeru	Salvador Prates Teixeira	Fazenda Olera	46205-000	(77) 417-2166
BA	Irajuba	Givanildo Nunes Vitorino	Pça. Santo Antonio, s/n	45370-000	(73) 548-2148
BA	Lagoa Real	Maria do Carmo Teixeira Dantas	Praça do Mercado Novo s/n	46425-000	(77) 477-1010
BA	Lamarão	Emmanuel Messias Correia Lima	Rua José Vilalva Ribeiro, 73 - Centro	48720-000	(75) 688-2113 / 688-2255
BA	Machinga	Ercilio Pereira Rocha	Praça Naomar Acântara, 41	46225-000	(77) 472-2084 / 472-2002
BA	Matina	Eujádo Batista Chagas	Rua do Pasto de Saúde, 332 - Centro	46480-000	(77) 643-1168
BA	Nova Redenção	Jeremias Oliveira de Jesus	Praça J. J. Saabra, 628 - Centro	46835-970	(75) 345-2435
BA	Ourofândia	Jeanes Ribeiro dos S. Almeida	Av. do Cruzeiro, s/nº - Centro	44718-000	(74) 681-2193
BA	Pedro Alexandre	Ana Carla Carvalho Leite	Praça Coronel João Maria de Carvalho, s/n	48580-000	(75) 289-2126
BA	Piã Arcado	Raimundo Souza de Andrade	Rua Inácio Loyola, 08	47240-000	(74) 534-2113 / 534-2580
BA	Pindobagu	Marivaldo Marinho dos Santos	Rua Antônio Palmeiras, 148	44770-000	(74) 548-2157 / 548-2158
BA	Piripá	Elizabeth Angélica de Jesus	Rua Oliveira Brito, 35	46270-000	(77) 440 2411
BA	Ponto Novo	Aparecida Pereira Cruz	Praça Dr. Pedro Barbosa de Paes s/n	44755-000	(74) 677-1346
BA	Quixabeira	Isclanda Almeida Santos	Povoado de Jabudicaba Sedi. - Juizilia Agrícola	44713-000	(74) 676-1076
BA	Ribeirão do Largo	Sandra do Cruz França	Av. Diolina Raines, 145 - centro	45155-000	(77) 470-1132
BA	Santa Brígida	José Anilton Oliveira	Av. Rui Barbosa s/n	46570-970	(75) 698-2157 / 698-2053
BA	Santandópolis	Antônio Carlos Assis Ferreira	Rua João Norl, 48 - Centro / Fazenda Baixa da Gra	44260-000	(75) 694-2141 / 694-2234
BA	Saúde	Paulo Pereira de Jesus	Rua Zilda Pereira, 45, Bairro Pecúnia	44740-000	(74) 633-2311 / 633-2312
BA	União das Franças	Dourival da Silva Stanislaw	Praça da Vitória, 30 - Centro	44738-000	(74) 528-1258/ 528-1259

MG	Carbonita	Luzia Pereira da Silva e Corrêa	Rua da Conferência, 43	Centro	39665-000	38 3526-1584
MG	Itaobim	Maflávia Aparecida Luiz Ferreira	Rua Paraíba, 830	Guadalupe	39625-000	33 3734-2140 / 3734-1500
MG	Ladainha	Maria Izabel Lopes dos Santos	Rua Pedro Colem, 140	Centro	39825-000	33 3524-1428
MG	Santo Antônio do Jacinto	Noel Cabral Fernandes	Pça. Roque Froes, 973		39935-000	33 3747-1243 / 3747-1424
MG	Setubinha	Denise Barbosa Otoni	Rua Minervina Santos Pereira, 68	Centro	39688-000	33 3514-9129

## **ANEXO F**

### **PRINCÍPIOS ORIENTADORES DO PROGRAMA ALFABETIZAÇÃO SOLIDÁRIA**



---

II - Princípios Orientadores  
para Elaboração das Propostas  
Político-Pedagógicas pelas  
Universidades

## 1. PRINCÍPIOS

Diante das perspectivas e dos desafios identificados anteriormente, emerge a necessidade do estabelecimento de princípios orientadores para a ação pedagógica em sala de aula e para a formação do alfabetizador, a saber:

- **a relação entre letramento e exercício mais consistente da cidadania no desenvolvimento de um saber crítico-contextual, responsável pelas transformações conscientes da realidade.**

Os avanços das novas modalidades de informação e comunicação, o quadro alarmante dos índices de analfabetismo, aliado ao uso precário de leitura e de escrita pela população escolarizada, exigem atividades que proporcionem a ampliação do letramento como condição para o exercício da cidadania.

A participação numa sociedade letrada depende, fundamentalmente, do acesso aos instrumentos que expressam, identificam ou registram os conhecimentos acumulados. Acompanhar o desenvolvimento e as alterações do mundo contemporâneo exige, portanto, o domínio das formas pelas quais as pessoas comunicam suas aquisições e conquistas.

- **A possibilidade do diálogo intercultural como articulador da prática pedagógica.**

Este princípio indica a necessidade de uma dinâmica de reflexão, uso e transformação do contexto cultural da comunidade e a articulação de informações das diferentes áreas de conhecimento, por meio das quais serão desenvolvidas as habilidades de leitura e escrita e construção do saber lógico-matemático pelos alfabetizandos e alfabetizadores.

As propostas pedagógicas requerem alfabetizadores que sejam preparados para planejar suas ações a partir das vivências dos alfabetizandos

num diálogo intercultural, utilizando conteúdos contextualizados que veiculem informações advindas da história, da geografia, da matemática, da política, da ética, da economia, do convívio social, das ciências, da arte, entre tantas. Sendo assim, o trabalho com a língua portuguesa e com a matemática deve desencadear análises e reflexões sobre a língua (oral e escrita) e a apropriação da linguagem matemática, com o intuito de contribuir para o entendimento da realidade como um todo.

- **Alfabetizando e alfabetizador são sujeitos do processo de apropriação e construção de conhecimentos.**

Alfabetizando e alfabetizador apropriam-se de conhecimentos e os constroem na interação com o outro e na comunidade em que vivem. A aquisição e o desenvolvimento da leitura e da escrita, no processo de ensino-aprendizagem, ampliam a possibilidade de acesso a novos conhecimentos, contribuindo para o desenvolvimento, a realização pessoal e a transformação dessa comunidade.

A continuidade desse processo de letramento como fenômeno social deverá permitir-lhes a formulação de conceitos e opiniões necessárias à sua atuação crítica como cidadãos.

- **O compromisso de solidariedade e responsabilidade social no incentivo às parcerias e ao trabalho coletivo.**

A certeza de que a superação dos problemas da escolarização de jovens e adultos extrapola as ações isoladas, pontuais e descompassadas indica, como condição para o enfrentamento dos desafios, o compromisso e o envolvimento de todos os segmentos e instituições da sociedade num movimento de participação coletiva.

## 2. OBJETIVOS

Os princípios orientadores devem subsidiar as ações de planejamento da proposta pedagógica (objetivos, conteúdos, recursos e procedimentos, avaliação/recuperação), envolvendo alfabetizandos, alfabetizadores e comunidade.

### Alfabetizandos

01. Envolver os alfabetizandos em práticas de letramento baseadas em textos de diversos tipos;

2. propiciar condições para que os alfabetizados aprendam a acessar diferentes tipos de informações e ampliar seu universo cultural;
3. criar espaços para análise e crítica das situações do cotidiano;
4. valorizar a relação entre desenvolvimento humano, cultura e trabalho;
5. incentivar a continuidade da escolarização.

### Alfabetizadores/Coordenadores Municipais

1. Contribuir para a continuidade da formação pessoal;
2. estimular a permanente escolarização e a formação continuada;
3. subsidiar as ações pedagógicas cotidianas;
4. dar condições para avaliação contínua de suas práticas pedagógicas;

05. incentivar ações de compromisso político-pedagógico em sala de aula e em comunidade.

### Comunidade

01. Contribuir para a institucionalização da Educação de Jovens e Adultos nas Instâncias municipais;
02. estimular a ampliação do atendimento de educação escolar para os alfabetizados e alfabetizadores;
03. propiciar condições para o desenvolvimento do letramento da comunidade;
04. estimular as iniciativas comunitárias de projetos voltados para a valorização do indivíduo e do grupo;
05. estimular parcerias e trabalho coletivo no enfrentamento dos problemas da escolarização de jovens e adultos.

## 3. CONTEÚDOS E COMPETÊNCIAS BÁSICAS

O Programa é constituído por módulos de alfabetização com duração de seis meses, sendo um para capacitação e cinco (240 h/aula) para curso. Os alfabetizadores, em sua maioria leigos, são selecionados nos municípios pela universidade parceira, que também se responsabiliza pelo processo de formação e acompanhamento sistemático do trabalho.

A seleção de conteúdos e suas respectivas competências básicas devem ser contempladas de acordo com o modelo do Programa. O atendimento das necessidades básicas de aprendizagem, conforme estudo realizado na Conferência Mundial de Educação para Todos, em Jomtien (Tailândia, 1990), requer que se considere uma tipologia de conteúdos que ultrapasse os conteúdos conceituais (fatos, conceitos e princípios). Não podem deixar de ser contemplados aqueles relacionados ao desenvolvimento das habilidades e das atitudes. Na dinâmica de interação entre os diferentes saberes, aparece como relevante a atuação da escola, cujo papel compreende o desenvolvimento de um saber crítico-contextual, responsável pelas transformações conscientes da realidade. Também não se pode deixar de considerar o saber pedagógico do alfabetizador na sua relação com os alfabetizados, além do *saber-fazer* implí-

cito na organização do trabalho pedagógico (seleção de conteúdos, recursos e procedimentos de ensino e aprendizagem, identificação das habilidades a serem avaliadas e o processo de avaliação como um todo).

Sendo assim, propõe-se como eixo articulador de diferentes visões de mundo, a linguagem. Neste sentido, a análise do contexto histórico, geográfico, político, ético, econômico, social, científico e artístico é feita a partir desta articulação. A língua portuguesa e a matemática são vistas como meios para a compreensão da realidade. Em outras palavras, a apropriação da língua e dos princípios fundamentais da matemática é instrumento básico que possibilita, a partir do saber dos alunos, levá-los a um conhecimento mais elaborado.

O diálogo intercultural depende da ampliação do capital lingüístico dos alfabetizadores e alfabetizados, que possibilita o entendimento das informações de diferentes áreas. No processo de aprendizagem deve-se considerar a especificidade do adulto, como sujeito já inserido no mundo do trabalho, com vivências e experiências construídas, evitando-se tanto a infantilização na seleção de textos, como a abordagem do conhecimento matemático como mero conhecimento formal.

### 3.1. Língua Portuguesa

O trabalho com a língua portuguesa apresenta como objetivo a possibilidade de expansão do uso da linguagem, em suas modalidades oral e escrita, com utilização de diferentes registros e adequação a diferentes situações comunicativas. Indica ainda o uso da linguagem para melhorar a qualidade das relações sociais (expressar sentimentos, experiências, idéias e opiniões), para acessar informações, organizar notas e compor textos. Esse trabalho deve estar alicerçado na concepção de alfabetização e letramento que exige o envolvimento do alfabetizando em práticas de leitura e produção de textos.

O pressuposto do trabalho é o texto. Cabe ressaltar que, lingüisticamente, texto é aquilo que tem significado e que, portanto, deverá ter unidade temática, coerência e coesão. Assim, os "textos" que acompanham os métodos tradicionais não podem ser considerados como tais, mas como meros pretextos para a apresentação de determinadas letras ou sílabas. O trabalho de alfabetização não se reduz ao simples domínio do sistema gráfico. Trata-se de um processo que se concretiza no envolvimento do alfabetizador e dos alfabetizados, no despertar o gosto pela leitura, na necessidade deste conhecimento, na ampliação das funções sociais do ato de ler e escrever. Logo, uma ação pedagógica da alfabetização tem que superar a abordagem dos chamados "métodos tradicionais", que acreditam que a alfabetização se reduz ao simples domínio do sistema gráfico. Também não podemos cair em propostas aparentemente avançadas, mas que acabam reduzindo a aquisição da língua escrita a um processo de construção individual. Devemos ter clareza de que uma proposta mais conseqüente e consistente envolve a necessidade do trabalho na perspectiva do significado, da textualidade, em que o domínio do código está subordinado a este eixo mais amplo.

No cotidiano de uma comunidade letrada, língua oral e escrita se fazem presentes nas práticas sociais e ocorrem simultaneamente, em contextos significativos de interlocução. Os eixos organizadores dos conteúdos de língua portuguesa devem ser selecionados a partir do desen-

volvimento de habilidades lingüísticas básicas: falar, ouvir, ler e escrever<sup>5</sup>.

O trabalho com a língua portuguesa articula-se em torno de duas modalidades, permeadas pela dinâmica de análise e reflexão sobre a mesma.

São elas:

- Língua oral
- Língua escrita
  - Leitura de textos
  - Produção de textos

#### 3.1.1. Língua Oral

O trabalho com a língua oral, como conteúdo, requer a inserção de atividades sistemáticas de fala, escuta e reflexão sobre a língua. Supõe o respeito pelas formas de expressão oral trazidas pelos alfabetizados de suas comunidades. As atividades de uso e as de reflexão sobre a língua oral devem ser contextualizadas e contemplar as diversas áreas de conhecimento. Podem ser de vários tipos, desde que tenham sentido de interlocução, requerendo planejamento e articulação de conteúdos de língua oral e língua escrita.

Para desenvolver as habilidades de produção e compreensão de textos orais, é necessário trabalhar os recursos lingüísticos que caracterizam a modalidade oral do dialeto considerado padrão, socialmente requisitado para situações formais de fala em público (reuniões de trabalho, entrevistas, pronunciamentos em assembléias de trabalhadores, em associações de moradores de bairro etc.).

O quadro a seguir expõe a língua oral como conteúdo e indica as competências básicas mínimas, resultantes do desenvolvimento de habilidades e atitudes.

#### 3.1.2. Língua Escrita

Leitura e escrita são práticas indissociadas e que se modificam mutuamente no processo de letramento. Elas objetivam a construção de procedimentos mais adequados para os usos e funções da escrita.

<sup>5</sup> Segundo Kleiman (1995), o momento no letramento entendido como as práticas e eventos relacionados com uso, função e impacto social da escrita, não limita as práticas do ler e escrever ao uso de textos escritos. "O letramento está também presente na oralidade (...), uma atividade que envolve apenas a modalidade oral, como escutar notícias de rádio, é um evento de letramento, pois o texto ouvido tem as marcas de planejamento, lexicalização típicas da modalidade escrita" (: 181-182).

A prática da leitura envolve um trabalho ativo de construção de significado do texto, não se tratando simplesmente de um ato mecânico de decodificar letra por letra, sílaba por sílaba, palavra por palavra. Não se deve ensinar a ler por meio de práticas centradas exclusivamente na decodificação, embora ela faça parte do processo a ser aprendido. É preciso aprender a ler lendo e construir significados a partir de diferentes situações de leitura.

No trabalho com a língua escrita, como acontece com a oral, a análise e a reflexão lingüística deverão propiciar o pensar sobre a escrita, sobre o que ela representa, seus usos e funções. Sobretudo, deverá dar condições para o alfabetizando refletir sobre sua produção escrita, ampliando seus procedimentos de análise, contribuindo para que o processo de letramento se desenvolva.

Tratando-se do período inicial, a aprendizagem das convenções da língua escrita (acentuação, pontuação e ortografia) deve estar contextualizada em situações em que os alfabetizandos percebam a necessidade de escrever com legibilidade e inteligibilidade. Como as restrições ortográficas são basicamente definidas no nível da palavra, estas, como outras questões de análise lingüística, deverão ser desenvolvidas por atividades e procedimentos que tenham o texto como fonte de reflexão, a fim de garantir uma atitude crítica frente aos usos sociais da língua. Tais atividades e procedimentos devem constituir, a partir do que se pretende ensinar, espaços de discussão de problemas, com o objetivo de formar um usuário que monitore seu

desempenho lingüístico ao longo da vida.

O trabalho de análise lingüística, nesta perspectiva, difere de um trabalho apenas mecanicista com os elementos mínimos da língua (letras – sílabas – palavras), característico das abordagens tradicionais. O trabalho com os elementos do código lingüístico se dá, portanto, dentro de contextos significativos de interlocução. O domínio do sistema gráfico não pode ser eliminado da ação pedagógica e sim estar subordinado ao aprendizado da língua escrita no seu sentido mais amplo.

Para o trabalho com a língua escrita, é importante que se focalizem os conteúdos e competências básicos, discriminados nos quadros seguintes, levando-se em consideração as diferentes condições dos alfabetizandos. Nesse sentido, o trabalho com texto poderá atingir graus diferenciados de complexidade.

Dentro destes pontos insere-se a **análise e a reflexão sobre a língua**, a fim de priorizar a escolha de recursos lingüísticos que possibilitem o reconhecimento do código escrito dos diferentes grupos sociais, contrapondo o contexto e a estrutura interna às diferenças da língua oral e escrita.

A análise e reflexão lingüística, como postura metodológica, difere do que tradicionalmente vem sendo feito na escola regular, ou seja, desenvolvimento de atividades de conceituação e/ou definição com apelo ao processo mnemônico e não de entendimento e uso, em situações de recepção e produção de textos.

CONTEÚDO	COMPETÊNCIAS BÁSICAS
<input type="checkbox"/> LÍNGUA ORAL <input type="checkbox"/> ESCRITA <input type="checkbox"/> FALA <input type="checkbox"/> RELATO <input type="checkbox"/> DEBATE	Desenvolvimento da escuta em situações de diálogo
	Exposição de idéias de forma clara e coerente
	Adequação da fala em diversas situações de interlocução, ampliando o intercâmbio social
	Narração de fatos e histórias da realidade local em seqüência temporal e/ou causal
	Discussão de textos ouvidos

### 3.2. Matemática

Jovens e adultos pouco escolarizados possuem conhecimentos matemáticos construídos no decorrer de suas vidas, muitas vezes ignorados na educação escolar. Frequentemente realizam cálculos mentais a partir de situações do cotidiano, sem a representação por algoritmos convencionais (*processo de cálculo ou de resolução de um grupo de problemas semelhantes, em que se estipulam, com generalidade e sem restrições, regras formais para obtenção do resultado ou solução de um problema*).

A matemática, nesta perspectiva, tem um valor formativo e ajuda a estruturar o pensamento, o raciocínio dedutivo e contribui para o desenvolvimento da capacidade de resolver problemas da realidade em que estão inseridos. Isso gera atitudes de investigação, proporcionando confiança e desprendimento para analisar e enfrentar situações novas, propiciando a formação de uma visão am-

pla e científica da realidade e o desenvolvimento da criatividade e de outras capacidades pessoais.

É preciso que os alfabetizados se aproximem da matemática como um sistema de códigos e regras que a tornam uma linguagem de comunicação de idéias e permite interpretar a realidade. Deve-se compreendê-la como um conhecimento que desenvolve habilidades de selecionar e analisar informações, bem como avaliar limites, possibilidades e adequação em diferentes situações de vida. Esse domínio resulta de um processo cujo começo deve ser uma atividade sobre resolução de problemas de diversos tipos. O objetivo é elaborar conjecturas, estimular a busca de regularidades, a generalização de padrões, a capacidade de argumentação, elementos fundamentais para o processo de formalização do conhecimento matemático e para o desenvolvimento de habilidades essenciais à leitura, à interpretação da realidade e de outras áreas do conhecimento.

#### Na leitura

CONTEÚDO	COMPETÊNCIAS BÁSICAS
<b>LEITURA</b>	
<input type="checkbox"/> Apreensão da função do texto	Identificação da função de diferentes tipos de texto
<input type="checkbox"/> Reconhecimento dos diversos tipos de texto	Reconhecimento dos diferentes portadores de texto
<input type="checkbox"/> Compreensão e interpretação do texto	Compreensão e interpretação de diferentes textos: informativos, narrativos, poéticos, jornalísticos

#### Na escrita

CONTEÚDO	COMPETÊNCIAS BÁSICAS
<b>ESCRITA</b>	
<input type="checkbox"/> Reconhecimento da função do texto	Domínio do código escrito
	Reconhecimento da função social da escrita
<input type="checkbox"/> Produção de textos coerentes e coesos	Apreensão de convenções da escrita: pontuação, acentuação e ortografia

A matemática tem caráter instrumental amplo e se situa como linguagem. É, portanto, instrumento de expressão e raciocínio, estabelecendo-se também como espaço de elaboração e compreensão de idéias, que se desenvolvem em estreita relação com o todo social e cultural, possuindo também uma dimensão histórica. É importante considerar o engajamento do conhecimento matemático à prática pedagógica da alfabetização inicial. Por isso, as competências e habilidades esperadas com o trabalho de matemática incluem um raciocínio com as demais áreas do saber, tendo-se como critério central a contextualização.

O conhecimento matemático não pode ficar restrito à informação e a exercícios de aplicação e/ou fixação, com idéias desconectadas umas das outras. A seleção dos conteúdos e seu tratamento devem contemplar as necessidades e os interesses dos alfabetizados, considerando a realidade em que estão inseridos.

Cabe, portanto, ao ensino de matemática, garantir que o aluno adquira certa flexibilidade para lidar com os seus conceitos. É por meio de uma variedade de situações-problema que o aluno pode ser incentivado a buscar soluções, reelaborando seus conhecimentos para a compreensão dos diferentes usos sociais da linguagem matemática.

Deve-se garantir também um espaço para que os alfabetizados possam estender e aprofundar seus conhecimentos sobre números, operações fundamentais, geometria e sistemas de medidas, mas não isolados de outros conceitos que possibilitem ao aluno a compreensão da realidade. Esses conteúdos serão abordados tendo a resolução de problemas como um dos princípios metodológicos norteadores.

O trabalho com números, geometria e medidas, deve possibilitar aos alunos a apropriação da capacidade de estimativa, a fim de ampliar os conhecimentos sobre a ordem de grandeza de resultados de cálculo ou medições e tratar com valores numéricos aproximados, de acordo com a situação e o instrumental disponível.

As habilidades de visualização, de desenho, de argumentação lógica e de aplicação na busca de soluções para problemas podem ser desenvolvi-

das com um trabalho adequado de geometria, para que o aluno possa usar as formas e propriedades geométricas na representação e visualização de partes do mundo que o cerca.

Tendo o mesmo peso que os conceitos e os procedimentos, o desenvolvimento de valores e atitudes é fundamental para que o aluno aprenda a aprender. Descuidar desse aspecto da formação pode impedir a aprendizagem, inclusive da própria matemática. Dentre esses valores e atitudes, podemos destacar que ter iniciativa na busca de informações, demonstrar responsabilidade, ter confiança em suas formas de pensar, fundamentar suas idéias e argumentações, são essenciais para que o aluno possa aprender, perceber o valor da matemática como bem cultural de leitura e interpretação da realidade e estar melhor preparado para sua inserção no mundo do conhecimento e do trabalho.

Entre as competências e habilidades básicas a serem desenvolvidas, destacam-se as de **representação e comunicação** (ler e compreender textos de matemática, ler, interpretar e usar representações matemáticas, transcrever mensagens matemáticas da linguagem corrente cotidiana para linguagem simbólica e vice-versa etc.); as de **pesquisa** (formular hipóteses e estimar resultados, selecionar estratégias de resolução de problemas, discutir idéias e produzir argumentos, procurar, selecionar e interpretar informações relativas ao problema, formular questões, compreender enunciados etc.) e as de **compreensão socio-histórico-cultural** (relacionar a história da matemática com a evolução da cultura, aplicar conhecimentos matemáticos em situações reais e mesmo em outras áreas de conhecimento etc.).

O quadro a seguir expõe conteúdos e competências básicas que poderão ser desenvolvidos no processo de alfabetização. Vale ressaltar que eles deverão ser abordados levando-se em consideração os níveis diferenciados das turmas do Programa Alfabetização Solidária. Assim, o grau de aprofundamento dos mesmos estará relacionado a esta condição.

CONTEÚDOS	COMPETÊNCIAS BÁSICAS
<p><i>Números e Operações Fundamentais</i></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Sistema de numeração decimal</li> <li>• Operações fundamentais: adição, subtração, multiplicação e divisão</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Leitura e registro de números conforme sistema de numeração decimal</li> <li>• Utilização das operações fundamentais da adição, subtração, multiplicação e divisão, com algoritmos convencionais em diferentes situações-problema</li> </ul>
<p><i>Geometria</i></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Figuras planas</li> <li>• Sólidos geométricos</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Reconhecimento, identificação e representação das figuras planas e sólidos geométricos</li> </ul>
<p><i>Medidas</i></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Peso</li> <li>• Comprimento</li> <li>• Área</li> <li>• Tempo</li> <li>• Volume</li> <li>• Massa</li> <li>• Sistema Monetário</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Reconhecimento e utilização dos diversos sistemas de medidas</li> </ul>

### 3.3. Processo de Avaliação

Os princípios orientadores aqui propostos implicam repensar as finalidades da avaliação, o que e como se avalia. Trata-se de um trabalho complexo, que inclui variedades de situações de ensino-aprendizagem.

A heterogeneidade dos alfabetizandos jovens e adultos (faixa etária, trabalho, experiências anteriores, tempos e ritmos de aprendizagem etc) é responsável por *respostas diferenciadas* para uma mesma situação. Em contraposição, há expectativa dos professores por uma única *resposta*; e mais, reprovam as respostas criativas e não estimadas. Este é um aspecto cruel que tem contribuído para que o fenômeno da evasão aconteça, reduzindo e até mesmo eliminando as possibilidades de resgate da auto-estima dessa população. O acesso aos conhecimentos é um bem social a que todos têm direito e é papel do professor criar condições para a inclusão dessas pessoas.

A finalidade da avaliação é oferecer oportunidade de desenvolvimento do letramento na continuidade de estudos em sua comunidade. O processo de avaliação deve, portanto, ser um constante objeto de reflexão, uma vez que a busca de paradigmas não se esgota na fixação de modelos, mas na incessante reformulação dos instrumentos, sempre que se encontre um novo indicador que possa oferecer uma dimensão mais adequada do perfil de chegada dos alunos.

Para tanto, a tarefa do alfabetizador constitui-se em permanente exercício de interpretação do processo de apropriação de conhecimentos dos alfabetizandos e a conseqüente reorientação constante da prática pedagógica.

Quanto aos conteúdos de avaliação (conceitos, habilidades e atitudes), ou seja, o que pode ser avaliado, é importante considerar o que foi desenvolvido em língua portuguesa e matemática, sem desconsiderar as informações das diferentes áreas.



is de conhecimento. As habilidades a serem desenvolvidas, registradas no instrumento de avaliação de desempenho inicial e final (Anexo 1) podem servir de referencial mínimo para planejar intervenções adequadas que possam auxiliar as expectativas e conquistas de aprendizagem. A avaliação, como parte inerente ao trabalho pedagógico, representa ponto de partida e de chegada, que possibilita ao alfabetizador rever procedimentos e ao alfabetizando, identificar seus avanços e dificuldades.

A avaliação, entendida por este paradigma, abarca as funções de diagnóstico, com vistas à intervenção. Dada a sua complexidade, permite ultrapassar a mera função de medir ou quantificar *níveis de lembrança*.

Nesse sentido, o processo de avaliação apresenta os seguintes elementos estruturantes:

1. concepção de avaliação articulada com os objetivos da proposta político-pedagógica do Programa Alfabetização Solidária;
2. avaliação diagnóstica inicial e final dos níveis de desempenho linguístico (oral e escrito) e raciocínio lógico-matemático;
3. avaliação como processo permanente do desenvolvimento dos alfabetizados, do desempenho do alfabetizador e da ação pedagógica:
  - **desenvolvimento dos alfabetizados:** aquisição de conceitos, atitudes e habilidades, com possibilidades de ampliação

do intercâmbio cognitivo e cultural (Quadro 1: avaliação da aprendizagem);

- **desempenho do alfabetizador, do coordenador municipal e do monitor de apoio pedagógico:** ações desenvolvidas coerentes com o planejamento proposto, intervenções advindas da análise da própria prática (Quadro 2);
- **ação pedagógica:** índice de frequência e de participação, de evasão e de aproveitamento (Instrumento de Coleta de Dados).

Nessa concepção de avaliação, debruçar-se sobre as produções e manifestações, tanto dos alfabetizados como dos alfabetizadores, é requisito que supõe íntima relação com as orientações pedagógicas e com as atividades cotidianas de sala de aula. Tais elementos subsidiam a reflexão contínua sobre o processo de ensino-aprendizagem e a pertinência ou não do tratamento metodológico necessário para que os alfabetizados possam desenvolver as competências previstas e não previstas. A avaliação não deve ser algo restrito apenas às respostas verbais escritas dos alfabetizados em um período específico. O desempenho do alfabetizador, a coerência da proposta pedagógica e o cuidado com as atividades de avaliação/recuperação são também elementos relevantes para que se possa planejar as intervenções futuras e os novos patamares de conhecimentos que os alfabetizados poderão alcançar no processo de continuidade de sua formação.

## Quadro 1: Avaliação de Aprendizagem

<b>LÍNGUA ORAL</b>	Expõe suas próprias idéias de forma clara e coerente
	Participa de situações de intercâmbio oral e social
<b>LEITURA</b>	Não lê
	Lê no texto apenas palavras isoladas
	Lê e compreende apenas fragmentos de textos
	Lê e compreende textos
<b>ESCRITA</b>	Não escreve
	Escreve palavras
	Produz frases isoladas
	Produz textos
<b>NÚMEROS E OPERAÇÕES FUNDAMENTAIS</b>	Não reconhece números e numerais
	Reconhece e registra números conforme o sistema de numeração decimal
	Desenvolve procedimentos cálculo mental (exato e aproximado), compreendendo e explicando o enunciado de problemas
	Resolve situações-problema, construindo os significados das operações fundamentais com algoritmos convencionais
<b>GEOMETRIA</b>	Reconhece formas geométricas nos objetos de uso cotidiano
	Reconhece figuras planas e sólidos geométricos
<b>MEDIDAS</b>  Tempo/ Comprimento/ Área/ Volume/ Peso/ Massa/ Sistema Monetário	Faz estimativas em medidas
	Compreende que medir é comparar grandezas de mesmo tipo
	Utiliza unidades padronizadas de medidas
	Compreende os usos sociais em situações de compra, venda, lucro e prejuízo
	Resolve problemas estimando resultados

## Quadro 2: Auto-avaliação dos Alfabetizadores, Coordenadores Municipais e Monitores de Apoio Pedagógico

Questões básicas a serem consideradas em relação a:

### 2.1 Alfabetizador

#### I- Formação

- a. comprometimento
- b. aproveitamento
- c. aplicação

#### II. Sala de aula

- a. pontualidade
- b. assiduidade
- c. relacionamento com os alunos
- d. envolvimento com a comunidade
- e. planejamento: - de atividades diárias
  - participação em reuniões pedagógicas
- f. registros: - das ações pedagógicas desenvolvidas
  - do acompanhamento da aprendizagem dos alunos
  - controle de frequência e evasão
- g. avaliação: - inicial
  - ao longo do processo
  - final

### 2.2 Coordenador Municipal

#### I- Formação

- a. comprometimento
- b. aproveitamento
- c. aplicação

#### II- Atribuições específicas (administrativas) :

- a. pontualidade na prestação de contas
- b. atendimento às solicitações do Programa
- c. presteza nas solicitações do coordenador da universidade
- d. distribuição e controle de merenda
- e. supervisão da infra-estrutura das salas de aula

## Quadro 2: Auto-avaliação dos Alfabetizadores, Coordenadores Municipais e Monitores de Apoio Pedagógico

Objetivos básicos a serem considerados em relação a

### III- Atribuições Pedagógicas

- a. acompanhamento ao coordenador da universidade na visita ao município
- b. capacidade para fazer o acompanhamento pedagógico
- c. contato sistemático com o coordenador da universidade
- d. controle de frequência e de evasão
- e. demonstração de iniciativa em situações emergenciais
- f. disponibilidade de tempo para dedicar-se ao programa durante a semana
- g. organização e realização de encontros periódicos com alfabetizadores para planejamento de atividades didáticas
- h. realização de visitas semanais às salas de aula

### 2.3. Monitor de apoio pedagógico

#### I- Formação:

- a. comportamento
- b. aproveitamento
- c. aplicação

#### II. Atribuições pedagógicas

- a. acompanhamento ao coordenador da universidade na visita ao município
- b. capacidade para fazer o acompanhamento pedagógico
- c. controle de frequência e de evasão
- d. demonstração de iniciativa em situações emergenciais
- e. disponibilidade de tempo para dedicar-se ao Programa durante a semana.
- f. organização e realização de encontros periódicos com alfabetizadores para planejamento de atividades didáticas
- g. realização de visitas semanais às salas de aula

**ANEXO G**

**TERMO DE ADESÃO**

### Termo de Adesão

**PARTICIPANTE:** A [REDACTED] CNPJ/MF n.º [REDACTED]  
sediada na cidade de [REDACTED] neste ato denominada IES, representada  
por [REDACTED] CPF n.º [REDACTED]  
C.I. n.º [REDACTED]

#### CONSIDERANDO:

- a) a necessidade de uma mobilização nacional para a redução dos índices de analfabetismo no Brasil;
- b) a necessidade e a responsabilidade do poder público em ofertar educação de jovens e adultos;
- c) a necessidade de estimular a integração de jovens e adultos na continuidade de seus estudos por meio da matrícula nos cursos regulares de educação de jovens e adultos, promovendo a sua qualificação profissional; e
- d) os propósitos do Programa Alfabetização Solidária na consolidação de um modelo de parcerias com o Governo Federal, por meio do MEC, Empresas, Instituições de Ensino Superior e Municípios;

#### RESOLVE:

Firmar o presente TERMO DE ADESÃO assegurando a participação da IES no Programa Alfabetização Solidária, operacionalizado pela Associação de Apoio ao Programa Alfabetização Solidária – AAPAS, comprometendo-se a:

- I. indicar o Coordenador Pedagógico do Projeto Nacional, o(s) Coordenador(es) Setorial(ais) e o Gestor Administrativo, que farão o acompanhamento do Programa;
- II. responsabilizar-se pela execução financeira dos recursos transferidos pela AAPAS ao Gestor Administrativo, com vistas principalmente a agilizar as prestações de contas;
- III. selecionar, cadastrar e capacitar os Coordenadores Municipais, Monitores Pedagógicos, Alfabetizadores, e Suplentes, sem vínculo público, para o desenvolvimento do curso de alfabetização;
- IV. fornecer, se possível, a alimentação, a hospedagem e o transporte dos alfabetizadores e do coordenador Pedagógico, ou Monitor Pedagógico ou Secretário de Educação do município durante a capacitação;
- V. proceder com o processo de capacitação continuada dos Alfabetizadores, do Coordenador Pedagógico, do Monitor Pedagógico e dos suplentes no decorrer do módulo;
- VI. preencher os instrumentos de coleta de dados, inclusive com o registro de matrícula dos alunos por sala de alfabetização, ao final de cada módulo de atuação no(s) município(s) atendido(s);
- VII. garantir a avaliação do Programa, ao final de cada fase do módulo, apresentando à Superintendência Executiva da AAPAS, relatórios parciais e final, com periodicidade mensal (durante o desenvolvimento do curso), semestral (ao final do curso), bem como preencher o Relatório de Avaliação do Projeto da IES no município (ao final de cada quatro módulos); e
- VIII. estimular a geração de teses, pesquisas acadêmicas e a produção de material didático, voltados para o tema "alfabetização".

#### DISPOSIÇÕES GERAIS:

- a) A execução do projeto no(s) município(s) parceiro(s) terá duração prevista de 02 (dois) anos, com quatro módulos semestrais estruturados, cada um, com 1 (um) mês, em média, de capacitação dos alfabetizadores nas IES e 5 (cinco) meses de aulas nas comunidades mobilizadas, podendo ser automaticamente prorrogado em virtude da demanda remanescente de analfabetos ao final do período.
- b) Após a conclusão de cada módulo, os alunos que chegarem ao final do curso deverão ser encaminhados para o curso supletivo a ser institucionalizado pela Prefeitura. Portanto, em cada módulo, a IES deverá estimular a mobilização e a formação de novas turmas de alfabetização, bem como realizar a seleção e a capacitação de novos alfabetizadores.
- c) Após o período de dois anos, a IES apresentará uma avaliação final, indicando a necessidade ou não da continuidade do curso de alfabetização na cidade, cuja proposta será analisada e deliberada pelos demais parceiros.
- d) A rescisão desta Adesão e ou a interrupção do trabalho no município parceiro deverá ser comunicada, oficialmente, pela IES à Coordenação Executiva Nacional, com no mínimo, 90 (noventa) dias de antecedência do encerramento do módulo que esteja em desenvolvimento. Neste caso, deverá garantir o acompanhamento da transição do trabalho para a nova IES que irá assumir a coordenação do(s) módulo(s) seguinte(s), bem como apresentar os resultados de sua atuação desde o início da parceria com o município.

**DISPOSIÇÃO FINAL:**

Nos termos dos compromissos acima, autoriza a Superintendência Executiva Nacional do Programa a firmar parceria com o Ministério da Educação, Empresas e a Prefeitura Municipal do município a ser atendido.

\_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ 2003.

---

*Assinatura Representante Legal*  
( Reitor/ Presidente / Diretor Geral)

**ANEXO H**

**RESOLUÇÃO MEC/FNDE N.06 DE 02/ABR/2003**



## Recomendações básicas para a elaboração do Projeto Político Pedagógico para os municípios parceiros

Em virtude das mudanças ocorridas na Resolução do MEC/ FNDE, nº 05 de 02 de abril de 2003, que estabelece novas "orientações e diretrizes para assistência financeira suplementar a projetos educacionais no âmbito do Programa Brasil Alfabetizado, para o ano de 2003", a Coordenação Nacional altera a sistemática de realização da capacitação inicial dos alfabetizadores, que, a partir do Módulo XIV, deverá ser desenvolvida nos próprios municípios.

A proposta de realização dos cursos de capacitação inicial *in loco* deverá estruturar-se de forma a garantir um trabalho qualitativo para a atuação dos alfabetizadores. Nesse sentido, a Coordenação Executiva Nacional aponta algumas diretrizes básicas, a serem observadas pelas Instituições de Ensino Superior (IES) parceiras, descritas abaixo.

### I. Conteúdos

O processo de capacitação dos alfabetizadores deve atender aos pressupostos teórico-metodológicos enfatizados nos *Princípios Orientadores do Programa Alfabetização Solidária* (1999), no qual consta que letramento e alfabetização devem ser conceitos articulados. Os diversos gêneros textuais serão o ponto de partida do processo e devem ser utilizados não apenas como objetos lingüísticos ou pretextos para aquisição ou domínio do código, mas como objetos lingüístico-sociais, considerando os diferentes usos e funções sociais do texto. Deve-se, portanto, assegurar o domínio do sistema gráfico e, ao mesmo tempo, o seu uso social. Assim, o trabalho com a língua portuguesa deve estar articulado a atividades de língua oral, de leitura e de escrita, que, contextualizadas, irão contemplar as diversas áreas do conhecimento.

É importante ressaltar, ainda, que essa capacitação deverá propiciar um processo de letramento do próprio alfabetizador, do coordenador municipal e do monitor pedagógico, com atividades de leitura e produção de textos jornalísticos, publicitários, informativos, literários, epistolares e outros, além do estudo dos pressupostos teóricos que embasam a prática pedagógica em sala de aula. O processo de letramento não se esgota, portanto, no alfabetizando, mas abrange toda comunidade.

O trabalho com a alfabetização matemática deve possibilitar ao professor alfabetizador o seu entendimento como um sistema de códigos e regras capazes de comunicar idéias e de interpretar a realidade. A educação matemática constitui-se, sob esse prisma, numa linguagem que deverá contribuir para o desenvolvimento da capacidade de resolver situações-problema.

Entre os conteúdos que fundamentarão a formação das pessoas envolvidas no processo, as IES poderão contemplar:

- concepções de alfabetização e letramento: pressupostos teórico-práticos;
- fundamentação teórico-prática do ensino de matemática;
- o contexto histórico-cultural e a educação de jovens e adultos;
- fundamentos teóricos sobre a apropriação de conhecimentos;
- características da demanda em educação de jovens e adultos;
- organização do trabalho pedagógico (planejamento, procedimentos e recursos didáticos, avaliação);
- leitura, produção de textos e análise lingüística;
- avaliação dos alfabetizados, das práticas pedagógicas e de seu envolvimento na comunidade.

### II. Metodologia

As IES deverão adotar metodologias de trabalho que possibilitem ao alfabetizador a apropriação dos elementos teóricos que sustentam o processo de aquisição da leitura, da escrita, dos conhecimentos matemáticos e das diversas áreas do saber. O conhecimento poderá, dessa forma, ser incorporado por meio da articulação de diferentes visões de mundo e espaços sociais diversos.

A metodologia de trabalho deverá garantir, ainda, ao alfabetizador orientações para a produção de atividades práticas que lhe possibilitem desenvolver um trabalho conseqüente e consistente, considerando a especificidade dos jovens e dos adultos como sujeitos já inseridos no mundo do trabalho, com vivências já construídas.

Assim, uma ação pedagógica de alfabetização deve superar uma abordagem reducionista, que enfoca a alfabetização como o simples domínio do sistema gráfico. Contudo, não podemos cair em outro

extremo, tão perigoso quanto o primeiro, qual seja, o universo das propostas pseudoavanzadas, que acabam por reduzir a aquisição da língua escrita a um processo de mera construção individual. A proposta de alfabetização envolve a necessidade do trabalho na perspectiva do significado e da textualidade, em que o domínio do código está subordinado a este eixo mais amplo.

### **III. Estrutura básica**

O curso de capacitação deverá garantir um mínimo de 40 horas de formação inicial, distribuídas em, pelo menos cinco dias, com oito horas de atividades realizadas no município parceiro ou, dependendo do número de municípios, em pólos regionais, mediante articulação com o poder executivo de cada município envolvido. A capacitação deverá ser continuada durante a realização das visitas de avaliação, com uma carga horária adicional de, no mínimo, 40 horas.

O Programa garantirá um professor capacitador por município para ministrarem o curso de capacitação inicial *in loco* e cada um deles receberá ajuda de custo para hospedagem e alimentação e condições para o deslocamento aéreo, terrestre ou fluvial, de acordo com as localidades atendidas, conforme orientado no kit capacitação.

### **IV. Material Didático e de apoio**

A Alfabetização continuará garantindo material didático e de apoio tanto para a capacitação inicial, como para o desenvolvimento do processo ensino-aprendizagem nas salas de aula.

### **V. Seleção dos alfabetizadores**

A seleção continuará sendo realizada pelo coordenador da IES, obedecendo aos critérios anteriormente estabelecidos nos *Princípios Orientadores*. Alerta-se que só poderão participar da seleção os candidatos que não possuam vínculo empregatício com o sistema público e portadores dos seguintes documentos: carteira de identidade, CPF, título de eleitor e comprovante de residência.

Apenas como registro, alerta-se para o fato já anteriormente tratado de que essa necessidade vale também para o Coordenador e para o Monitor Pedagógico.

### **VI. Período da Capacitação**

A capacitação inicial, *in loco*, acontecerá, preferencialmente, nos meses de janeiro/fevereiro e junho/julho e a continuada, mensalmente, durante a visita de avaliação e acompanhamento no município.

Caso o cronograma esteja em desacordo com os períodos indicados, será autorizada, excepcionalmente, uma visita extra de implantação e seleção dos melhores ex-alfabetizadores (a seleção de ex-alfabetizadores do módulo imediatamente anterior poderá ser parcial, ou seja, ainda que todos sejam julgados competentes para o exercício da função no Módulo XIV, a IES deverá optar apenas por alguns, podendo optar por ex-alfabetizadores de outros módulos). Nesta hipótese não haverá a primeira etapa do Curso de Capacitação, apenas a continuada no decorrer do módulo.

### **VII. Transporte, hospedagem e alimentação dos alfabetizadores**

Observar a sistemática divulgada no kit Capacitação.

### **VIII. Bolsa do alfabetizador, coordenador municipal e monitor pedagógico.**

Observar os valores divulgados no kit Capacitação, considerando que os primeiros 100.000 alfabetizandos cadastrados credenciarão seus alfabetizadores a receberem o valor de R\$ 15,00 mês podendo chegar até R\$ 375,00 e R\$ 300,00 para respectivos Coordenadores e Monitores. O pagamento da bolsa dos alfabetizadores será feito, mensalmente, de acordo com o número de alfabetizandos efetivamente em sala de aula (máximo de 25), onde será descontado o número de evadidos no mês anterior, se houver evasão superior a 10%. Os demais municípios receberão os mesmos valores de bolsas praticados até então.

### **IX. Avaliação da capacitação**

As IES deverão informar no site do Programa [www.alfabetizacao.org.br](http://www.alfabetizacao.org.br), em instrumento previamente definido, os dados e informações que contemplem desde a execução das atividades até a

avaliação de resultados, possibilitando o levantamento de indicadores sobre os seguintes aspectos, entre outros:

1. atendimento aos objetivos propostos;
2. conteúdos abordados;
3. metodologia utilizada;
4. recursos didáticos;
5. atuação dos professores capacitadores;
6. aproveitamento dos alfabetizadores;
7. material didático e de apoio.
8. transporte, hospedagem, alimentação;
9. infra-estrutura.

#### **XI. Projeto de capacitação**

Cada IES deverá encaminhar à Coordenação Nacional seu Projeto Político-Pedagógico com a sua proposta de capacitação inicial e continuada (mínimo de 80 horas), de acordo com as orientações prescritas nesse documento e no kit Capacitação. A capacitação somente poderá ocorrer após sua aprovação e autorização prévia da Coordenação Nacional. Se a IES decidir iniciar por conta própria as atividades, deverá assumir a responsabilidade, isentando a Alfabetização das consequências dessa decisão.

#### **XII. Capacitação continuada**

Além da capacitação inicial, ressalta-se, ainda, a necessidade de uma formação continuada dos alfabetizadores, realizada durante as quatro visitas mensais de avaliação e acompanhamento, quando poderão ser desenvolvidas sessões de estudo, oficinas e reflexão sobre a prática e relatos de experiências. Esse processo se constituirá em um momento em que as questões decorrentes do trabalho em sala de aula serão aprofundadas à luz dos conteúdos teórico-metodológicos discutidos na capacitação e terão, no mínimo, 40 horas.

Assim, a contribuição das IES deve estar relacionada a um trabalho que busque uma formação inicial e continuada e garanta a apropriação dos pressupostos teórico-práticos pelos alfabetizadores.

#### **XIII Cadastro dos Alfabetizandos e Alfabetizadores**

Os cadastros deverão ser integralmente preenchidos e disponibilizados à Alfabetização Solidária, conforme orientado no Kit capacitação, antes da realização do Curso de Capacitação ou organização das salas (no caso de IES optar pelo modelo descrito no item VI).